

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JOANA EMILY ALVES RODRIGUES

A DESORDEM MUNDIAL E O DOMÍNIO DO IMPÉRIO ESTADUNIDENSE: uma
análise a partir da obra “A desordem mundial” de Moniz Bandeira

MACEIÓ
2024

JOANA EMILY ALVES RODRIGUES

A DESORDEM MUNDIAL E O DOMÍNIO DO IMPÉRIO ESTADUNIDENSE: uma
análise a partir da obra “A desordem mundial” de Moniz Bandeira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Geografia da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Inácio Martins.

MACEIÓ

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

R696d Rodrigues, Joana Emily Alves.
 A desordem mundial e o domínio do império estadunidense : uma análise a partir da obra “A desordem mundial” de Moniz Bandeira / Joana Emily Alves Rodrigues. – 2024.
 27 f. : il. : color.

Orientador: Geraldo Inácio Martins.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Matriz de Camaragibe, AL, 2024.

Bibliografia: f. 95-99.

1. Bandeira, Moniz, 1935-2017. A desordem mundial. 2. Estados Unidos. 3. Geopolítica. 4. Globalização. I. Título.

CDU: 911.3:32(73/79)

JOANA EMILY ALVES RODRIGUES

A DESORDEM MUNDIAL E O DOMÍNIO DO IMPÉRIO ESTADUNIDENSE: uma
análise a partir da obra “A desordem mundial” de Moniz Bandeira

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **GERALDO INACIO MARTINS**
Data: 23/03/2024 18:01:59-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Geraldo Inácio Martins - Doutor em Geografia
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAUJO**
Data: 25/03/2024 20:26:02-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lindemberg Medeiros de Araujo - Doutor em Geografia
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **ANGELA FAGNA GOMES DE SOUZA**
Data: 25/03/2024 13:47:21-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ângela Fagna Gomes de Souza – Doutora em Geografia
Instituto de Geografia
Universidade Federal de Uberlândia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e determinação durante esses anos de estudo. Agradeço aos meus pais e ao meu irmão por toda a ajuda, compreensão e amor. Agradeço a toda a minha família pelo apoio e ajuda. Sou grata a todos os colegas de curso pelas conversas e risadas nos momentos mais complicados do curso. E, certamente, sou muito grata ao meu orientador, Geraldo Martins, por sempre me ajudar e ser uma fonte de inspiração, além de acreditar no meu potencial e extrair o melhor de mim. Obrigada a todos que me deram palavras de ânimo durante essa jornada da graduação.

RESUMO

A desordem mundial está diretamente ligada à globalização e às ações geopolíticas dos impérios capitalistas, sobretudo aos Estados Unidos, em busca de uma ordem unipolar. Tendo essa preocupação em mente, recorremos ao autor brasileiro Moniz Bandeira e sua obra, publicada em 2016, “A Desordem Mundial: o espectro da total dominação - guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias” para compreender como se processa a conexão entre globalização e dominação geopolítica. Ao cotejar a obra, buscamos compreender a relação entre a geopolítica e a globalização, e como isso se relaciona com a busca de domínio do império estadunidense. “A Desordem Mundial” não apenas encerra uma trilogia, composta pelas obras anteriores “Formação do Império Americano - da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque” e “A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos - das rebeliões na eurásia à África do norte e ao Oriente Médio”, mas também sintetiza o pensamento do autor sobre as questões geopolíticas, especialmente o papel dos Estados Unidos na geopolítica mundial. Metodologicamente, “A Desordem Mundial” serve como material empírico para este trabalho, e sua análise tem como objetivo compreender o tema da desordem mundial pela perspectiva da geopolítica da globalização promovida pelos Estados Unidos. A intenção é obter uma compreensão tanto da geopolítica contemporânea quanto das contribuições do autor e de sua obra para o ensino de geografia. A pesquisa da obra resultou em compreensão maior da desordem mundial e dos autores responsáveis por ela.

Palavras-chave: Moniz Bandeira. Estados Unidos. Desordem Mundial. Geopolítica; Globalização.

ABSTRACT

World disorder is directly linked to globalization and the geopolitical actions of capitalist empires, especially the United States, in search of a unipolar order. With this concern in mind, we turned to Brazilian author Moniz Bandeira and his work, published in 2017, “The World Disorder: the spectrum of total domination - proxy wars, terror, chaos and humanitarian catastrophes” to understand how the connection between globalization and geopolitical domination. By comparing the work, we seek to understand the relationship between geopolitics and globalization, and how this relates to the US empire's quest for dominance. “The World Disorder” not only ends a trilogy, composed of the previous works “Formation of the American Empire - from the war against Spain to the war in Iraq” and “The second cold war: geopolitics and strategic dimension of the United States - of the rebellions in Eurasia to North Africa and the Middle East”, but also summarizes the author's thoughts on geopolitical issues, especially the role of the United States in global geopolitics. Methodologically, “World Disorder” serves as empirical material for this work, and its analysis aims to understand the theme of global disorder from the perspective of the geopolitics of globalization promoted by the United States. The intention is to obtain an understanding of both contemporary geopolitics and the contributions of the author and his work to the teaching of geography. The research of the work resulted in a greater understanding of global disorder and the authors responsible for it.

Keywords: Moniz flag. U.S. Worldwide disorder. Geopolitics; globalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trilogia de obras sínteses de Moniz Bandeira	30
Figura 2 - Fluxograma referente ao capital financeiro e a geopolítica estadunidense ...	63
Figura 3 - Fluxograma referente às intervenções estadunidenses	64

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Países com mais seguranças particulares do que policiais.....	42
Tabela 2 - Países que sofreram intervenções da Otan no século XXI	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Habilidades e objetivos de conhecimento do 8º ano	80
Quadro 2 - Habilidades e objetivos de conhecimento do 9º ano	81
Quadro 3 - Habilidades da competência específica 2 do ensino médio	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CIA	Central Intelligence Agency
CNE	Conselho Nacional de Educação
EMPs	Empresas Militares Privadas
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IHGB	Instituto de História e Geografia do Brasil
Mercosul	Mercado Comum do Sul
ONGs	Organizações não-governamentais
Otan	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Polop	Política Operária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PKOs	Peacekeeping Operations
UBA	Universidade da Bahia
UBE	União Brasileira dos Escritores
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Metodologia.....	14
1 ALBERTO MONIZ BANDEIRA: obras e percursos teóricos.....	17
1.1 Biografia.....	17
1.2 Moniz Bandeira: temas e obras.....	24
1.3 Moniz Bandeira e o método de análise.....	32
2 DESORDEM MUNDIAL, GLOBALIZAÇÃO E MONIZ BANDEIRA.....	36
2.1 Desordem mundial e globalização: uma perspectiva geográfica.....	36
2.2 Desordem mundial? Imperialismo e globalização.....	44
2.3 Questões sobre geopolítica e a globalização.....	52
3. MONIZ BANDEIRA, GEOPOLÍTICA, GLOBALIZAÇÃO E O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS.....	56
3.1 Geopolítica, Estados Unidos e capital financeiro.....	58
3.2 As interferências econômicas indiretas: instituições financeiras e organizações não governamentais.....	64
3.3 O outro lado da geopolítica estadunidense: o papel da Otan.....	69
4. GEOGRAFIA E MONIZ BANDEIRA: Um diálogo possível?.....	73
4. 1 BNCC e a inter-relação com a obra de Moniz Bandeira.....	77
4.2 Moniz Bandeira e o diálogo possível com o ensino de Geografia.....	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	95

INTRODUÇÃO

Atualmente a desordem mundial tem se tornado um tema bastante relevante. Os últimos acontecimentos, como a guerra na Ucrânia, têm atraído os olhares do mundo para as questões relacionadas ao tema da dominação e interferência geopolítica. Questões como o capitalismo, o imperialismo, a globalização e a geopolítica voltam à cena, e mais uma vez o tema da desordem mundial torna-se um problema para a análise geográfica.

A desordem mundial não é exatamente um tema novo, a “nova desordem mundial”, porém, tem cores diferentes já que está relacionado ao capital financeiro sustentado pelo expansionismo estadunidense. Por isso, podemos entender a desordem mundial como o escalonamento de um processo histórico antigo, mas que se ampliou graças à dominação militar, econômica e política, isto é, geopolítica da globalização exercida pelos Estados Unidos.

Tendo essa preocupação em mente, recorremos ao autor brasileiro Moniz Bandeira e sua obra, publicada em 2016, “A Desordem Mundial: o espectro da total dominação - guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias” para compreender a relação entre a geopolítica e a globalização, e como isso se relaciona com a busca de domínio pelo império estadunidense.

Os temas abordados no presente trabalho são complexos e multifacetados, dado ao caráter histórico processual deles, o que torna a tarefa de analisá-los bastante desafiadora. Diante dessa complexidade, utilizaremos a obra “A Desordem Mundial”, como material empírico, que funcionou ao mesmo tempo como base teórica e fonte de informação empírica sobre as questões geopolíticas. A intenção subjacente a esse trabalho foi a de entender em que medida a análise crítica da Moniz Bandeira contribui para a compreensão das dinâmicas da dominação geopolítica da globalização, resgatando velhos temas, por exemplo, o imperialismo. Especialmente, queremos entender como essas dinâmicas se relacionam com as mudanças nas estruturas de poder, e como se relacionam aos interesses econômicos, militares e busca de domínio geopolítico.

As questões geopolíticas na atualidade retomam o debate necessário entre política e geografia, considerando os inúmeros conflitos que explodiram no começo do século XXI, por exemplo, as guerras do Afeganistão (2001); Iraque (2003); Líbano (2006); Síria (2011); a intervenção militar na Líbia (2011). Além dos conflitos que ocorreram no Iêmen (2015) e na Ucrânia 2022. Esses conflitos, distantes no tempo e espaço, têm um ponto em comum: o papel ativo dos Estados Unidos. Isto é, estão relacionados a busca pelo controle e influência

mundial que tem levado o país a realizar ações ignominiosas, alimentando cada vez mais a desordem mundial através de intervenções militares, sociais, políticas e econômicas.

Os Estados Unidos se destacam por suas ações geopolíticas desordenadas, influenciadas pelo capital financeiro e pela indústria bélica, que buscam dominar as demais soberanias nacionais. Devido a essa busca pelo poder, o governo dos Estados Unidos tem se envolvido em muitos conflitos ao redor do mundo, tentando estabelecer e globalizar o que entendem como democracia, apoiados no controle do dólar e na expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte - Otan. Isso tem resultado em interferências em inúmeras democracias, como a da Líbia, da Síria, do Iraque etc.

Com isso, a presente pesquisa busca responder à seguinte pergunta: como compreender a desordem mundial pela perspectiva da geopolítica da globalização empreendida pelos Estados Unidos? É para responder a essa complexa questão recorreremos à obra “A Desordem Mundial”, do autor Moniz Bandeira.

Moniz Bandeira é formado em Direito e doutor em Ciências Políticas, além de jornalista desde a juventude. Ele escreveu mais de 20 obras que abordam os mais diversos assuntos relacionados às relações políticas do Brasil e do mundo. Especificamente, o livro “A Desordem Mundial” foi publicado em 2016 e possui 24 capítulos, 961 páginas, nos quais o autor discorre sobre diversas questões relacionadas à desordem mundial e sobre quem seriam os responsáveis por esse processo.

Ao longo da obra, Moniz Bandeira defende algumas teses, sendo a principal delas a de que os Estados Unidos são um dos atores responsáveis pelo escalonamento da desordem mundial contemporânea. Para comprovar essa tese, o autor dedica a obra a analisar as intervenções realizadas pelos Estados Unidos em muitos países, além de descrever o envolvimento do país em diversos conflitos ao redor do mundo.

Moniz Bandeira descreve as intervenções realizadas pelos Estados Unidos por meio das ações econômicas baseadas no controle do dólar e na aplicação de sanções a outras nações. Além de analisar as intervenções por meio das ONGs, que incentivam protestos e insurreições através da manipulação da opinião pública contra governos democraticamente eleitos. E claro, das intervenções realizadas pela Otan e sua expansão no mundo.

Ao cotejar a obra, buscamos compreender a relação entre geopolítica e globalização, e como isso se relaciona com a busca de domínio do império estadunidense. Metodologicamente, “A Desordem Mundial” serve como material empírico para este trabalho, e sua análise tem como objetivo compreender o tema da desordem mundial pela perspectiva da geopolítica da globalização promovida pelos Estados Unidos. A intenção é

obter uma compreensão tanto da geopolítica contemporânea quanto das contribuições do autor e de sua obra para o ensino de geografia.

Inicialmente, focalizamos a análise na biografia de Moniz Bandeira, método de trabalho e ação política. Em seguida, exploramos os conceitos de desordem mundial, imperialismo, globalização e geopolítica. Posteriormente, realizamos uma análise da obra “A Desordem Mundial”, especificamente, voltadas às questões da dominação geopolítica. E, por fim, estabelecemos conexões entre Moniz Bandeira e o ensino de geografia.

No âmbito acadêmico, a relevância desse trabalho está em contribuir para a compreensão de um tema, que conforme Vesentine (1988) que escreveu sobre a obra de Yves Lacoste, “A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, é relegado ao segundo plano na Geografia: a geopolítica, ou relação entre política e geografia, ou como a distribuição desigual de poder tem implicações espaciais. A obra de Moniz Bandeira é fonte de informação valiosa para os analistas da área, considerando a base empírica de análise que ele utiliza durante a exposição, aproximá-lo da Geografia é, portanto, buscar novos ângulos de análise geográfica.

Em suma, a subjaz a este trabalho o desejo da ampliação da compreensão das dinâmicas do poder, cooperação e concorrência entre Estados, e na compreensão do impacto das políticas internacionais nas esferas social, econômica, ambiental e política externa. Essa compreensão mais aprofundada pode influenciar a perspectiva das pessoas sobre eventos atuais, capacitando-as a uma participação mais informada nos debates sobre a desordem mundial. Por isso, procuramos conectar a obra de Moniz com o ensino de Geografia, já que formar alunos críticos e ativos, em contraste com a formação predominantemente moldada pela mídia ocidental, muitas vezes influenciada pelas principais agentes da desordem mundial, é fundamental.

Metodologia

A nossa pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, buscando compreender o significado e o contexto dos eventos relacionados às interações humanas. Essa abordagem possibilita a descrição e interpretação de questões sociais e culturais, entre outras. A natureza básica do nosso trabalho é explorar conceitos, teorias e eventos históricos relacionados aos temas centrais da pesquisa, visando responder à pergunta de como Moniz Bandeira e a obra “A Desordem Mundial” ajudam a compreender desordem mundial causada pela geopolítica da globalização, com destaque para as ações do governo estadunidense.

Conforme Martins (2004, p. 292), a pesquisa qualitativa envolve um exame intensivo dos dados, tratando as unidades sociais investigadas como totalidades desafiadoras para o pesquisador. Portanto, realizar uma pesquisa qualitativa representa um desafio significativo, especialmente na análise dos dados levantados.

Assim, adotamos como técnica metodológica uma pesquisa bibliográfica, revisando e analisando livros, artigos acadêmicos, monografias, literatura existente etc., com intenção exploratória de alcançar uma compreensão mais profunda sobre o tema da geopolítica. Para atingir nosso propósito, realizamos um levantamento bibliográfico sobre a vida e obra de Moniz Bandeira, compreendendo os métodos e metodologias desse autor.

Em seguida, fizemos outro levantamento bibliográfico para descrever os conceitos-chave, como desordem mundial, imperialismo, globalização, geopolítica, entre outros, empreendendo uma análise crítica para a melhor compreensão desses conceitos tão complexos.

A obra “A Desordem Mundial” foi escolhida como base empírica para o nosso trabalho, por se tratar de uma obra que encerra uma trilogia e apresenta uma síntese bem estruturada sobre as causas da desordem mundial. Além disso, a obra realiza um levantamento histórico que abrange desde a Segunda Guerra Mundial até as configurações da nova “ordem” mundial. Não apenas a sua amplitude chamou a atenção, mas também a quantidade de informações sobre os responsáveis pelo escalonamento da desordem mundial.

A obra possui um texto claro, sendo então um grande compilado de informações e referências principalmente sobre as ações geopolíticas dos Estados Unidos. O autor da obra se preocupa em identificar a participação e o envolvimento desse país em inúmeros conflitos ao redor do mundo, buscando demonstrar como ele tem sido um grande agente de desordem.

A escolha do livro também surge da inquietação em compreender como a geopolítica mundial funciona, ou seja, entender como os países se comportam e como se desenvolvem as relações entre eles. Durante uma das disciplinas da graduação lemos um capítulo dessa obra. O nome completo da obra chamou bastante atenção, e ao realizar a leitura completa, constatamos que a obra descreve uma realidade pouco abordada pela mídia em nosso país. Ela traz falas, dados e constatações extremamente necessárias para a compreensão real da geopolítica mundial.

Então, analisamos a obra “A Desordem Mundial” de Moniz Bandeira, realizando a leitura, fichamento e coleta dos dados mais relevantes para nossa pesquisa, selecionando-os de forma a tornar o trabalho mais coerente e aprofundado nas questões mais importantes que foram abordadas.

Primeiro pesquisamos sobre o autor e as características de suas obras, depois observamos aspectos mais detalhados da obra “A desordem Mundial”, como o ano de sua publicação, quantidade de páginas, divisões em capítulos etc. Após isso, houve a leitura do prefácio e do sumário da obra, já realizando uma pré-divisão dos capítulos mais relevantes e as temáticas desenvolvidas em cada um.

Partindo do propósito principal do trabalho, iniciou-se às leituras e fichamentos seguindo uma abordagem teórica da geopolítica, buscando compreender as ações geopolíticas realizadas pelos Estados Unidos. Finalmente, realizamos a análise dos conteúdos presentes na obra, ou seja, buscamos identificar os principais argumentos utilizados pelo autor, analisando esses argumentos e os correlacionando-os com outras fontes.

Depois, em uma segunda leitura, identificamos os conceitos-chave da obra. A intenção é a descrição e análise desses temas, buscando sempre associá-los ao tema principal do nosso trabalho.

Para o quarto capítulo, especificamente, cujo foco é a educação geográfica e questões geopolíticas, realizamos um levantamento de dados sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, cuja intenção é relacionar a geografia às obras do autor Moniz Bandeira e compreender a contribuição que ele pode oferecer à ciência geográfica.

1 ALBERTO MONIZ BANDEIRA: obras e percursos teóricos.

Para analisarmos um livro, precisamos primeiro conhecer quem o escreveu. Dessa forma, dedicamos o primeiro capítulo a compreender melhor quem foi Alberto Moniz Bandeira. Ele foi escritor, ativista das causas sociais, professor, jornalista, historiador, cientista político e poeta. Moniz Bandeira ficou conhecido por publicar diversos livros relacionados às questões políticas do Brasil e do mundo, com especial atenção às ações políticas dos Estados Unidos - EUA e às repercussões globais dessas ações.

Autor de mais de 20 livros e vencedor de alguns prêmios acadêmicos, teve muitas de suas obras traduzidas para diversas línguas, tornando-o internacionalmente reconhecido. Moniz Bandeira faleceu aos 81 anos, deixando um legado de obras acadêmicas relevantes na área da política nacional e internacional.

Moniz Bandeira é conhecido principalmente em sua área de atuação, que é a história. No entanto, suas obras são de grande utilidade para os estudos relacionados à geografia política e a geopolítica devido ao conteúdo presente na maioria de seus trabalhos. Especialmente na obra que baseia o presente trabalho, “A Desordem Mundial”, publicado em 2016. Esta é uma de suas últimas obras publicadas e conclui uma trilogia que aborda questões cruciais para a geografia política e para a geopolítica.

Partindo dessa perspectiva, o capítulo é dedicado a conhecer melhor quem foi esse autor, sua vida e obra. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio da leitura de diversos artigos, publicações em sites, resenhas, entrevistas e outras obras que tratam da vida de Moniz Bandeira.

1.1 Biografia

Luiz Alberto Dias Lima de Vianna Moniz Bandeira, ou como ficou conhecido Alberto Moniz Bandeira, foi escritor, cientista político, historiador, militante político e jornalista brasileiro. Moniz Bandeira dedicou sua vida a estudar as questões da política interna do Brasil e da América latina, além de estudar as relações estabelecidas pelos Estados Unidos não só no Brasil, mas em todo o mundo. O autor possui um caráter militante e engajado na defesa da soberania nacional e da democracia, devido a isso sempre esteve envolvido nas questões políticas do Brasil. Por exemplo, em 1960 estava filiado ao Partido Socialista Brasileiro - PSB, que foi um dos organizadores da corrente denominada Política Operária - Polop.

A grande maioria das obras de Moniz Bandeira tratam sobre o império estadunidense e a influência desse país no restante do mundo e, especialmente, suas relações com o Brasil.

Moniz Bandeira contribuiu de forma ímpar com os estudos sobre a política nacional e internacional. Ele publicou mais de 20 livros, 31 artigos em periódicos, 25 capítulos de livros e 113 publicações em jornais e revistas. As obras do autor foram traduzidas para diversas línguas como o inglês, alemão, russo, chinês e espanhol, tornando-o um autor internacionalmente reconhecido.

As obras de Moniz Bandeira não seguem o padrão científico tradicional, se assemelham mais aos textos jornalísticos. Com isso, ele conseguiu tratar os fatos e acontecimentos de uma forma clara e direta. A fim de não deixar dúvidas, ele era criterioso em detalhar as fontes utilizadas e em citar trechos de documentos e falas dos protagonistas envolvidos em suas obras.

O autor possui um caráter jornalístico que se manifesta desde sua juventude. Para entendermos melhor como ele se tornou um intelectual político, é necessário voltar ao dia 30 de dezembro de 1935, data em que nasceu na cidade de Salvador, Bahia. Moniz Bandeira nasceu em uma família tradicional da cidade; seu pai era Engenheiro e trabalhava como alto funcionário público do Departamento de Terras e Proteção à Natureza da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio da Bahia. Além disso, Moniz Bandeira possuía diversos parentes no cenário político da Bahia, o que conferia grande peso ao seu sobrenome. Graças a essa influência, ele teve oportunidade de se dedicar aos estudos. Sua trajetória educacional teve início na Escola Lyceu Salesiano, mas foi no Colégio Estadual da Bahia que ele ampliou seu círculo de amizades e conheceu importantes intelectuais, como o historiador Luiz Henrique Dias Tavares e o geógrafo Milton Santos.

Entre os 16 e 17 anos, Moniz Bandeira iniciou a escrita de uma coluna chamada “Letras e Artes” no jornal Diário da Bahia. Sua primeira publicação foi em 28 de junho de 1952, tornando-se um poeta reconhecido e recebendo elogios de diversos nomes do cenário literário da Bahia daquela época. Moniz Bandeira trabalhou no Diário da Bahia até o ano de 1955, onde se tornou repórter, cobrindo primeiro a Câmara de Vereadores e depois a Assembleia Legislativa. Em 1954 ele foi contratado pelo jornal “A Tarde”, um dos mais tradicionais da Bahia. Moniz Bandeira trabalhou nos dois jornais simultaneamente. No entanto, o jornal “A Tarde” era mais envolvido nas polêmicas da política nacional e regional.

A vida de Moniz Bandeira se tornou cada vez mais associada às questões políticas quando ele passou a receber influências de seu tio Edmundo Moniz, que lhe presenteou com uma coletânea de textos sobre artes e marxismo intitulada “O Espírito das Épocas”. Sob a influência desse veterano trotskista, Moniz Bandeira começou então a escrever considerações sobre autores como Lenin, Karl Marx e outros pensadores marxistas.

Dando continuidade aos seus estudos, Moniz Bandeira passou em Direito na Universidade da Bahia -UBA, porém trancou sua matrícula após o primeiro semestre e mudou-se para o Rio de Janeiro em 1955, mas continuou trabalhando para o jornal “A Tarde” na sede da cidade do Rio de Janeiro. Ele começou também a escrever e publicar no “Correio da Manhã”. Esse jornal pertencia a sua tia Niomar Moniz Sodré. Algumas das características de escrita do autor se manifestam na sua primeira obra, publicada em 1956 com o título “Verticais” que continha 33 poesias em soneto, trova, epigrama e balada.

Moniz Bandeira concluiu sua formação pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas em 1960, recebendo seu diploma e aprofundando seu envolvimento com a política. Ainda no ano de 1960 Moniz Bandeira iniciou seu trabalho para o jornal “Diário de Notícias”, pertencente a João Dantas, buscando se desvincular dos laços familiares que tinha com outro jornal. Ascendeu rapidamente na carreira, tornando-se chefe da seção política. Durante esse período, acompanhou de perto a campanha presidencial de Jânio Quadros, cobrindo suas viagens por várias regiões do Brasil em busca de aliados.

Uma viagem crucial para a trajetória acadêmica de Moniz Bandeira foi em 1960, quando acompanhou Jânio Quadros em uma visita a Cuba. Essa viagem o levou a defender o processo revolucionário que estava ocorrendo no país, resultando em três livros sobre essa revolução, conforme registrado por Maldonado (2020).

Desde 1956, Moniz Bandeira já estava em contato e colaborava com Sérgio Magalhães, então deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Com o tempo, essa colaboração se intensificou, e Moniz Bandeira tornou-se um importante assessor político de Magalhães. Durante a campanha do político, Moniz Bandeira desempenhou o papel de negociador entre partidos, uma vez que era filiado ao PSB. Isso resultou na formação de uma aliança trabalhista-socialista e o aproximou do Partido Comunista Brasileiro - PCB, com o qual ele já havia mantido relações anteriormente, isso demonstra o caráter diplomático de Moniz Bandeira.

Apesar dos esforços, Magalhães não foi eleito, e Moniz Bandeira, em 17 de outubro de 1960, viajou para a Alemanha Ocidental como parte de uma comitiva de jornalistas financiada pelo Departamento de Imprensa de Bonn. Essa foi a primeira experiência do autor fora do continente. Ao retornar em janeiro de 1961, participou da fundação da Polop, que teve uma influência intelectual significativa na formação de diversos autores da nova esquerda.

Quando Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, renunciou à presidência, permanecendo no cargo somente 205 dias, Moniz Bandeira estava na Bolívia, mas logo retornou para Brasília para cobrir os últimos acontecimentos para o jornal “Diários de

Notícias”. Ele permaneceu boa parte do tempo no gabinete de Sérgio Magalhães que se tornava, graças à renúncia de Quadros, presidente da câmara dos deputados. O contexto histórico desses anos foi bastante intenso, principalmente depois da ascensão de João Goulart à presidência e o golpe militar em 1964.

Ainda em 1961, Moniz Bandeira foi expulso do PSB pelo comitê estadual, alegando que ele estava muito ligado ao PTB e não estaria devidamente engajado com os socialistas. Contudo, ele publicou seu primeiro livro focado na política, intitulado “O 24 de Agosto de Jânio Quadros”.

Segundo Rocha (2018. p 150) “com o golpe de 1964, Moniz Bandeira exilou-se no Uruguai com o presidente deposto, João Goulart, e lá ficou até 1965. De volta ao Brasil, viveu na clandestinidade e foi preso pela Ditadura Militar em dois momentos distintos, de 1969 a 1970 e depois em 1973”. Em uma entrevista cedida por Moniz Bandeira ao site Cult da Uol ele falou sobre o golpe.

CULT – O senhor desenvolveu intensa atividade política, foi perseguido pelo regime militar, asilou-se no Uruguai acompanhando o presidente João Goulart, viveu clandestinamente e esteve dois anos (1969-1970 e 1973) como preso político. Fazendo uma retrospectiva de sua vida, o que guarda desse período?

Moniz Bandeira – Guardo muitas lições. **Não há melhor forma de conhecer e compreender um fenômeno político do que participando dos acontecimentos. A teoria e a práxis se realimentam mutuamente e se corrigem.** Confesso que vivi, como disse Pablo Neruda, e isto enriqueceu muito a minha personalidade. **Cultura não se adquire apenas com a leitura de livros, nos gabinetes, mas, em larga medida, com a experiência, participando das lutas do seu tempo. Cultura permanece, apesar de que, com a idade, a memória possa esmaecer.** (Moniz Bandeira, Site, Cult, Grifos nossos).

A partir das passagens destacadas na citação acima, podemos inferir algumas coisas sobre o pensamento de Moniz Bandeira. Ele compreende que vivenciar e participar ativamente dos acontecimentos proporciona uma compreensão única, inalcançável por outras formas de análise. Suas experiências durante esse período permitiram que ele realizasse uma análise fundamentada de todos os fatos, pois os compreendeu e analisou a partir da realidade que viveu ao longo desses anos.

As afirmações mencionadas acima não são por coincidência; tratam-se do materialismo histórico-dialético, uma teoria desenvolvida por Karl Marx e também trabalhada por Lenin, que são alguns dos autores que mais influenciaram os pensamentos de Moniz Bandeira.

O materialismo histórico-dialético é uma método voltada para compreender e interpretar os eventos históricos, o desenvolvimento da sociedade e as mudanças que ocorrem ao longo dos anos, isto é, a sociedade em movimento.

Pereira e Francioli (2011) afirmam que esse método analisa as mudanças que acontecem ao longo do tempo, seja na sociedade, seja no homem ou na natureza. Para eles, nada é fixo; tudo está em constante fluxo e modificação. Dessa forma, a dialética histórico-materialista compreende essas mudanças constantes a partir das vivências, que também alteram o próprio homem. Quando Moniz Bandeira afirma “Confesso que vivi [...] e isto enriqueceu muito a minha personalidade”, fica claro que o materialismo histórico-dialético analisa o desenvolvimento humano, reconhecendo que o homem se desenvolve à medida que age, transformando a natureza e a si mesmo.

Moniz Bandeira também aborda não apenas a aquisição de cultura por meio de leituras e vivências, mas principalmente por meio da própria ação, participando das lutas sociais e buscando transformar a sociedade. Certamente, tudo que ele viveu durante a ditadura o marcou e o fez entender a importância das lutas sociais para libertar-se do controle dos poderosos que organizaram o golpe militar. Portanto, quando questionado sobre como foi organizada a ditadura militar no Brasil, Moniz Bandeira deixa clara sua opinião sobre o envolvimento dos Estados Unidos no golpe de 1964.

A tendência das Forças Armadas para intervir, como instituição, no processo político da América Latina, a partir de 1960, não decorreu apenas de fatores endógenos, inerentes aos países da América Latina. **Constituiu muito mais um fenômeno de política internacional continental do que de política nacional argentina, equatoriana, brasileira etc., uma vez que fora determinada, em larga medida, pela mutação que os Estados Unidos estavam promovendo na estratégia de segurança do hemisfério, redefinindo as ameaças, com prioridade para o inimigo interno, e difundindo, através, particularmente, da Junta Interamericana de Defesa, as doutrinas de contrainsurreição e da ação cívica.** O golpe de Estado no Brasil, em 1964, foi encorajado pelos Estados Unidos, da mesma forma que em outros países da América Latina, explorando, é claro, as contradições sociais e políticas internas. O governo militar no Brasil deu apoio, com base na mesma doutrina, às outras ditaduras implantadas em países da sua vizinhança, como Bolívia, Chile e Uruguai. Esse assunto eu estudo em meu último livro *Fórmula para o caos – A derrubada de Salvador Allende (1970- 1973)*, lançado agora pela Civilização Brasileira e, no Chile, pela Random House Mondadori (Moniz Bandeira, Site, Cult, grifos nossos).

Na passagem acima, observamos a origem do interesse de Moniz Bandeira pela questão da dominação política dos Estados Unidos. Moniz Bandeira denuncia as estratégias utilizadas pelos Estados Unidos para facilitar o golpe no Brasil, (aliás, ele aborda as ações obscuras do governo estadunidense em diversos de seus livros). Ele deixa claro como os Estados Unidos agiram por meio de ONGs e outros meios de comunicação para influenciar a opinião da população e arquitetar o golpe militar.

Conforme a tese sustentada pelo autor, o Brasil começou a representar uma ameaça ao controle estadunidense, o que provocou uma redefinição das ameaças no continente e levou o

governo estadunidense a iniciar diversos conflitos internos em muitos países da América Latina. O Brasil não foi o único país a sofrer com golpes de governo planejados pelos Estados Unidos; eles tentaram dismantlar a América Latina como um todo, já que os países que a compõem estavam crescendo e se desenvolvendo, o que não agradava aos Estados Unidos. Moniz Bandeira fala com propriedade sobre como os Estados Unidos encorajaram esses golpes. Como nacionalista ligado às lutas sociais do Brasil, ele se empenha em publicar sobre o assunto para que as pessoas compreendam os reais interesses por trás do golpe de 1964 ocorrido no Brasil.

Depois de todas essas vivências, em 1977 ele publica o livro intitulado “O Governo de João Goulart e as Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)”, que detalha como ocorreu o golpe, trazendo uma visão interna dos fatos; uma obra que traz documentos e que trata sobre o real envolvimento dos Estados Unidos na queda do governo do Jango e sobre como foram os anos de seu mandato. O livro enfoca basicamente dois temas:

O primeiro deles diz respeito à participação dos EUA na conspiração, atestada após um denso levantamento de dados que esclarecem as atividades da CIA, do Departamento de Estado americano, da embaixada e das multinacionais norte-americanas no processo que visava à queda do governo Goulart. O segundo tema focaliza o papel político do presidente João Goulart, especificamente sua orientação nacional-reformista, posição então expressa em seu programa de “Reformas de Base” (Oliveira, 2001, 157)

Conforme descrito, o golpe tinha a intenção de dismantlar as propostas de desenvolvimento econômico do Brasil, uma vez que o país possuía uma das maiores capacidades de crescimento e modernização. Quando Jango começou a investir de maneira efetiva no Brasil, passou a ser malvisto pelo governo estadunidense, que optou por removê-lo do poder.

O livro mantém um grande prestígio até os dias atuais, sendo uma das obras de leitura obrigatória para aqueles que desejam compreender melhor os acontecimentos históricos do golpe militar no Brasil. O jornalista Paulo Moreira Leite, do site Brasil 247, afirma em um de seus artigos:

Não li a vasta obra que Moniz Bandeira acumulou ao longo de meio século de atividade intelectual, mas li, reli e recomendo “O governo João Goulart -- As lutas sociais no Brasil -- 1961-1964”. É o melhor livro que já encontrei sobre o governo Jango e o golpe de 64. Doutor em Ciência Política pela USP, compreendia a profundidade dos assuntos em pauta no país daquele período. Também conhecia com relativa intimidade os protagonistas e boa parte dos coadjuvantes dos acontecimentos. Sucesso de vendas desde o lançamento, em 1977, o livro é consulta obrigatória até hoje. A edição original foi atualizada oito vezes, enriquecida com documentos liberados pelo Departamento de Estado norte-americano, além de pesquisas e entrevistas recentes do próprio autor. (Leite, 2017, online).

Moniz Bandeira teve muita propriedade para escrever este livro, não apenas por ter vivenciado diretamente os acontecimentos, mas também por conhecer os personagens principais do processo histórico.

Em 1982 Moniz Bandeira finalizou seu doutorado em ciência política com o trabalho intitulado “O papel do Brasil na Bacia do Prata (da colonização ao império)” pela Universidade de São Paulo - USP. A partir disso, ele iniciou sua carreira acadêmica, tornando-se professor na Universidade de São Paulo. Ele alcançou a posição de professor titular de História da Política Exterior na Universidade de Brasília em 1987, além de ter lecionado em diversas universidades no Brasil e no mundo.

Na Alemanha, Moniz Bandeira foi professor visitante nas Universidades de Heidelberg e Colônia. Também atuou como professor visitante na Universidade de Estocolmo na Suécia, Universidade de Buenos Aires e Universidade de Córdoba na Argentina, além da Universidade Técnica de Lisboa em Portugal. Durante esse período, o autor dedicou a estudar a política exterior e as relações do Brasil com os Estados Unidos, Argentina e Alemanha, bem como à política internacional dos Estados Unidos e suas relações internacionais que interferem na América Latina e no mundo.

Em 1990, Moniz Bandeira mudou-se para a Alemanha com sua esposa Margot e o filho Egas, porém nunca se afastou das questões nacionalistas, mantendo inclusive um posicionamento sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Segundo Rocha (2018, p. 151), “não é nenhum segredo que, para ele, Rousseff foi vítima de um golpe, que começou a denunciar ainda no ano de 2013 durante as Jornadas de Junho, percebendo naquelas manifestações os contornos da política de “regime *change*”¹.

As últimas obras publicadas feitas por Moniz Bandeira foram reedições, por exemplo, a 4ª edição de “O Ano Vermelho” e a 4ª edição de “Lenin: Vida e Obra”. Mas, conforme (Rocha 2018) todas as reedições feitas por Moniz Bandeira não são apenas novas impressões, ele refaz muitas coisas, tem novas ideias, novas provas e documentos a adicionar. Com isso, chega a novas conclusões o que enriquece ainda mais suas obras, certamente essas reedições farão falta para o cenário acadêmico do país.

Moniz Bandeira faleceu em 10 de novembro de 2017 aos 81 anos na Alemanha. Ao fim da vida acumulava alguns feitos como se tornar honoris causa da UniBrasil e da Universidade Federal da Bahia - UFBA; além do grande número de obras publicadas e de ter

¹O “regime charge” [mudança de regime], é uma das táticas utilizadas pelo governo dos Estados Unidos para fomentar golpes de estado em outros países, com o intuito de dominar e implantar nesses países as vontades do capital financeiro, como lembra Moniz Bandeira (2016).

ganhado reconhecimento internacional. Em 2006, a União Brasileira dos Escritores - UBE elegeu-o, por meio de proclamação, como intelectual do ano de 2005, dando-lhe o troféu Juca Pato. Moniz Bandeira ganhou esse prêmio pela obra “A Formação do Império Americano”.

Em 2008 foi designado como cônsul honorário em Heidelberg - Alemanha, e foi também indicado ao Prêmio Nobel de Literatura em 2015, Moniz Bandeira ainda era Sócio do Comitato Scientifico da Revista dell’Istituto Alti Studi in Geopolitica e Scienze Ausiliare di Roma, além da academia de Letras e Artes de Portugal é sócio correspondente do Instituto de História e Geografia do Brasil - IHGB (Moniz Bandeira, Currículo Lattes).

A repercussão em torno de seu falecimento foi grande por parte de amigos, entidades públicas, demais intelectuais e por parte de seus orientandos e ex-alunos. Diversos sites como o globo.com, usp.br, fgv.br, scielo.br, ufba.br, etc. Noticiaram seu falecimento. O Ministério das Relações Exteriores publicou a seguinte nota:

O Ministério das Relações Exteriores recebeu com pesar o falecimento do professor Luiz Alberto de Moniz Bandeira, no dia 10 de novembro, na Alemanha. Intelectual e professor universitário, era cônsul honorário do Brasil em Heidelberg. Independentemente de se concordar ou não com suas perspectivas teóricas e políticas, foi um intelectual que marcou as pesquisas sobre relações internacionais e política externa brasileira. O Itamaraty lamenta profundamente essa perda e manifesta suas condolências aos familiares, colegas e amigos do professor Moniz Bandeira (Ministério das Relações Exteriores, 2017, nota).

A relação entre Moniz Bandeira e a Geografia pode ser observada nas obras e temas de pesquisa que guiaram a vida intelectual do autor. Esse é o assunto do próximo item.

1.2 Moniz Bandeira: temas e obras

As primeiras obras publicadas por Moniz Bandeira foram obras em que ele analisa acontecimentos políticos nacionais como: “O 24 de agosto de Jânio Quadros”, “O Governo de João Goulart” e as lutas sociais no Brasil”, “A renúncia de Jânio Quadros” e “A Crise Pre-64, Brizola” e “O Trabalhismo, O Feudo - A Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil”. Algumas obras tratam das questões sociais e trabalhistas do Brasil como: “O caminho da Revolução Brasileira”, “Trabalho e socialismo no Brasil - A Internacional Socialista e a América Latina”, “Estado Nacional e Política Internacional: do ideal socialista ao socialismo real”, “O expansionismo Brasileiro”, “O ‘Milagre Alemão’ e o ‘Desenvolvimento do Brasil’”, etc.

Há também os livros dedicados a analisar a história de outros países já que Moniz Bandeira também era historiador. Entre essas obras estão “Lenin - Vida e obra”, “De Martí a

Fidel - A Revolução Cubana e a América Latina, Fórmula para el caos?” “La caída de Salvador Allende (1970 - 1973)”, “A reunificação da Alemanha”.

Moniz Bandeira também analisou a relação entre o Brasil e outros países como: “A expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai”, “O Eixo Argentina-Brasil (O Processo de Integração da América Latina)”, “Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003)”.

Apesar do grande número de obras e temas, o eixo principal das reflexões de Moniz Bandeira voltou-se para a relação Brasil e Estados Unidos. Esse é o tema de diversas obras: “Brasil - Estados Unidos: a rivalidade emergente”, “Brasil - Estados Unidos no contexto da Globalização”, “As Relações Perigosas: Brasil - Estados Unidos (De Collor a Lula, 1990-2004)”, “Presença dos Estados Unidos No Brasil - dois séculos de história, geopolítica e política exterior?” e “Estados Unidos, Brasil e América do Sul” etc.

É válido lembrar que muitas das obras de Moniz Bandeira foram traduzidas para diversas línguas, ampliando o impacto de suas idéias para diferentes países. Além disso, muitas dessas obras tiveram mais de uma edição, e como já mencionado, cada nova edição trazia novos dados, tornando-as mais do que simples reimpressões. Moniz Bandeira tinha o hábito de revisitar suas próprias obras e estava sempre atento a novas descobertas e notícias disponibilizadas, o que demonstrava sua dedicação como leitor e autor. Segundo Rocha (2018, p. 151-152):

É possível reconhecer no autor uma relação de leitor dos próprios textos [...] que se rendeu a sentidos não engessados produzidos por certos incômodos na medida em que as transformações, proporcionadas pelo tempo, pelas novas leituras, pelas descobertas descortinadas por um grande número de pesquisas acadêmicas, apresentavam novos problemas e possibilidades aos seus objetos de análise.

Entre as obras de Moniz Bandeira, destaca-se “O Governo de João Goulart e as Lutas Sociais no Brasil”. Essa obra tem análises sempre muito assertivas, construída tanto pela experiência vivenciada pelo autor como pela pesquisa histórica. Por isso, o livro é considerado uma leitura essencial para compreender os acontecimentos desse período no Brasil.

O livro tem duas questões principais. A primeira é a participação e influência exercida pelo governo estadunidense no Brasil, por meio da “Central Intelligence Agency - CIA” [Agência de Inteligência Central] na conspiração contra o governo de João Goulart. A segunda questão refere-se ao papel exercido pelo então presidente João Goulart. Além disso, Moniz Bandeira descreve que “o golpe de Estado de 31 de março de 1964 foi um episódio da

luta de classes, no qual o empresariado, sobretudo seu setor estrangeiro, tratou de conter e reprimir a ascensão dos trabalhadores” (Moniz Bandeira, 2001, apud Oliveira, 2001, p. 157). Moniz Bandeira discorre, assim, sobre a luta populista contra as conspirações norte-americanas, na qual o populismo saiu derrotado através do golpe de Estado de 1964, segundo Oliveira (2001, p. 157).

A análise da participação dos EUA no movimento conspirador que determinou a queda do populismo no Brasil através de um golpe de Estado, e sobre as posturas de João Goulart no referido período de crise (1961- 1964), são utilizadas constantemente pelo autor para fundamentar sua tese principal, como fica claro na seguinte passagem: “Com efeito, o golpe de Estado no Brasil, instigado e sustentado pela comunidade dos homens de negócios e pelos proprietários de terras, constituiu nitidamente um episódio da luta de classes, a refletir o aguçamento, tanto no nível nacional quanto internacional, dos antagonismos sociais e políticos, que atingiram uma gravidade inaudita na América Latina, a partir do triunfo da Revolução Cubana” (Moniz Bandeira, 2001, apud, Oliveira, 2001, p.157).

Para comprovar sua teoria, Moniz Bandeira utilizou não apenas seu testemunho visual dos acontecimentos ocorridos no Brasil, mas também fez uso de extensa pesquisa histórica. Ele analisou diversas entrevistas e documentos, detalhando como as ações dos Estados Unidos foram conduzidas durante a crise do governo. Relatou, inclusive, como eles aliciavam políticos, jornalistas, estudantes e donas de casa, atingindo assim distintas classes sociais do Brasil. Quanto ao governo Goulart, Moniz Bandeira enfatizou “[...]o caráter de sua liderança trabalhista, a qual, sustentada por um eleitorado de base operária, [que] contribuiu para reforçar as pretensões nacionalistas no período, em detrimento dos interesses conservadores e internacionais” (Oliveira 2001, p. 158).

O presidente Goulart tentou implantar reformas de base no país, visando promover o desenvolvimento a partir de reformas como a reforma agrária, tributária, educacional etc. Historicamente, era o líder carismático do populismo, pois para Weffort “o populismo” é um fenômeno político de massas, típico das “regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização”, pautado por uma relação específica entre os indivíduos e o poder político; esse poder é exercido por um líder carismático tutelador, “em contato direto com os indivíduos reunidos na massa” (Weffort, 1978, apud; Oliveira 2001, p. 159).

Segundo Moniz Bandeira, (2001) Goulart não desorganizou as massas e nem agiu como um demagogo para proteger o capital, a exemplo de outros candidatos da época. Goulart era um reformista que se orientava por meio de sindicatos e do PTB. Moniz Bandeira defende, a tese de que o governo João Goulart possuía um reformismo nacional orientado a partir das organizações sindicais e sociais envolvidas nos processos políticos. Essa foi uma

das primeiras obras escritas sobre o tema na época e, com o passar dos anos, teve 8 edições publicadas, sendo a última em 2010.

Outra obra relevante de Moniz Bandeira tem o título “Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003)”, publicado em 2003. Ela é mais uma das obras de Moniz Bandeira que analisa a inserção do Brasil no cenário internacional. Vidigal (2008) relata que esse livro é o resultado de três décadas de pesquisa. Ela é um compilado de livros, documentos e dados analisados por Moniz Bandeira no qual ele descreve como a Argentina ganhou mais importância econômica no continente chegando a competir pela hegemonia latina, enquanto o Brasil tornava-se cada vez mais dependente das exportações de café. Nessa obra, ele analisa também o desenvolvimento do setor de bens de capital Brasileiro, e como o Brasil retoma o posto de potência sul-americana em 1970.

Durante anos, distintos governos do Brasil e Argentina alternaram posições e projetos políticos, que em ocasiões privilegiaram relações extremamente “íntimas” com os Estados Unidos e estimularam o neoliberalismo e que, em outros momentos, tentaram promover uma maior integração entre os dois países, sugerindo a construção de um bloco regional que tivesse a capacidade de aumentar significativamente o comércio bilateral e seu poder conjunto de barganha e negociação no foro internacional. É aí que entram, tão apropriadamente, as discussões sobre a construção, viabilidade e importância do Mercosul, assim como o atual debate sobre a ALCA e suas perigosas implicações para todo o continente (Pericás, 2003, p.252-253).

Com isso, Moniz Bandeira traça um panorama histórico dos diversos fatos que remontam às últimas décadas do século XIX até os inícios do século XX. Além de descrever o desenvolvimento do Brasil e da Argentina, Moniz Bandeira também detalha as táticas utilizadas pelos Estados Unidos para frustrar o desenvolvimento desses países e manter seu domínio e hegemonia no continente americano, conforme mencionado por Vidigal (2008, p. 233).

[...] que se revelam as estratégias desagregadoras desenvolvidas pela diplomacia norte-americana. O esvaziamento da Operação Pan-Americana (OPA), o lançamento da Aliança para o Progresso, o apoio dado às soluções ditatoriais dos anos 1960 e 1970 e a insistência em temas como a cooperação tecnológica, o desarmamento e a não-proliferação de armas nucleares revelam a defesa dos interesses empresariais norte-americanos e a atitude deliberada de conter os projetos de desenvolvimento econômico autônomo. É nesse sentido que Moniz Bandeira sustenta sua tese da “rivalidade emergente”

Moniz Bandeira já havia tratado sobre essas questões em outras obras, por exemplo, no “O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata” (1980). Ele é um dos poucos autores nacionais que discute as questões relacionadas às interferências

políticas e econômicas dos Estados Unidos na América do Sul e as consequências dessa interferência sobre as relações entre os Estados. Isto é, ele analisa a importância da participação dos Estados Unidos nas relações entre Brasil e Argentina, os movimentos de aproximação e afastamento desses países ao longo do tempo eram de certa forma influenciadas pelos Estados Unidos (Pericás, 2003).

Os Estados Unidos não eram parceiros confiáveis para nenhum dos dois países, pois ele está sempre cometendo ingerências nas relações internacionais. Evidentemente, que os Estados Unidos não buscam um desenvolvimento conjunto do continente, eles buscam dismantlar qualquer tentativa de aproximação e parceria entre os países latinos e a criação do Mercado Comum do Sul - Mercosul certamente não agradou, já que esse bloco econômico tem como principal objetivo estabelecer uma zona de livre comércio entre os países que fazem parte do bloco e assim colaborar com o desenvolvimento econômico dos mesmos.

Essa, como muitas das obras de Moniz Bandeira, tornou-se uma leitura essencial para quem deseja compreender como ocorreu a criação do Mercosul, as relações entre Brasil e Argentina e a interferência dos Estados Unidos no desenvolvimento da América do Sul.

É relevante também comentar sobre uma das últimas obras a ser reeditada e publicada, “O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil”, lançada em 2017. Apesar de se tratar de uma reedição, Moniz Bandeira considerava o livro incompleto. Por isso, mesmo aos 80 anos, decidiu revisitar e reeditar a obra. De acordo com Rocha (2018, p. 151):

A primeira edição de O Ano Vermelho foi escrita com a colaboração de Clóvis Melo e Aristélio T. de Andrade, contando com prefácio de Nelson Werneck Sodré. Este deixou algumas impressões pessoais sobre o projeto, assumindo, a priori, tê-lo enxergado com desconfiança devido ao “exíguo prazo” que poderia comprometer a qualidade da pesquisa. Havia, também, a pressa editorial em publicar o livro para aproveitar as comemorações pelo aniversário dos 50 anos da Revolução Socialista Soviética (Sodré, 1967, p.1). Apesar dos elogios dados, então, pelo próprio Sodré e por outros intelectuais renomados, como Darcy Ribeiro, meio século após sua publicação, e cem anos após a Revolução Russa, Moniz Bandeira considerava “O Ano Vermelho” uma obra incompleta e, por isso, digna de revisão. Com 80 anos de idade, o historiador se lançou ao desafio de escrever outro livro, considerado por ele um trabalho inteiramente novo.

Nesse sentido, no “O Ano Vermelho”, o autor remonta um longo período histórico, pois ele parte da “economia brasileira do final do período colonial e durante o Império, as revoltas escravas, a Lei Áurea e suas consequências econômicas, bem como a imigração europeia”; Além de analisar a formação da República e golpe republicano na Monarquia dos Bragança” (Rocha, 2018, p.152).

A primeira edição do livro surgiu em 1967, ano que correspondia a comemoração de 50 anos da revolução russa. Logo, tornou-se o livro dos comunistas brasileiros, pois traz uma

análise sobre a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil, como a criação do partido comunista no Brasil e a luta das classes. Na reedição de 2017, Moniz Bandeira acresceu novas análises, por exemplo, a luta dos trabalhadores, as questões nacionalistas e sobre a luta por se livrar das amarras estadunidenses. Segundo Sorrentino (2017, online), com *O Ano Vermelho* “[...] celebramos a história de luta dos trabalhadores brasileiros pela democracia, por um projeto nacional autônomo e anti-imperialista”.

Por fim, é preciso destacar a trilogia feita por Moniz Bandeira como as obras mais importantes para os geógrafos políticos que desejam entender como os Estados Unidos criaram seu império e como geram caos em suas relações com o resto do mundo ou como este país produz a desordem mundial por meio da geopolítica. Elas também são obras sínteses do pensamento do autor porque retoma a maioria dos temas e análises de obras pretéritas; trata-se de uma espécie de rememoração e refinamento das análises anteriores.

Trata-se das obras “Formação do Império Americano (Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque)”, publicada em 2005. A segunda obra publicada 8 anos depois intitulada, “A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos - das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio”. Por último, em 2016, Moniz Bandeira publicou “A Desordem Mundial – O espectro da dominação total: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias” conforme a figura 1.

Figura 1: Trilogia de obras sínteses de Moniz Bandeira



Fonte: Moniz Bandeira (2005, 2013, 2016)

Nessa trilogia, ele mantém tanto caráter jornalístico (traça um panorama da geopolítica mundial centrada na análise da ação dos Estados Unidos) e de historiador (com a

utilização do materialismo histórico como método de análise). Isto porque “sua relação com a História era movida pelos combustíveis da curiosidade e do desconforto com as assimetrias, fossem elas entre os atores sociais de uma nação ou entre os Estados empenhados na luta por espaços de poder e influência na arena internacional” (Rocha, 2018, p. 151).

Um dos principais objetivos da geopolítica é estudar a interação entre os Estados, além de compreender como os países se relacionam e como se estabelecem as relações de poder entre eles. É crucial observar como essas relações afetam outros países. Nas três obras de Moniz Bandeira, ele aborda essas questões de maneira clara, proporcionando-nos uma melhor compreensão de como tudo isso ocorre. Faz isso a partir da análise do poder e da influência dos agentes sintagmáticos, bem como observa o que está escondido nas entrelinhas das relações assimétricas estabelecidas entre países.

A geopolítica é bastante complexa, pois estudar sobre as relações existentes entre os países não é algo simples. Conhecemos países que estabelecem parcerias em áreas militares, econômicas, comerciais, financeiras, entre outras. Organizações e grupos como a Otan, BRICS, MERCOSUL, União Europeia etc., refletem essas parcerias, e todos buscam, de alguma forma, controlar as relações de poder, seja através de meios militares ou econômicos.

A partir desse jogo de interesses contraditórios surgem os conflitos e disputas no mundo. O conflito, geralmente, têm diversas origens, como questões religiosas, econômicas, culturais, territoriais, e, claro, sobre o domínio do poder no espaço, motivadas por recursos materiais e imateriais. A busca pelo domínio é, certamente, o que mais gera tensões entre países, pois aparentemente segue uma lógica em que o domínio econômico e militar implica no domínio global. Um exemplo notável é os Estados Unidos, que mantêm seu império de domínio baseado na economia mundial, usando o dólar como principal moeda, e em seu poder militar. Utilizam seu poder econômico para sancionar diversos países e o poder militar para envolver-se em conflitos fora de seu território, muitas vezes com interesses questionáveis.

A análise das relações de amizade e inimizade entre países é parte integral da geopolítica. Para entender como essas relações se estabeleceram, é necessário compreender a história dos países e suas relações ao longo dos anos. Compreender os conflitos atuais requer uma compreensão do passado, e para entender quem são os países que dominam o cenário mundial hoje em dia, é essencial meditar sobre como alcançaram esse status.

A trilogia de Moniz Bandeira proporciona aos geógrafos políticos uma compreensão aprofundada dessas questões. O autor apresenta um compilado histórico dos fatos e acontecimentos, analisando as relações com destaque para as ações dos Estados Unidos, Rússia e outros países.

Moniz Bandeira, mesmo sendo um historiador, carrega consigo diversas características metodológicas que são comuns à Geografia. A geografia é dinâmica, os dados estão sempre em transformação; o espaço geográfico e história humana que nele se desenrola é sempre presente. Por isso, a necessidade de atentarmos ao movimento da sociedade a fim de captar as novidades históricas e sociais. Moniz Bandeira possui essa característica, sempre em busca de novos fatos, dados, documentos a fim de captar o movimento da história e suas consequências sobre a vida concreta.

Diante do exposto, a última obra dessa trilogia, “A desordem mundial”, é a mais relevante. Com 24 capítulos, abrangendo desde a Segunda Guerra Mundial até questões contemporâneas como a guerra contra o terror, o surgimento de novos países na disputa pela hegemonia mundial, desdolarização e assuntos relacionados à Rússia e à China, a obra oferece uma contribuição valiosa para as discussões atuais na geopolítica. Por isso, este trabalho analisa tal obra, pois é a síntese das interpretações de Moniz Bandeira sobre as ações dos Estados Unidos ao longo dos últimos anos, além de fornecer diversas perspectivas sobre os desdobramentos futuros da geopolítica e o papel da globalização na desordem mundial.

1.3 Moniz Bandeira e o método de análise

Moniz Bandeira destaca-se pela sua característica distintiva, pois todos os seus escritos têm como objetivo, de certa forma, provocar uma intervenção na realidade social dos leitores. Abordando consistentemente temas sérios que impactam o nosso país, ele se destaca como um dos raros escritores brasileiros que denunciam as intervenções maliciosas promovidas pelos Estados Unidos em nosso país, na América Latina e no mundo como um todo. Não tem medo de colocar em pauta essas questões de fundamental importância, e tendo como base as análises históricas, documentais e jornalísticas, o cerne do método de análise e exposição de Moniz Bandeira está, conforme entrevista concedida pelo autor, na procura de **“conhecer e compreender um fenômeno político [...] participando dos acontecimentos. A teoria e a práxis se realimentam mutuamente e se corrigem”** (Moniz Bandeira, Site, Cult, Grifos nossos).

Nota-se, portanto, que Moniz Bandeira é profundamente influenciado pelo método dialético e pelo materialismo histórico. Conforme Maldonado (2020, p. 33), Moniz Bandeira iniciou na carreira intelectual muito próximo às ideias associadas ao trotskismo. E de acordo com Angelo (2008, p. 16).

[...] o trotskismo teve início em 1906, com a publicação do livro Balanços e perspectivas, em que Trotsky discutiu a eficácia da revolução permanente para a implantação do socialismo. Partindo do pressuposto de que a burguesia havia se

tornado essencialmente conservadora, Trotsky afirmava que as tarefas democrático-nacionais – como a democratização do Estado e a reforma agrária, por exemplo – só poderiam ser levadas adiante por uma revolução que estivesse sob a hegemonia dos trabalhadores.

Após alguns anos, também influenciado por seu tio Eduardo Moniz, Moniz Bandeira começou a se aproximar do marxismo e dos autores que escrevem sobre ele. Como lembra Maldonado (2020, p. 34), a primeira obra que Moniz Bandeira recebeu sobre o marxismo foi a coletânea “Artes e Marxismo: O Espírito das Épocas” e o livro intitulado “Minha Vida”, de Leon Trotsky. Essas obras certamente marcaram alguns dos interesses de Moniz Bandeira.

Moniz Bandeira estava no começo de sua formação e, posteriormente, teve contato com diversas outras obras de inúmeros autores marxistas, além de receber a influência de vários estudiosos, escritores, políticos, amigos, etc. (Maldonado, 2020). Seu interesse pelas leituras marxistas o levou a se filiar ao PSB e, mais tarde, tentar formar a Liga Socialista Revolucionária em Salvador. Ele e seus companheiros não obtiveram êxito nessa tentativa, mas é algo realmente interessante.

Todas essas leituras e influências foram válidas para que Moniz Bandeira pudesse desenvolver sua própria forma de análise, tornando-se um escritor e acadêmico bastante livre, “para não se prender a linhas teórico-metodológicas rígidas, sendo capaz de conciliar elementos analíticos do marxismo dialético com propostas da Nova História Política, bem como as novas metodologias da História das Relações Internacionais” (Rocha, 2018, p.151).

Nesse sentido, é válido analisar quais são esses “elementos analíticos” aos quais Moniz Bandeira adere-se. O primeiro é o materialismo-histórico-dialético, que parte de dois pressupostos: a investigação e a exposição, a investigação é a forma como o pesquisador entende o objeto pesquisado e o esforço de refletir sobre o objeto para assim o expor, de forma crítica, as contradições apresentadas pelo próprio objeto. Com efeito, essa é a característica mais marcante da obra do autor: a tentativa de descortinar todas as contradições de um objeto de análise, tentando captar a totalidade no qual esse objeto se encontra.

Por isso, Moniz Bandeira, persistia sobre determinados assuntos, por exemplo, a influência dos Estados Unidos na geopolítica mundial. Essa tentativa de revelar a totalidade em movimento, essa tentativa de abarcar um objeto em muitas dimensões o é que explica diversas reedições de suas obras, sempre trazendo novos documentos e resultados de investigações. Isso o levava a novas exposições e, conseqüentemente, a novas críticas acerca dos fatos.

No entanto, como Rocha (2018, p. 151) declara, Moniz Bandeira não se prendia a nenhum método de forma definitiva; ao contrário, ele associava diferentes abordagens, como as discutidas pela nova história política, que envolvia diversas questões distintas da abordagem da velha história política. Enquanto esta última se concentrava apenas em estudar as ações das grandes nações envolvidas em conflitos, a abordagem da nova história política é mais ampla e abrangente.

A nova história política passa a dialogar com diversos campos de análise, e Moniz Bandeira sabia manobrar essas abordagens em suas obras. É notável como ele transita por todos esses assuntos de forma coerente. Moniz Bandeira é, essencialmente, um criador de pontes entre os mais diversos assuntos, sempre utilizando a história como ponto de partida essencial de suas obras. Em termos aproximativos, Moniz Bandeira pratica um materialismo histórico-geográfico. Talvez essa busca por novos métodos de análise também seja influenciada pelo materialismo histórico, sobretudo, porque sentia a limitação de certa perspectiva metodológica. De qualquer forma, o processo histórico em movimento sempre esteve entre as preocupações de Moniz Bandeira.

Para Moniz Bandeira, o processo histórico sempre se apresentou como o melhor meio para compreender os fenômenos políticos, caracterizados por um entrelaçamento infinito de causas e por fenômenos resultantes de transformações quantitativas e qualitativas de tendências que se desenvolvem ao longo do tempo. Dessa maneira, ele dedica-se ao estudo do processo histórico, interpretando o conhecimento histórico de determinada época considerando a formação econômica, social e política, mas sempre tendo como referência o presente.

Essa abordagem de escrita é facilmente percebida em suas obras, como na reedição de “O Ano Vermelho”, que, como menciona Rocha (2018), Moniz Bandeira remonta a um período ainda mais remoto na formação do Brasil, abrangendo assim um extenso período da formação de nosso país. Outro exemplo é a obra “A Desordem Mundial”, na qual Moniz Bandeira dedica o 11º capítulo para descrever detalhadamente a criação da Rússia, desde a conquista e domínio dos Varegues (vikings) até a formação da Ucrânia; tudo minuciosamente detalhado para que possamos compreender os acontecimentos atuais e os motivos pelos quais a guerra eclodiu entre Rússia e Ucrânia.

Como historiador competente, Moniz Bandeira analisou o passado e o presente ao escrever essa obra, sendo capaz até mesmo de fazer previsões sobre um possível conflito entre esses dois países, o que realmente ocorreu em 2022, cinco anos após a morte de Moniz Bandeira, demonstrando sua perspicácia e profunda análise.

Uma das características de Moniz Bandeira é a análise documental, que está sempre presente na maioria de suas obras Vidigal (2003). Moniz Bandeira usa esse método para comprovar suas teses. Mas o que seria o método documental ou pesquisa documental?

A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar. Apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa o acesso às fontes pertinentes, e, a esse título, faz parte integrante da heurística de investigação. (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 13)

Uma das bases da pesquisa documental é a investigação, que consiste em chegar a alguma conclusão por meio da análise de documentos. Nesse processo, como lembram Sá-Silva, Almeida e Guindani, (2009), podemos entender que existe uma diferença entre análise documental e análise bibliográfica. A pesquisa bibliográfica está mais relacionada à análise das contribuições feitas por outros autores sobre um determinado tema, ou seja, é uma releitura baseada no entendimento de autores que tiveram contato com o documento em primeiro lugar. Já a pesquisa documental refere-se à utilização de fontes primárias, é quando o pesquisador analisa determinado documento de forma autônoma. Nesse caso, é necessário ter um olhar mais cuidadoso, já que o documento nunca recebeu tratamento científico.

Moniz Bandeira faz uso desses dois métodos de pesquisa, realizando análise tanto de obras literárias quanto de documentos primários. De acordo com Oliveira (2001, p. 157), “sobre a participação dos EUA, o autor lança mão de uma intensa e primorosa pesquisa histórica, com base em documentos e entrevistas, descrevendo com detalhes as operações realizadas pelos grupos norte-americanos na referida crise”. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 13-14) “pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos”.

A ideia que impulsiona Moniz Bandeira é que, a partir do passado, é possível realizar inferências para o futuro. Trata-se, portanto, de um movimento de pesquisa “regressivo-progressivo”, buscando uma análise histórico-genética para compreender o presente. Essa abordagem reforça seu compromisso como pesquisador ativista, preocupado com a transformação social. Talvez essa perspectiva derive da formação jornalística de Moniz Bandeira, que remonta à sua juventude. No entanto, a experiência histórica que o acompanhou ao longo de sua trajetória moldou a abordagem na busca por informações, dados e fatos

relevantes para a sociedade. Sem sombra de dúvida, isso fomenta a ideia de reconstruir abstratamente o passado para compreender concretamente o presente.

2 DESORDEM MUNDIAL, GLOBALIZAÇÃO E MONIZ BANDEIRA

Neste capítulo, abordaremos alguns conceitos fundamentais do nosso trabalho: a desordem mundial, a globalização, o imperialismo e a geopolítica, para entender como todos os conceitos discutidos estão interligados e contribuem para a dominação geopolítica dos Estados Unidos no período da globalização.

2.1 Desordem mundial e globalização: uma perspectiva geográfica

A desordem mundial se origina a partir de desequilíbrios. Pode-se questionar se houve, em algum momento da história, verdadeiro equilíbrio. A busca por domínio foi, sem dúvida, um dos primeiros atos de desordem. Os países europeus embarcaram em grandes navegações, subjugando povos e culturas para exercer seu domínio. A partir desse ponto, estabeleceu-se uma “ordem” de exploração das colônias, mas essa ordem não assegurava os interesses de todos os povos, apenas os interesses dos países colonizadores.

Assim, a desordem emerge quando um punhado de países tenta impor uma ordem baseada em seus próprios critérios, sem considerar os interesses de outros países. Como ocorreu após a guerra fria onde a “ordem” capitalista mundial foi estabelecida, e os países pioneiros assumiram o papel de líderes da ordem mundial.

Atualmente, fala-se muito sobre uma “nova ordem mundial,” mas isso nos leva a uma contradição, já que, se a ordem nunca existiu, como podemos estabelecer uma nova ordem? O mundo passou a aceitar uma definição de “ordem” que é, em grande parte, errônea, pois é parcial e representa o interesse de poucos países. Isto é na verdade uma desordem mundial disfarçada sob o rótulo de ordem mundial. Assim, as desigualdades e desequilíbrios existentes são encarados como algo normal e, em muitos casos, sem solução.

Haesbaert (1991) relata que tanto a degradação ambiental quanto os problemas sociais, as desigualdades socioeconômicas, a hegemonia do poder político-militar, o controle cada vez maior de tecnologias e informações por empresas, bem como questões de segregação étnica e religiosa, só aumentam no mundo. O fato de esses problemas aumentarem, prova que nunca houve uma verdadeira ordem mundial, pois, essas questões já têm uma longa história.

No entanto, como surgem esses desequilíbrios que levam à desordem? Surgem da busca pelo poder e pela dominação, um exemplo foi a dominação exercida pelos países europeus, mencionada anteriormente, envolveu o exercício de poder através da força. Isso

acontece quando aquele que detém o poder utiliza a força para impor sua vontade. Essa noção de dominação e poder é abordada por Max Weber (1982 p.103) “o Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação. Teve êxito ao buscar monopolizar o uso legítimo da força física como meio de domínio dentro de um território”, Weber foi um dos primeiros autores a discutir sobre essa relação.

O poder, em sua etimologia, significa “ser capaz de.” O conceito tem suas origens no latim “*possum*.” Desde os primórdios da vida, as relações de poder existem em diferentes níveis e de várias formas. A sobrevivência dos mais fortes era, sem dúvida, uma forma de relação de poder, e atualmente, essa dinâmica não mudou. No entanto, os mais fortes não lutam apenas pela sobrevivência, mas também pela dominação.

O poder é, portanto, uma ação exercida sobre um ou muitos indivíduos. Ele não é algo isolado, pois acontece por meio de relações. Em outras palavras, quando uma pessoa, uma instituição ou um governo exerce controle, autoridade ou influência sobre outros, eles estão estabelecendo relações de poder. Essas relações ocorrem em diferentes escalas e assumem diversas formas. É importante ressaltar que as relações de poder não ocorrem apenas entre os grandes detentores do poder; elas estão presentes em todos os espaços onde o poder é exercido.

Partindo da ideia de que o poder permeia todas as relações de alguma forma, temos em Michel Foucault e em sua obra “Microfísica do Poder” uma base bem interessante para análise. Embora não tenha a intenção de aprofundar em uma obra tão complexa, as ideias de Foucault sobre o poder são extremamente relevantes. Ele analisa as relações de poder em diversos níveis, desde as instituições de controle e disciplina até questões envolvendo “loucos,” sexualidade, prisões, hospitais, casas e salas de aula. Em outras palavras, ele examina os espaços onde essas relações de poder ocorrem, não se limitando apenas às grandes relações de poder existentes na geopolítica estratégica, mas também analisando os microespaços em que o poder se manifesta.

Seguindo as ideias de Foucault, Raffestin (1993) entende que o poder é *perene*, e chama atenção para o erro de se buscar um ponto central para o poder, uma vez que ele irradia de todos os lugares. A diferença da abordagem de Raffestin, porém, está na análise centrada na forma como o poder é exercido no controle do espaço e nas relações espaciais. Ele explora questões como a territorialização, o impacto dos fatores geográficos na distribuição e exercício do poder, o estudo das redes e dos fluxos, além de analisar o espaço geográfico como um campo de disputas de força pelo controle e influência. Segundo o autor, essas disputas ocorrem entre os atores sintagmáticos.

Atores sintagmáticos, na definição de Raffestin (1993), são indivíduos, grupos, instituições ou todos aqueles que de alguma forma participam de uma organização e tem um projeto, que controlam ou influenciam e moldam o espaço segundo seus interesses. Um ator sintagmático é aquele que tem um projeto de controle do espaço geográfico. Se o poder está em todo lugar, os atores sintagmáticos são os agentes mais importantes, aqueles que condensam as relações de poder ou os que mais afetam o espaço a partir de seus interesses. Na origem da “desordem capitalista” está um conjunto de atores sintagmáticos bem restritos, os estados imperialistas, sobretudo, os Estados Unidos.

A globalização é uma das formas como esses atores sintagmáticos exercem o poder no período contemporâneo. Por isso, ela é vista como uma das responsáveis pela desordem mundial, sobretudo, porque ligada ao fenômeno conhecido como desterritorialização. Esse fenômeno refere-se à desvinculação entre o espaço e o ser humano em relação a instituições econômicas, ambientais, políticas e culturais. Essa desvinculação permite que certos atores, como grandes empresários, ganhem maior influência e controle, uma vez que essas instituições costumavam ser vinculadas ao Estado, que acaba por perder força em relação ao espaço e à população.

Quando consideramos a perspectiva da globalização, o termo desterritorialização está relacionado à perda do controle da espacialidade não apenas pelo ser humano, mas também pelo próprio Estado. De acordo com Haesbaert e Gonçalves (2006), isso ocorre porque o Estado começa a perder sua influência sobre suas instituições e sua jurisdição devido à globalização, que cria uma ilusão de remoção de fronteiras. É verdade que, com o avanço da globalização, as fronteiras políticas-administrativas foram modificadas, mas não deixaram de existir; elas se tornaram mais flexíveis.

Com o surgimento dessas desterritorializações, ou seja, é desvinculação entre o homem, o Estado e seu espaço de poder, emerge o que Haesbaert e Gonçalves (2006) denominam de “vazio de poder”. Esse fenômeno ocorre quando os Estados deixam de cumprir seu papel em áreas extremamente necessárias, como, por exemplo, o planejamento territorial. O termo vazio de poder, porém, é questionável, pois, conforme Raffestin (1993), o poder nunca deixa de existir; ele apenas se transfigura. Em outras palavras, não ocorre exatamente uma ausência de poder, mas sim a predominância de outros agentes sintagmáticos no lugar do Estado, como as corporações transnacionais e o capital financeiro, por exemplo.

Uma maneira de corroborar o que foi mencionado acima é o fato de que, quando o Estado não exerce seu poder em relação a algumas de suas obrigações, outros atores começam a assumir o controle. Esses atores incluem organizações do crime organizado, narcotráfico,

contrabando, terrorismo e milícias, que passam a dominar um espaço que deveria ser controlado pelo Estado. Isso, sem dúvida, resulta em um ressurgimento do poder, porém controlado por esses atores, o que frequentemente se traduz no que estamos denominando de desordem mundial.

Esse cenário ocorre devido ao fato de que, anteriormente, os Estados tinham um controle mais efetivo sobre a sociedade e as instituições em um determinado espaço que correspondia à sua jurisdição. No entanto, com o surgimento da globalização, que leva à flexibilização das fronteiras e à necessidade de lidar com questões em níveis globais, o Estado começa a perder esse controle e passa a se deparar com maiores desafios nas novas interações internacionais.

Para além dessas novas interações entre nações, os Estados também têm que lidar com as investidas neoliberais e com a financeirização, pois é cada vez mais frequente a dominação de agentes dos mercados nas estruturas econômicas e financeiras dos Estados, essa financeirização dos Estados causa segundo Bruno e Caffé (2017, p.1041)

[...] consequências mais graves é a perda de autonomia dos Estados nacionais, seja para formular a política econômica, seja para implementar medidas necessárias ao processo de desenvolvimento socioeconômico sustentável. Uma vez que essas atribuições são intrínsecas aos Estados, não se esperaria que mercados e setor privado tivessem objetivos sociais ex-ante.

O Estado perde poder e domínio sobre questões básicas para a população, que não serão supridas pelas empresas privadas que terminam por assumir tal poder, pois não é do seu interesse investir em questões sociais, aí jaz mais um foco da desordem.

Então quais seriam as questões a níveis globais? Alguns exemplos incluem o aquecimento global, os fluxos migratórios, as questões ambientais, econômicas, militares e a busca por recursos naturais, entre outros. Essas questões não podem ser tratadas individualmente por cada país, sendo necessária uma discussão global para encontrar soluções. Por isso, surgiram organizações supranacionais como as Nações Unidas e outras que se dedicam a debater essas questões. No entanto, alguns países imperialistas ou controlam tais instituições ou tomam decisões unilateralmente, e tentam depois impor suas decisões globalmente.

Outra tentativa dos Estados em responder aos desafios de uma economia cada vez mais globalizada é a criação dos blocos econômicos. Muitos desses blocos econômicos surgiram com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico mútuo, reduzir impostos comerciais, tarifas alfandegárias, expandir mercados consumidores e obter diversas outras

vantagens para os países membros. A questão, no entanto, é se esses blocos econômicos são os criadores de uma ordem mundial. Quando se analisa o viés político subjacente aos blocos econômicos, percebe-se que alguns países tentam exercer controle por meio deles. Um exemplo disso foi a ideia proposta pelo governo dos Estados Unidos de criar um grande bloco nas Américas chamado Área de Livre Comércio das Américas - ALCA como lembra Pinto e Guimarães.

Embora o ALCA não tenha se concretizado na prática, a iniciativa buscava, nas entrelinhas, um maior controle sobre a América Latina. De acordo com Pinto e Guimarães (2005, p.8) “a formação da Alca é, pois, um instrumento fundamental para os EUA acentuarem a sua influência na América Latina e para condicionarem quer o papel do Mercosul na região, quer o seu alargamento; no limite a Alca poderá mesmo levar à extinção do Mercosul.” A partir dessa citação é notório que mesmo em um bloco econômico, as disputas pelo controle do poder ocorrem às vezes de forma velada, outras de maneira explícita.

Mesmo com a criação dos blocos econômicos, é válido ressaltar que os Estados individualmente não perderam totalmente seu poder. Eles continuam a fornecer subsídios a diversos setores, como o militar, e mantêm o controle dos recursos energéticos em seus territórios. Portanto, os Estados ainda desempenham um papel significativo na desordem mundial. Em alguns casos, eles criam políticas internas que favorecem a desordem, por exemplo, a privatização de empresas que tratam de saúde, educação, energia, água etc.

Haesbaert e Gonçalves (2006) caracterizam a desordem atual a partir de quatro tipos: desordem econômica, desordem política, desordem cultural e desordem ambiental. A partir dessas quatro categorias, muitas outras se desdobram, como a desordem militar, a desordem da informação, a desordem humanitária e muitas outras.

A desordem econômica tem no capitalismo o seu principal protagonista, uma vez que, para o capitalismo, o lucro é o objetivo principal, e a acumulação de capital financeiro é uma de suas finalidades. Com esse sistema, surgiram importantes atores na economia, como grandes monopólios, corporações transnacionais e organizações financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial, que exercem considerável poder de intervenção sobre Estados menores, muitas vezes levando-os à condição de devedores.

O capitalismo derrubou barreiras e se espalhou por praticamente todos os países. Isso ocorreu porque as empresas passaram a produzir não apenas para seus próprios países, mas para muitos outros, resultando em maior fluidez e abertura nos setores de comércio e finanças.

No entanto, essa desordem econômica também gerou grandes desigualdades, como o acúmulo de grandes fortunas e a existência de milhões de pessoas que vivem com pouco ou nenhum dinheiro.

De acordo com uma pesquisa publicada pela CNN Brasil em 2021, esse desequilíbrio financeiro atingiu o ponto em que apenas 10% dos mais ricos controlam 76% da riqueza mundial, enquanto os 40% da população de classe média controlam apenas 22% da riqueza, e os 50% mais pobres têm o controle de apenas 2% da riqueza mundial. Essa disparidade é significativa e, mesmo que a pandemia do COVID-19 tenha aumentado esse desequilíbrio, ele já existia como uma das consequências do sistema capitalista.

Certamente, o fato de uma única moeda, o “dólar”, ter se tornado a principal moeda para o comércio mundial também facilitou essa desordem econômica, a globalização do dólar trouxe consigo a globalização do capitalismo norte-americano e suas ideias neoliberais, que passaram a afetar não apenas a economia de outros países, mas também a política.

Os Estados Unidos, continuam como “o único avalista possível do sistema de livre comércio mundial” e, desse modo, a abertura dos mercados globais depende da política definida pelos norte-americanos. O dólar continuaria a ser, portanto, “o intermediário do comércio mundial”. (Haesbaert ; Gonçalves, 2006, p.39).

Quando examinamos a desordem política mundial a partir da perspectiva da globalização neoliberal, percebemos que os Estados nacionais começaram a perder influência em diversos campos, incluindo a prestação de serviços públicos. Um exemplo disso é a área da segurança pública, pois alguns países possuem mais seguranças privados que policiais, ou seja, a segurança pública é praticamente feita por empresas de segurança privada.

A revista Forbes realizou uma pesquisa sobre esse tema e descreveu que “A segurança privada está crescendo e o setor movimenta, aproximadamente, US\$ 180 bilhões por ano, cifra que deve crescer para US\$ 240 bilhões até 2020.” Forbes (2017, online). Os números são alarmantes, mas descrevem bem a realidade atual, na qual o setor privado supera o público, pelo menos em número de funcionários, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Países com mais seguranças particulares do que policiais

Países	Segurança Particular	Policiais
Índia	7 milhões	1,4 milhão
África do Sul	487.058	194,852
Brasil	1,7 milhão	687.684
Austrália	114.600	52.400
Japão	459.305	246.800

Fonte: Forbes 2017

Elaboração: Rodrigues, Joana E. A. (2023)

Esse fenômeno não se limita apenas às questões de segurança interna de um país, mas também afeta a segurança nacional, a ONU por exemplo utiliza bastante essas Empresas Militares Privadas - EMPs em suas missões de paz as PKOs - Peacekeeping Operations, que traduzindo para o português são as Operações de Manutenção da Paz.

A utilização de Empresas Militares Privadas em Missões de Paz, pelas Nações Unidas, é uma realidade desde o fim da Guerra Fria. Apesar das diversas críticas feitas à contratação destas empresas pela ONU, não podemos negar que as EMPs são responsáveis por boa parte das atividades desenvolvidas em PKOs sendo, inclusive, já consideradas como parceiras de praxe neste tipo de operação. Mesmo não possuindo uma posição formal sobre a contratação das EMPs, as Nações Unidas utilizam cada vez mais deste recurso como forma de garantir a segurança e efetividade das PKOs. (Mendes; Mendonça, 2011 p.13)

Outro aspecto interessante está relacionado à desordem cultural, que é um tema complexo de se analisar. Alguns autores como Milton Santos por exemplo estuda a globalização e as implicações nas culturas locais em sua obra “por uma outra globalização”, Renato Ortiz também discorre sobre isso na obra “Mundialização e Cultura”, analisando como as culturas são transformadas pelos elementos ocidentais, ambos falam sobre a ocidentalização do mundo.

Enquanto autores como Samuel P. Huntington em sua obra “O Choque das Civilizações” fala sobre as diferenças culturais e descreve desafios para sua interação, ou seja, defendem a ideia de que o mundo está culturalmente dividido. Além disso, há quem defenda a tese de que o mundo é uma grande mistura cultural, e essa afirmação parte da perspectiva de que as grandes migrações são responsáveis por isso.

Um exemplo disso são as migrações resultantes das colonizações, que modificaram e influenciaram profundamente as culturas dos países colonizados. Vale lembrar que as migrações ainda ocorrem, embora não com as mesmas finalidades e causas.

No que se refere à ocidentalização do mundo, é válido lembrar que a cultura ocidental está se espalhando por meio da globalização, chegando a outros lugares e modificando as culturas preexistentes. Mas quais seriam esses países ocidentais e como eles causam tal efeito? De acordo com Câmara (2022), os países ocidentais são basicamente os países desenvolvidos, embora também haja definições que descrevem os países ocidentais como aqueles localizados no lado oeste do mapa-múndi.

Uma das causas dessa ocidentalização do mundo partira da influência que a língua inglesa exerce. Para Raffestin (1993) a imposição das grandes empresas de utilizar somente o inglês em suas negociações, causou o “imperialismo do inglês”, que afeta a cultura dos países, pois a língua carrega consigo muitas informações e influências, pois uma das maiores representações para um povo é sua língua.

Outro tema relevante é a desordem ambiental, que surge a partir das disputas por recursos naturais. Por exemplo, a tentativa de controlar as jazidas de petróleo tem levado a inúmeros conflitos ao redor do mundo como na Síria, no Iraque, a guerra do Golfo etc segundo pesquisa publicada pelo site BBC News Brasil. Bem ilustrado pela frase: “onde há petróleo, não há paz” (Haesbaert e Gonçalves, 2006, p.114). Certamente, o petróleo não é o único recurso que causa desordem; no futuro, a busca por água potável poderá provocar conflitos ainda mais intensos.

Diversas questões ambientais passaram a fazer parte dos discursos dos países desenvolvidos, que alegam ser necessário preservar o meio ambiente para salvaguardar a vida dos seres humanos. Isso é verdade, mas surge outro problema: esses países defendem a preservação principalmente fora de seus territórios. Há muitos discursos e promessas como as acordadas desde a criação das Cops.

Durante essas reuniões, as nações negociaram várias extensões do tratado original para estabelecer limites juridicamente vinculativos para as emissões. Por exemplo, o Protocolo de Kyoto em 1997 e o Acordo de Paris adotado em 2015, no qual todos os países do mundo concordaram em intensificar os esforços para tentar limitar o aquecimento global a 1,5°C acima das temperaturas pré-industriais e aumentar o financiamento da ação climática. (Nações Unidas Brasil, 2022, online).

Diante do exposto, é notório que a atual desordem mundial é bastante complexa. Nesse contexto, o mundo vive uma verdadeira confusão, mas, em resumo, desordem mundial refere-se aos desequilíbrios, desigualdades e conflitos engendrados pelo capitalismo e catalisados pelo avanço da globalização. Por fim, torna-se válido questionar, por meio da pergunta feita por Haesbaert e Gonçalves (2006, p. 9): “Que geografia [mundial] é essa, que

parece recuar e avançar pelo tempo, em múltiplas velocidades que sugerem simultaneamente avanços e retrocessos, união e fragmentação, ordem e desordem?”

A partir desse questionamento e da extrema complexidade da desordem mundial, a geografia enfrenta um grande desafio, que é analisar a dicotomia entre ordem e desordem e suas manifestações concretas no espaço. A geografia acaba sendo fundamental para a compreensão dessas dinâmicas globais, que envolvem questões sobre globalização, economia, demografia, infraestrutura, cultura e identidade, meio ambiente, entre outros. Dessa forma, essa ciência se torna uma importante ferramenta para os estudos relacionados à desordem mundial, suas prováveis consequências e os possíveis meios para retardá-la. E é nesse contexto que a obra de Moniz Bandeira pode subsidiar o debate geográfico, conforme veremos no capítulo 3.

2.2 Desordem mundial? Imperialismo e globalização

Para compreender o imperialismo e a globalização, é fundamental que entendamos o capitalismo, visto que este é o agente subjacente a esses processos. O capitalismo é um sistema econômico orientado principalmente pelo lucro, caracterizado pela divisão entre a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, composto pelas pessoas que vendem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção.

Nesse sistema econômico, surgem monopólios, o que representa uma grande contradição, uma vez que o capitalismo preconiza a ideia de livre concorrência. Como lembra Moniz Bandeira (2017) esses monopólios começaram a se formar quando grandes empresas passaram a adquirir empresas menores e a controlar o comércio. Eles empregaram táticas como boicotes, restrições de acesso ao crédito e redução de preços dos produtos, tornando praticamente impossível a sobrevivência das empresas com menos capital. Estas acabavam por falir ou serem compradas pelas empresas maiores, resultando em uma concorrência que estava longe de ser livre ou justa.

Consequentemente, esses grandes monopólios passaram a ter uma importância cada vez maior nas economias dos Estados. Como lembra Moniz Bandeira (2017), quando essas empresas já haviam conquistado todo o mercado em seus países de origem, buscavam expandir sua influência para outros países. Portanto, esses monopólios começaram a dividir entre si os mercados internos e, com o desenvolvimento dos meios de produção, comunicação e tecnologia, ou seja, com o advento da globalização, elas passaram a compartilhar o mercado mundial.

Como resultado do crescente controle de porções significativas dos mercados, do comércio e da produção, a competição deixa de se limitar ao âmbito das empresas, transformando-se em uma disputa entre Estados. Com isso, muitos países passam a oferecer incentivos na esperança de atrair investimentos e empregos, criando mecanismos de regulação favoráveis às empresas (como o controle do mercado de trabalho), investindo também em infraestrutura (estradas, portos e telecomunicações) e ajustando a política monetária; tudo isso para atender aos interesses das grandes corporações.

Esse tipo de competição pode ter implicações significativas para os Estados envolvidos. Enquanto alguns países podem se beneficiar do investimento e crescimento econômico resultantes, outros podem enfrentar desafios, como a diminuição da arrecadação fiscal devido a incentivos oferecidos, desemprego, a exploração de recursos naturais sem considerações ambientais adequadas.

Então, a ideia de “imperialismo” que discutimos aqui não se trata de uma região liderada por um “imperador”, mas sim de diversas regiões do mundo que são controladas de alguma forma pelo “capital financeiro” de países “imperialistas” que interferem nas questões econômicas, políticas e até mesmo sociais de outros “Estados soberanos capitalistas”.

O “capital financeiro”, de acordo com Moniz Bandeira (2017), seria a junção entre o “capital industrial” das grandes empresas e o “capital bancário” dos bancos multimilionários. Em torno desse “capital financeiro” surgem as “oligarquias” financeiras. Essas “oligarquias” passam a dominar um terreno cada vez maior dentro da política. Daí o fato de a concorrência passar das empresas para os “governos nacionais”.

Costa (1992) discute o conceito de “império” por uma perspectiva interessante quando o relaciona com a ideia de “potência mundial”. Ambas surgem devido ao “capitalismo” e a sua expansão, e estão vinculadas aos “monopólios”. Assim, o “imperialismo” se torna uma forma de relacionamento internacional das “potências mundiais” que passam a configurar seus interesses a nível global e não somente a nível nacional.

Sendo assim, esse “capitalismo imperialista” tem objetivos globais manejados pelos interesses do “capital financeiro”. Uma prova disso é que esses “impérios capitalistas” têm como um dos seus motores econômicos principais a “indústria bélica”. Isto é, os “cartéis” deixam que as guerras ocorram para o consumo de suas armas. Claro que essas guerras ocorrem nas periferias do sistema, nas regiões onde o “capital financeiro” possui algum tipo de interesse.

De acordo com Moniz Bandeira (2017, n.p) “o monopólio, uma vez constituído e começando a manejar milhares de milhões, penetra, inevitavelmente, em todos os aspectos da

vida social, independentemente do regime político e de outras particularidades.” O monopólio é uma das consequências do sistema capitalista, e se analisarmos a citação acima podemos facilmente associar as características do monopólio às características da globalização, já que ambas interferem em todos os aspectos da sociedade atual, e estão relacionadas ao capitalismo financeiro já que, segundo Santos (2001, p. 23), “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”

A internacionalização da globalização capitalista avançou significativamente devido ao desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação. Isso influenciou muitos países em todo o mundo, interferindo em diversos setores, como político, econômico e social. No entanto, nem todos os países recebem essas influências diretamente, principalmente se esses países não seguirem a lógica capitalista.

Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo (Santos, 2001 p.45).

A citação acima de Milton Santos nos faz refletir sobre a questão da obediência imediata, uma vez que os países imperialistas ditam as regras no comércio internacional, levando países que não adotam o sistema capitalista a enfrentar exclusão. Um exemplo disso são países como Venezuela e Cuba, que sofrem bloqueios e sanções internacionais por não se alinharem com a lógica da globalização.

Essa lógica tem como uma das principais características a globalização das marcas multinacionais, como Coca-Cola, Apple, McDonald's, Samsung e diversas outras. Esses grandes monopólios têm origem em países considerados imperialistas. Portanto, essas marcas representam a internacionalização da globalização.

Nessa perspectiva, o Brasil parece estar aderindo à lógica do sistema global desde a década de 1990. Uma evidência disso é o crescente aumento na venda de produtos internacionais em nosso país. O termo “*made in China*” já é algo comum nas prateleiras dos mercados nacionais. Com a globalização e o avanço das tecnologias, as compras de produtos estrangeiros tiveram um grande aumento, como indicam dados da Receita Federal publicados pelo site da CNN Brasil. De acordo com esses dados, as compras internacionais feitas pela internet cresceram cerca de 150% em cinco anos. (CNN Brasil, 2023).

No entanto, há indícios históricos mais consistentes. Por exemplo, o intenso processo de desregulamentação e privatizações que ocorrem no Brasil desde a década de 1990, como

lembra Mendonça (2007, online). Durante o governo de Fernando Collor houve o aumento das importações, o que ocasionou a invasão de muitos produtos importados nas prateleiras dos mercados nacionais isso ocorreu graças à redução dos impostos sobre esses produtos, nesse mesmo período o governo começou a estimular os investimentos externos por meio de incentivos fiscais e a privatização de estatais.

Além das privatizações, as reformas trabalhista e da previdência também favoreceram o aumento das compras de produtos internacionais, devido ao fato dessas reformas causarem o rebaixamento dos salários e aumentarem a instabilidade dos trabalhadores, a reforma trabalhista causou, segundo Krein; Gimenes (2019, p. 15)

permite o avanço da remuneração variável e o pagamento como não salário. Em outras palavras, ela constitui um sistema que amplia o poder e a liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho. sua contraface é deixar o trabalhador em uma condição de maior insegurança, vulnerabilidade e risco, com consequências negativas sobre a vida pessoal, familiar e social.

Com essa nova configuração trabalhista, os brasileiros tendem a procurar produtos cada vez mais baratos e com o avanço das plataformas de venda internacionais como a Aliexpress, Sheen, Shoppe o número de compras internacionais tem crescido bastante. De acordo com Vilela (2021, online) “parase ter ideia da força dessas plataformas no **Brasil**, o relatório da **Conversion** mostra que somente a **AliExpress** e a **Shopee** somaram, juntas, mais de 67% de todo o tráfego.”

E esse elevado número se dá principalmente pelo fato dos preços mais baratos e a enorme variedade de produtos segundo Vilela (2021, online) “a justificativa para tamanha conquista do mercado está altamente relacionada a preços menores, variedade de produtos, tecnologias avançadas, logística eficiente e soluções locais de pagamento.” Todas essas vantagens terminam por aumentar as importações e prejudicarem cada vez mais a indústria nacional.

O imperialismo e a globalização não significam somente os avanços positivos das tecnologias, melhorias dos transportes e das comunicações, elas possuem seu lado obscuro que é bem descrito na crônica escrita por Eduardo Galeano:

Invisíveis.

Em novembro de 2012, um incêndio queimou vivos cento e dez operários em Bangladesh. Eles trabalhavam nas chamadas *sweatshops*, oficinas de suor, com nenhuma segurança e nenhum direito.

Pouco depois, em abril do ano seguinte, outro incêndio queimou vivos mil cento e vinte e sete operários em outros *sweatshops* de Bangladesh.

Eram todos invisíveis, como continuam sendo invisíveis os escravos de muitos outros lugares do mundo globalizado.

Seus salários, um dólar por dia, também são invisíveis.

Visíveis são, porém, os preços impagáveis das roupas que suas mãos produzem para Walmart, JCPenney, Sears, Gap, Benetton, H&M ... (Galeano, 2017, p. 81)

Na citação acima, está explícita a “perversidade” da globalização, como descrita por Milton Santos. No entanto, ela também aborda elementos mais complexos desse processo, como o fato de as grandes empresas buscarem países mais pobres para instalar suas indústrias, onde podem operar à margem dos direitos humanos e frequentemente desrespeitar os direitos dos trabalhadores, que recebem salários muito baixos para produzir produtos de luxo.

Esse processo também ocorre no Brasil, com ênfase na indústria têxtil como lembra Neves (2020), o mercado têxtil é muito dinâmico e possui uma alta rotatividade no consumo devido a isso as grandes marcas buscam reduzir os custos e aumenta a produção e os lucros e para isso eles terminam terceirizando as confecções, essa terceirização pode causar problemas.

Na terceirização, a força de trabalho sofre a pressão de duas forças econômicas e diretivas, situação que também dificulta a atuação de entidades que limitaram esta atuação empresarial, de forma que se torna um ambiente mais propício a promover o trabalho em condições análogas ao de escravo do que nas demais relações trabalhistas. (Neves, 2020, p. 46).

Observando por essa perspectiva o autor cita a marca Zara, uma empresa espanhola de roupas que possui um valor bastante elevado, essa empresa já se envolveu em uma situação de irregularidade, o autor cita um caso que ocorreu no Brasil.

Em 2011, três oficinas de costura fornecedoras da Zara em São Paulo foram flagradas com 67 bolivianos e peruanos em condições análogas à de escravos. Nos últimos anos, também houve flagrantes em fornecedores de Pernambucanas, Marisa, M.Officer, Le Lis Blanc, Bo.Bô, Collins, Gregory, Cori, Emme e Luigi Bertolli. (Gomes, 2016, online)

Muitas empresas são investigadas por suspeitas de irregularidades associadas ao trabalho análogo a escravidão, e é valido notar na citação acima o nome de outras empresas que também foram investigadas.

De acordo com Neves (2020, p. 45) “Houve uma investigação profunda feita na Zara, e a empresa argumentou que não tinha nenhum conhecimento das irregularidades e apontou a oficina de costura como a culpada”. Como supracitado a terceirização também abre margem para que as marcas declarem não ter conhecimento da situação, o que pode gerar a impunidade dessas marcas, a própria Zara durante a investigação afirmou não ter conhecimento dessas irregularidades.

A escravidão de estrangeiros também é uma forte característica desse setor, pois esses estrangeiros geralmente estão de maneira ilegal no país e para não serem denunciados e deportados terminam por aceitar trabalhar nas mais adversas condições.

Os casos se agravam ainda mais quando esses trabalhadores imigrantes estão em situação irregular no país, o que é comum em São Paulo. Esses trabalhadores, com medo de serem denunciados às autoridades locais e sem recursos financeiros, se submetem às condições degradantes de trabalho oferecidas, que incluem jornadas exaustivas, alojamento precário, retenção de salário, cobrança de dívidas ilegais e até a coerção física e psicológica. (Neves, 2020, p. 45).

Todas essas questões estão interligadas. O capitalismo é a raiz da desordem, e é a partir dele que surgem os países imperialistas, liderados por banqueiros e proprietários de grandes conglomerados industriais. Em outras palavras, o imperialismo e a globalização seguem caminhos semelhantes, compartilham características e utilizam meios semelhantes, além de estarem subordinados aos mesmos agentes.

O próprio imperialismo era “diferencial”, tal característica sendo consequência da subordinação do mercado à política, seja a política internacional, seja a política interior a cada país ou a cada conjunto imperial. Com a globalização, as técnicas se tornam mais eficazes, sua presença se confunde com o ecúmeno, seu encadeamento praticamente espontâneo se reforça e, ao mesmo tempo, o seu uso escapo, sob muitos aspectos, ao domínio da política e se torna subordinado ao mercado. (Santos, 2001, p. 52 - 53)

Como podemos observar, o mercado desempenha um papel relevante nesse processo. Os interesses do mercado tornam-se cada vez mais prejudiciais ao mundo, interferindo em diversas questões da política internacional ou nacional, especialmente quando se trata do acesso a matérias-primas como jazidas de minério de ferro, petróleo etc.

Um exemplo claro da influência do mercado sobre o governo e a política de um país ocorre quando uma grande empresa exige que um governo, que detém jazidas de petróleo ou minério, as estatize para evitar que a exploração seja realizada por novos concorrentes, dessa forma, nenhuma outra empresa pode crescer e se tornar uma ameaça ao monopólio estabelecido pela empresa dominante. Moniz Bandeira discorre sobre esse assunto na obra “Lenin vida e obra”.

Isto é, muitas vezes um truque, querendo impedir que uma fonte de matéria-prima, uma jazida de minério ou de petróleo, caia nas mãos do concorrente, leva o governo do país a nacionalizá-la, a estabelecer o monopólio do Estado e não realizar a exploração. (Moniz Bandeira, 2017, n.p)

O mercado também influencia os impérios a tentarem controlar fontes de matérias-primas de seu interesse, mesmo quando estão fora de sua jurisdição. Um exemplo disso é representado pelas ações geopolíticas dos Estados Unidos, que frequentemente se envolvem em conflitos para tentar controlar ou manipular outros países, principalmente na região do Oriente Médio. Nos últimos anos, os Estados Unidos têm se envolvido em diversos conflitos na região, com destaque para o Afeganistão, que ocuparam por 20 anos.

However, a closer examination of events in Afghanistan reveals a different perspective. Under the guise of the “War on Terror,” the 2001 US and UK invasion was driven in part by the desire to restore the heroin trade, which the Taliban had abruptly terminated just a year earlier. (Wagenen, 2023, online)

[No entanto, um exame mais atento dos acontecimentos no Afeganistão revela uma perspectiva diferente. Sob o disfarce da “Guerra ao Terror”, a invasão dos ESTADOS UNIDOS e do Reino Unido em 2001 foi impulsionada em parte pelo desejo de restaurar o comércio de heroína, que o Talibã havia encerrado abruptamente apenas um ano antes. (Wagenen, 2023, online, tradução nossa)].

É notório que o mercado tinha interesse na matéria-prima para a produção da heroína. Uma das evidências do interesse oculto dos Estados Unidos na heroína foi demonstrado pela crítica feita à decisão do talibã de eliminar a produção da heroína, como lembra Wagenen (2023, online). Em 2000 o Talibã eliminou o ingrediente base para produção da heroína, devido a isso ele foi criticado pela comunidade internacional.

De acordo com Wagenen (2023, online, tradução nossa) “a comunidade internacional respondeu a esse desenvolvimento com críticas. Até mesmo o Instituto dos EUA para a Paz (USIP), que é financiado pelo governo dos EUA, argumentou que “a proibição bem-sucedida do ópio pelo Talibã é ruim para os afegãos e para o mundo”.

Com isso, desde a invasão norte-americana o cultivo de papoula planta de onde se extrai o ópio que depois é convertido em heroína aumentou.

No início de 2010, o governo Obama anunciou um “surto” de 33.000 soldados americanos para ajudar a pacificar o país, com um foco particular em distritos-chave conhecidos pelo cultivo de papoula. Um desses distritos era Marja, na província de Helmand, que McCoy se referia como “a capital mundial da heroína”. (Wagenen, 2023, online, tradução nossa)

É notória que o aumento da produção de heroína foi causado pela interferência dos Estados Unidos e do Reino Unido, mesmo a mídia ocidental tentando responsabilizar o Talibã para exemplificar a afirmação acima, temos uma notícia publicada pelo G1 em 2008 baseada em uma agência de pesquisa chamada Agence France Presse que declarou que a produção de heroína no Afeganistão bateu todos os recordes em 2007, mesmo diante das iniciativas internacionais de combate a produção da droga.

Segundo o estudo, “o Afeganistão produziu a ‘excepcional quantidade’ de 8.200 toneladas de ópio no ano passado, 34% a mais que em 2006 - o que significa 93% do mercado mundial de opiáceos, segundo o documento.” (G1, 2008, online)

É válido lembrar que esse aumento exponencial ocorreu durante os anos de ocupação dos Estados Unidos e do Reino Unido, que se seguiram até 2021 é notório que somente alguns traficantes de drogas não iriam alcançar tamanha produtividade.

Em 2016, Obaidullah Barakzai, membro da Assembleia Nacional do Afeganistão, afirmou: "É impossível para alguns traficantes de drogas locais transferir ópio em milhares de quilos. Este é o trabalho dos americanos e britânicos. Eles o transportam por via aérea de Camp Shorabak. (Wagenen, 2023, online, tradução nossa)

Mesmo a mídia ocidental tentando responsabilizar o Talibã pelo aumento da produção de heroína, logo que eles assumiram o poder em 2021, paralisaram os plantios de papoula, o que corrobora o fato de que eles não foram os responsáveis pelo aumento exponencial da produção de drogas em 2007. "Depois que as forças dos EUA se retiraram caoticamente do Afeganistão em agosto de 2021, o Talibã mais uma vez conseguiu eliminar o cultivo de papoula, mostrando que estava longe de ser um "cartel de drogas dedicado", afinal." Wagenen (2023, online, tradução nossa).

Outro fato que pode ser observado para compreender quem são os verdadeiros responsáveis pelo narcotráfico no Afeganistão está em identificar para onde vão os lucros obtidos com a venda das drogas.

Em novembro de 2021, um comerciante de ópio afirmou que 'todos os lucros vão para os países estrangeiros. Os afegãos estão apenas fornecendo a mão de obra.' Peter Dale Scott observou que, de acordo com a ONU, cerca de US\$ 352 bilhões em lucros de drogas foram absorvidos pelo sistema financeiro ocidental, inclusive por meio dos maiores bancos dos EUA em 2009. Como resultado, Scott disse que o 'envolvimento dos Estados Unidos no tráfico internacional de drogas liga a CIA, grandes interesses financeiros e interesses criminosos neste país e no exterior' (Wagenen, 2023, online, tradução nossa).

O dinheiro gerado por essas atividades ilícitas é enorme e, sem dúvida, atrai a atenção do mercado. Portanto, fica claro que houve diversos interesses envolvidos na decisão de invadir o Afeganistão, e que a alegação de guerra contra o terror foi, com certeza, uma desculpa dos Estados Unidos para encobrir seus reais propósitos financeiros.

A questão entre o Afeganistão e os Estados Unidos foi citada como exemplo porque os Estados Unidos são um dos impérios que mais contribuem para a desordem mundial. Eles são um símbolo da globalização, sede de diversas empresas, bancos e da Wall Street, além de serem detentores do dólar. Não apenas os Estados Unidos, mas também seus aliados, com destaque para os países que fazem parte de sua máquina de guerra Otan, são, sem dúvida, grandes fomentadores dessa desordem global.

Em conclusão, podemos afirmar que a globalização e o imperialismo são conceitos distintos, mas que procura explicar o mesmo fenômeno histórico-geográfico: a demonização geopolítica. Ambos os conceitos estão interligados pela busca das nações de consolidar uma influência global. A relação entre a dominação geopolítica, a globalização e o imperialismo são multifacetados e muito complexos, interligando aspectos como os políticos, culturais,

econômicos etc., que interferem nas relações entre as nações que estão dentro dessa dinâmica da busca de poder e influência mundiais.

2.3 Questões sobre geopolítica e a globalização

Certamente, explicar o que é geopolítica é uma tarefa um tanto quanto complicada. Nem sempre houve consenso acadêmico sobre a definição do termo devido à relação próxima entre ela e a geografia política, o que ocasionalmente levou à confusão de conceitos. Não é nossa pretensão analisar o conceito de geopolítica de forma aprofundada, então faremos um breve levantamento dos principais temas do conceito para facilitar nossa compreensão.

Para compreendermos a geopolítica precisamos primeiro compreender o que é a Geografia política. A Geografia política tem como primeiro intelectual F. Ratzel, que escreveu em 1897 uma obra intitulada de “Geografia Política” Porém alguns “[...] geopolíticos mais destacados também a consideram como a obra que funda a Geopolítica, apesar de o rótulo ter sido cunhado anos mais tarde pelo sueco R. Kjéllen” Costa (1992, p.16). Daí a primeira confusão conceitual.

De uma forma mais simples, Costa (1992) descreve que a geografia política seria a sistematização dos estudos relacionados diretamente a geografia com ênfase para a relação entre o espaço e o Estado, já a geopolítica seria a formulação de teorias e projetos estratégicos para as ações dos Estados Costa (1992). Esse autor traz também a seguinte definição para geografia política: “cabe à geografia política a tarefa nada trivial, dentre outras, de examinar e interpretar os modos de exercício do poder estatal na gestão dos negócios territoriais e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral.” (Costa, 1992, p.15). O que demonstra a importância e complexidade que essa área possui.

No decorrer da obra, o autor estabelece uma comparação entre as obras de Friedrich Ratzel e Camille Vallaux. Conforme Costa (1992, p. 42), Vallaux discorda de Ratzel, principalmente devido à sua “inspiração” e “método”. Quer dizer, discorda, principalmente, pela sua concepção de que a natureza e os fenômenos sociais devem ser considerados separadamente. Para Vallaux, o desenvolvimento de uma sociedade não está diretamente ligado ao seu meio natural, sendo este responsável apenas por criar particularidades entre os Estados. Isso difere significativamente da visão de Ratzel, que, claramente envolvido com questões nacionais alemãs, acreditava que o desenvolvimento só seria possível através da expansão dos horizontes dos Estados, ou seja, aumentando o seu meio natural.

Como lembra Costa (1992), Friedrich Ratzel discorreu sobre alguns conceitos fundamentais, como a ideia de Estado como organismo vivo e o conceito de Espaço Vital. É notório, então, que Ratzel é considerado o patrono de ambas as áreas, pois seus estudos descrevem tanto a importância das estratégias criadas pelos Estados, associadas às finalidades geopolíticas, como a importância dos estudos da geografia política.

Ratzel também aborda questões relacionadas às relações de poder internas dos governos, mas também descreve ideias relacionadas à geopolítica. Segundo Costa (1992, p.41), “insistir na tese de que o que importa nas políticas territoriais dos Estados é formular e pôr em prática estratégias destinadas a manter a todo custo o que chama de “coesão interna”. Costa (1992) descreve também que por mais que essa tese demonstre um esforço “para dentro” os trabalhos de Ratzel também tratam sobre as “saídas para o mar”, ou seja, a coesão interna era importante, mas para Ratzel o desenvolvimento dos povos passava pelo alargamento de seus horizontes geográficos, é válido ressaltar que Ratzel desenvolvia tais estudos dando grande ênfase ao território da Alemanha.

A grande divisão entre as duas áreas deu-se basicamente devido às postulações posteriores, feitas por seguidores ou críticos de suas obras. Em relação à geopolítica, muitos de seus seguidores acabaram por levar seus postulados para um viés mais ideológico, causando certa desvalorização nos estudos da área. Já a geografia política, devido a autores como C. Vallaux, ganhou, segundo Costa (1992, p.53), “rigor metodológico e o inegável esforço de procurar situar o objeto da geografia política no campo de debate teórico das ciências sociais de seu tempo, entendendo-a como interdisciplinar desde logo”. Isso acabou criando a ideia de que a geografia política é uma ciência, enquanto a geopolítica é uma ideologia.

Partindo do exposto, vamos buscar entender o que é a geopolítica. O primeiro a utilizar o termo “geopolítica” foi Rudolf Kjellén ao analisar o caráter das fronteiras da Suécia. Entretanto, ao longo dos anos, o termo passou a ser associado a situações de conflito, chegando a ser descrito por Messias da Costa (1992) como o anúncio de maus presságios. No entanto, essa fama também fez com que o termo “geopolítica” fosse usado de forma excessiva, por modismo, devido ao fato de chamar à atenção.

Para entendermos melhor o que é geopolítica, iremos nos basear nos estudos de Costa (1992) e Rosa (2021). No entanto, já deixou claro a ressalva de que a geopolítica não se resume somente às ações dos Estados.

Costa (1992) descreve que a geopolítica seria a formulação de teorias e projetos de ação sobre estratégias de relações de poder entre os Estados. Sendo assim, a geopolítica

estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas devido ao caráter de formular essas estratégias entre os territórios nacionais e estrangeiros. Assim, a geopolítica se torna mais interdisciplinar e utilitária, porém ele também considera a geopolítica como um subproduto da geografia política e um reducionismo técnico e pragmático.

Partindo da ideia de que a geopolítica é interdisciplinar, Rosa (2021) nos apresenta um texto sobre as origens e as fases do conceito de geopolítica. Ele a descreve não somente como uma intercessão entre geografia e política, mas como uma área de análise que vai além da geografia, unindo outras áreas como a história, por exemplo, às relações internacionais, a economia, a sociologia, a diplomacia, a cultura etc. Partindo desse pressuposto, ele traz a seguinte definição.

[...] geopolítica como uma análise da distribuição do poder no mundo; como estudo sobre governos e suas políticas da forma como são afetadas pela geografia física; como aplicação de teorias e métodos de análises geográficas na política em nível global; e até mesmo, como análise de discursos iminentes de estados ou corporações. (Rosa, 2021, p.65)

Essa perspectiva confere à geopolítica um caráter mais científico e amplia significativamente sua área de estudos. Partindo desse pressuposto, a geopolítica, diferente do que é proposto por Costa (1992), não é apenas um subproduto da geografia política; é, por assim dizer, uma das suas ramificações mais frutíferas.

Ao referirmos a ela como uma ramificação mais frutífera, queremos dizer que a partir dela e de sua interdisciplinaridade, fica evidente o leque mais amplo de temas envolvidos na geopolítica. De acordo Rosa (2021, p. 67)

[...] **Agregaram-se a essas discussões um intenso confronto entre a visão unilateralista e o paradigma da globalização, que uniria as regiões geográficas por meio das telecomunicações, mas não corrigindo as distorções socioeconômicas.** Surge, também, um maior enfoque na predominância tecnológica dos estados que estariam na vanguarda desse desenvolvimento (a geotecnologia). (Grifos nossos).

É válido lembrar que as ações políticas e estratégicas tratadas pela geopolítica são relevantes, como os estudos de Mackinder sobre a Heartland, a ideia do poder marítimo de Mahan ou a de Seversky sobre o poder aéreo (Costa, 1992). No entanto, a geopolítica não estuda somente as estratégias dos Estados a partir dos aspectos da geografia física. Ela pode ser mais ampla e analisar as ações dos Estados que são realizadas por meio da globalização, a qual, por mais que pregue a ideia de integração mundial nos mais diversos setores, acabou por se tornar mais uma das ferramentas estratégicas dos países imperialistas na disputa pelo controle do poder mundial.

As concepções variam ao longo do tempo; porém, as duas não devem ser colocadas como adversárias, mas sim como aliadas nos campos de estudo. Ambas têm muito a somar, pois, para formular as ações de um Estado por meio da geopolítica, é necessário ter uma base de estudos acadêmicos que é suprida pela geografia política.

Por mais que Moniz Bandeira (2016) não utilize muito as palavras “globalização” e “geopolítico”, a obra contempla plenamente esses dois conceitos, já que ambos estão associados ao capitalismo e à desordem mundial. Moniz Bandeira utiliza o termo 'geopolítico' dando um aspecto mais relacionado à importância estratégica de alguns lugares ao redor do mundo. No entanto, para além disso, ele realiza um estudo geopolítico a partir do momento em que analisa as relações internacionais, os eventos políticos internacionais, os conflitos, as ações dos governos e diversas outras questões que envolvem as relações de poder dos Estados e dos indivíduos no território.

Já a ‘globalização’ é analisada principalmente pelo viés econômico, em relação às ações do capital financeiro na busca do controle da economia mundial. A relação entre ambos os assuntos se dá pela perspectiva de que as ações geopolíticas dos governos são mediadas pelas vontades do capital financeiro que almejam a globalização de seus lucros.

Sendo assim a obra se torna extremamente interessante para estudiosos da geopolítica e das ciências políticas devido ao fato de analisar tamanha complexibilidade das interações internacionais.

É a partir dessa perspectiva, que Moniz Bandeira e a obra “A desordem mundial” podem contribuir para a análise geográfica da geopolítica. Moniz Bandeira (2016), tratam a geopolítica por um viés interessante, inicialmente, associando-a, em certa medida, à importância estratégica que alguns lugares possuem, como é descrito nos seguintes tópicos: “A relevância econômica e geopolítica de Donbass” e “Dimensão geopolítica do Mar Negro e do Mar de Azov” (Moniz Bandeira, 2016, 307).

No segundo tópico, Moniz Bandeira descreve a importância geopolítica que o Mar Negro e o Mar de Azov possuem para a Rússia, que podem ser associadas às estratégias estudadas pelo geopolítico Mahan sobre o poder marítimo. Segundo Costa (1992, p.72), “com relação à extensão do território e sua influência no poder marítimo, Mahan é taxativo: para ele, mais do que o total de quilômetros quadrados de um território, o que conta é a extensão de seu litoral e as características de seus portos”.

Por isso, Moniz Bandeira descreve a relevância que essas áreas possuem para a Rússia, que, apesar de ser o maior país em extensão territorial do mundo, tem que salvaguardar essas áreas litorâneas pois elas são de grande importância para o poder naval russo.

No entanto, o autor não se prende somente às análises estratégicas da geopolítica; ele adentra a perspectiva da geopolítica dos interesses, ou seja, as ações feitas pelos Estados para conseguirem maior controle e poder mundiais. Um exemplo disso está no seguinte trecho (Moniz Bandeira, 2016, n.p): “[...] os interesses petrolíferos, entrelaçados os interesses petrolíferos, entrelaçados com a competição geopolítica para o controle do Oriente Médio e das rotas de oleodutos, constituíram os reais fatores que impulsaram o plano de intervenção na Síria.”

Nesse trecho, podemos notar claramente a geopolítica dos interesses que passam a ocorrer em uma perspectiva cada vez mais global, principalmente em relação ao petróleo. Em consonância com isso, Costa (1992, p.59) argumenta que “as estratégias dessas potências [Estados Unidos, Europa, China, sobretudo] tornaram-se antes de tudo globais, isto é, “projetos nacionais” tendem a assumir cada vez mais um conteúdo necessariamente internacional”.

É possível, então, associar a geopolítica dos interesses, que tendem a se tornar cada vez mais globais, com a globalização. O autor apresenta diversos contextos sobre isso; um dos primeiros é sobre as questões econômicas mundiais. Moniz Bandeira (2016, 58) afirma: “[...] a internacionalização/globalização da economia determinou profunda mutação no sistema capitalista mundial”. O autor descreve que essas ações causaram o aumento das desigualdades sociais e econômicas, pois geram eventos como a construção de plantas industriais de grandes empresas em países periféricos para a produção mais barata, o que ocasiona o aumento das desigualdades sociais, o esvaziamento da força operária, entre outros. Partindo desse pressuposto, analisaremos a obra a partir da perspectiva das ações geopolíticas internacionais dos Estados Unidos que ocorrem por meio da globalização.

A partir dessa ideia, podemos ver como o campo da geopolítica abarca a globalização e busca analisá-la por uma perspectiva crítica, já que a globalização passa a representar uma ação geopolítica. Partindo dessa perspectiva, torna-se plenamente plausível utilizar a obra “A Desordem Mundial”, escrita pelo historiador e cientista político Moniz Bandeira, para discorrer sobre o tema da dominação geopolítica da globalização dentro da geografia.

Sendo a geopolítica da globalização o estudo das interações internacionais de poder, analisando como os atores estatais e não estatais agem moldando essas interações, analisaremos a geopolítica da globalização pela perspectiva das interações feitas pelos Estados Unidos, que fomentam o aumento da desordem mundial.

3. MONIZ BANDEIRA, GEOPOLÍTICA, GLOBALIZAÇÃO E O PAPEL DOS

ESTADOS UNIDOS

A obra “A Desordem Mundial” foi publicada em 2016, ano marcado por diversos acontecimentos históricos relevantes. No entanto, Moniz Bandeira não faz uma análise sobre esse ano em questão; ele faz um levantamento histórico pela perspectiva da desordem mundial. Antonio C. A. de Sousa Lara, que escreveu o prefácio da obra, informa que Moniz Bandeira realizou uma pesquisa genealógica.

Isto é, a obra foi escrita a partir de dados e momentos históricos, já que o autor analisa desde o nazismo e o fascismo até o pós-Segunda Guerra Mundial, o surgimento da Otan, o atentado de 11 de setembro, a guerra contra o terror e a invasão do Iraque. Além de tratar de questões sobre Israel e Palestina e os conflitos no Oriente Médio e no Leste Europeu, chegando a discutir também sobre os novos moldes da economia global e a descentralização do poder estadunidense etc.

Moniz Bandeira fez tal levantamento pois acreditava que a ciência política, a economia e a história estão interligadas e são dependentes. Devido a isso, ele não acredita que exista causalidade, mas sim “causalidade”, e os acontecimentos que ocorrem nas esferas econômicas, sociais e políticas estão interligados ao capitalismo globalizado.

Para entender toda essa complexa questão, ele faz uso da história que, segundo ele, deve ser revisada por diversos ângulos, pois ela não segue uma linha reta, mas sim uma espiral, ou seja, possui um ponto fixo, mas voltas ao redor desse ponto; assim, na história, passado e presente são indissociáveis. De acordo com Moniz Bandeira (2016, p. 25), “o passado mantém-se vivo e desdobra-se no presente, que flui continuamente, como poderosa realidade”. Com isso, ao longo do livro, ele faz essas conexões para analisar como as questões do passado interferem no presente, explicando as causas dos acontecimentos e a relação existente entre ambos.

A obra “A Desordem Mundial” ganha grande relevância no campo das ciências políticas e históricas pois ela busca encontrar as raízes e causas da atual desordem mundial, pois Moniz Bandeira dá a esse conceito uma abrangência ampla, devido ao fato de analisá-lo por meio dos acontecimentos e ações geopolíticas a partir de uma perspectiva histórica, que nos permite entender todo o enredo da desordem mundial.

Nesse sentido, este capítulo busca entender o aumento da desordem mundial que ocorre devido a globalização das ações geopolíticas dos Estados Unidos, que são moldadas e controladas pelo capital financeiro e as consequências que essas ações causam em muitos

países ao redor do mundo.

3.1 Geopolítica, Estados Unidos e capital financeiro

A obra “A Desordem Mundial” tem como foco principal a análise das ações geopolíticas dos Estados Unidos e suas consequências globais. Ao longo do livro, Moniz Bandeira apresenta diversas teses, sendo uma das principais a ideia de que a globalização das ações geopolíticas dos Estados Unidos tem aumentado sobremaneira a desordem mundial.

Principalmente pelo fato de o país ser controlado pelo capital financeiro e não possuir mais uma democracia, conforme Moniz Bandeira (2016, p. 71), “a partir dos atentados terroristas contra as torres gêmeas do WTC, em 11 de setembro de 2001, a democracia nos Estados Unidos cada vez mais definhou”. Ele destaca que esse declínio democrático nos Estados Unidos não é um fenômeno recente, mas sim um processo em curso ao longo do tempo, impulsionado principalmente pela corrupção. Para sustentar essa tese, o autor faz referência a Fukuyama.

[...] o debilitamento, a ineficiência e a corrupção cada vez mais corroeram o Estado americano e uma das causas consistiu na crescente desigualdade e concentração da riqueza, ao permitir às elites comprar imenso poder político e manipular o sistema de conformidade com seus próprios interesses. (Moniz Bandeira, 2016, p. 72).

A citação acima descreve a formação do “império do capital financeiro” e o “fim” da democracia estadunidense, que é causada pelo capitalismo pois ele gera a concentração da riqueza na mão das elites que passam assim a exercer controle sobre o Estado e os aparatos burocráticos.

Isso aconteceu, segundo Moniz Bandeira, devido às mudanças internas na democracia estadunidense caracterizada, sobretudo, pela “*legalizedcorruption*” [corrupção legalizada]. Que começou a ocorrer quando, os ricos e bilionários, passaram a subordinar e comprar os políticos do congresso, isso faz com que os interesses do capital financeiro se sobreponham aos interesses nacionais.

Moniz Bandeira descreve a fala do professor Nouriel Roubini para corroborar tal afirmação. Nouriel Roubini relata que é:

[...] muito dificilmente os Estados Unidos poderiam superar a enorme desigualdade social porque seu sistema político foi baseado na “*legalizedcorruption*”, o que significa que os ricos, bilionários, com maiores recursos, podiam subornar os políticos, e era o que geralmente faziam (Moniz Bandeira, 2016, p. 57).

A superação dessa desigualdade social nos Estados Unidos se torna bastante complicada principalmente devido ao enfraquecimento dos trabalhadores do país, fato que acaba favorecendo essa “corrupção legalizada”. Ou seja, o esvaziamento das forças sindicais faz com que os trabalhadores percam capacidade de gerar contestação e enfrentar o sistema político.

Com o fechamento de fábricas e a exportação de empregos, **a força dos sindicatos dos trabalhadores e da classe média virtualmente se desvaneceu nas efetivas relações reais de poder** (realentsächlichenMachtverhältnisse), que sustentavam a democracia nos Estados Unidos. **Os recursos do Partido Democrata, para as campanhas eleitorais, minguraram e apenas lhe restaram as mesmas fontes de financiamento do Partido Republicano.** E o regime democrático, destarte, tornou-se, virtualmente, unipartidário, dado que os dois partidos passaram a representar quase tão somente os mesmos interesses. (Moniz Bandeira 2016, p. 73, grifos nossos)

Por esse motivo, Moniz Bandeira utiliza o termo “corrupção legalizada”, pois o governo passa a defender os interesses daqueles que o financiam, ocorrendo assim uma troca de favores, ou normalização da corrupção, pois ambos os partidos passam a defender os mesmos interesses. Que são de acordo com Moniz Bandeira (2016, p. 73) “os interesses das mais poderosas forças econômicas e políticas do país: o setor financeiro, i.e., Wall Street, o complexo industrial-militar-segurança, o lobby de Israel, as corporações petroleiras e outras extrativas, e o agrobusiness”, esses interesses por conseguinte passam também a ser do Estado.

A característica mais importante desse processo, é a interferência desses atores nas questões geopolíticas e na redução do poder do governo, inclusive levando o próprio governo a sancionar leis que tendem a prejudicar seu poder.

Um exemplo disso é a Lei de Modernização dos Serviços Financeiros de 1999, que de acordo com Moniz Bandeira (2016, p. 61), “o Gramm-Leach-Bliley Act teve como objetivo reduzir ou eliminar o poder do governo sobre as indústrias e os bancos, mediante a desregulamentação, e incrementar, em consequência, a competição das empresas privadas no mercado”. A Lei foi sancionada pelo então presidente Bill Clinton para atender aos interesses de grupos e companhias milionárias, e permitiu a junção numa mesma instituição financeira de atividades bancárias, comerciais, de investimento e de seguros. É o Estado autorregulando-se e, ao mesmo tempo, abrindo as comportas para o capital financeiro.

Sendo assim Moniz Bandeira contesta a ideia de que os Estados Unidos ainda possuem uma democracia, pois considerando o controle do capital financeiro e a corrupção é notório que essa democracia está em declínio, então é válido questionar como os Estados Unidos podem exportar a democracia para outros países se a sua própria democracia está definhando?

O que ocorre na verdade é a exportação de uma democracia baseada na defesa de um conjunto de interesses do capital financeiro; bem como, um conjunto de ações desse setor na política e economia de outros países, ou a tentativa de controlar recursos e mercados, ou seja, os Estados Unidos não estão preocupados com a defesa das demais democracias no mundo, eles estão preocupados com defesa dos interesses do capital financeiro. Aqui está uma das causas do aumento da desordem mundial.

Pois à medida que os partidos políticos se tornam o braço direito dos interesses do capital financeiro, o governo estadunidense deixa de representar o país em si, passando apenas a representar uma parte do capital financeiro interessada na gerência político-militar no mundo. Essa corrupção legalizada acabou por gerar uma política de guerra idealizada pelos grandes empresários, ou seja, provoca um “*regime change*” [mudança de regime], fazendo com que o país transite de uma democracia liberal para uma “*military democracy*” [democracia Militar].

A compulsão cada vez “more missionary” [mais missionária] de impor o que entendiam como democracia, ainda que pela força, a expressar-se com a política de exporting democracy e de regime change, exacerbou-se na medida em que os interesses de Wall Street mais e mais se estreitaram com os do complexo industrial-militar até constituir uma aberração (Moniz Bandeira, 2016, p. 444).

Sendo assim a guerra passou a ser uma fonte de lucro para o capital financeiro, e os grandes milionários passaram a fomentar ainda mais essa “aberração” que passou a moldar cada vez mais as ações geopolíticas do governo dos Estados Unidos, que, consequentemente, aumentou sobremaneira a desordem mundial.

A concentração do capital, com a crescente fusão de bancos e indústrias, teria de resultar, consequentemente, na concentração do poder político das corporações, i.e., de Wall Street, que sempre colaborou para **modelar a política internacional dos Estados Unidos e impulsar sua expansão econômica e militar** (Moniz Bandeira, 2016, p. 65, grifos nossos).

Nesse trecho é válido ressaltar como as corporações/capital financeiro moldam a geopolítica do Estados Unidos como vistas a sua globalização/expansão econômica e militar, essa política certamente visa controlar e dominar as relações de poder e de influência mundiais, evitando que outros países, como a Rússia, por exemplo, ganhem espaço e influência mundial.

Isso mostra como o capital financeiro busca expandir seu controle sobre outros países passando a usar os Estados Unidos como uma máquina de guerra, influenciando suas ações geopolíticas. Pois “Quanto maior o espaço econômico, maior o poder político da oligarquia financeira assentada em Wall Street.” (Moniz Bandeira, 2016, p. 474). Por isso, a busca incansável pela expansão. Quer dizer, o capital financeiro manipula o governo estadunidense

para que ele controle cada vez mais outros espaços econômicos fazendo uso de diversos meios por mais perversos que sejam.

Daí que o presidente Obama tudo fez para firmar os tratados comerciais de Transatlantic Trade and Investment Partnership e TransPacific Partnership (TTIP e TPP), a cercar a União Europeia, de um lado, e a China e a Rússia, do outro. Ao mesmo tempo, de modo a manter o controle militar da OTAN, principalmente sobre a Alemanha, e obter mais recursos orçamentários para o ano fiscal de 2016 [...] (Moniz Bandeira, 2016, p. 474)

É válido lembrar que essas ações não foram realizadas apenas durante o governo Obama. O complexo industrial-militar sempre se manteve ativo, independentemente do partido no poder; assim, a campanha de guerra tornou-se perpetua, e os Estados Unidos passaram a exercer uma globalização por meio de uma geopolítica da guerra. Em outras palavras, suas estratégias geopolíticas visavam o controle global, mesmo que para isso fossem necessárias ferramentas como as guerras reais ou supostas, conforme argumenta Moniz Bandeira.

O complexo industrial-militar capturou e manteve como reféns todos os governos, fossem do Partido Republicano ou Democrata. E seus gastos militares continuaram a crescer, para a sustentação da indústria bélica e de sua cadeia produtiva, gerando a necessidade de permanente guerra e de reais ou supostas ameaças à segurança nacional dos Estados Unidos, a fim de consumir os armamentos produzidos e reproduzir o capital (Moniz Bandeira, 2016, p. 475).

Essa necessidade de estar sempre em guerra ou sobre constante ameaça passou a ser fundamental para manter a indústria bélica que gera bilhões de dólares para os grandes milionários estadunidenses envolvidos neste setor. Isso faz com que entendamos por que Moniz Bandeira considera os Estados Unidos os principais responsáveis pelo aumento da desordem mundial, das guerras e das catástrofes humanitárias, pois o país é “refém” da indústria-militar, que busca continuamente a guerra.

Todos os presidentes dos Estados Unidos, George H. W. Bush, Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama, promoveram guerras convencionais e não convencionais nos Bálcãs e no Oriente Médio, fomentaram a subversão nos países do Cáucaso, sempre sob o pretexto de tornar o mundo “safe for democracy”. Que democracia? Onde quer que os Estados Unidos tenham intervindo, com o “specific goal of bringing democracy”, a democracia constituiu-se de bombardeios, destruição, terror, massacres, caos e catástrofes humanitárias. (Moniz Bandeira, 2016, p. 513)

É notório que todos os governos foram reféns desse ciclo de guerras promovidos para manter o capital financeiro e o setor bélico. Então o pretexto de tornar o mundo “*safe for democracy*” [seguro para a democracia], é certamente uma das maiores ironias do governo

estadunidense, considerando que tal ideia é subsidiada por outra completamente contraditória, a guerra. De acordo com Moniz Bandeira (2016, p. 26) “democracia imposta pela força nunca seria democracia, decerto, mas uma *fake democracie*, para o domínio do capital financeiro e das grandes corporações industriais.”

É notório que os reais interesses da política do “*regime change*” [mudança de regime], que consistem em um conjunto de mudanças deliberadas e significativas na autonomia ou na democracia, que os Estados Unidos tentavam implementar em outros países, não são para favorecer um regime democrático. Na realidade, essas medidas são para implantar a campanha de dominação global do capital financeiro da guerra e do caos. Moniz Bandeira (2016) descreve que “a política de *regime change* dos Estados Unidos não levou a democracia a nenhuma parte. Pelo contrário, provocou guerras civis e caos, em todos os países onde os Estados Unidos tentaram promover a mudança do regime, a pretexto de promover a democracia” (Moniz Bandeira, 2016, p. 322).

Moniz Bandeira cita como exemplo alguns países que sofreram essa mudança de regime engendrada pelos Estados Unidos e as consequências geradas por essas ações:

Afeganistão, em interminável guerra desde 2001, lastreada pelos negócios das drogas; Iraque, onde a guerra ainda perdurava, desde 2003, com a origem ao Estado Islâmico; Tunísia, que se tornou instável após a derrubada do ditador Zine al-Abidine Ben Ali, com o fortalecimento do islamismo radical; [...] (Moniz Bandeira, 2016, p. 322)

Os interesses do capital financeiro moldam as ações geopolíticas estadunidenses que visam a globalização do domínio e captura de Estados, populações e recursos, mesmo que gerem como efeitos colaterais o aumento das catástrofes humanitárias, inúmeras mortes e o caos.

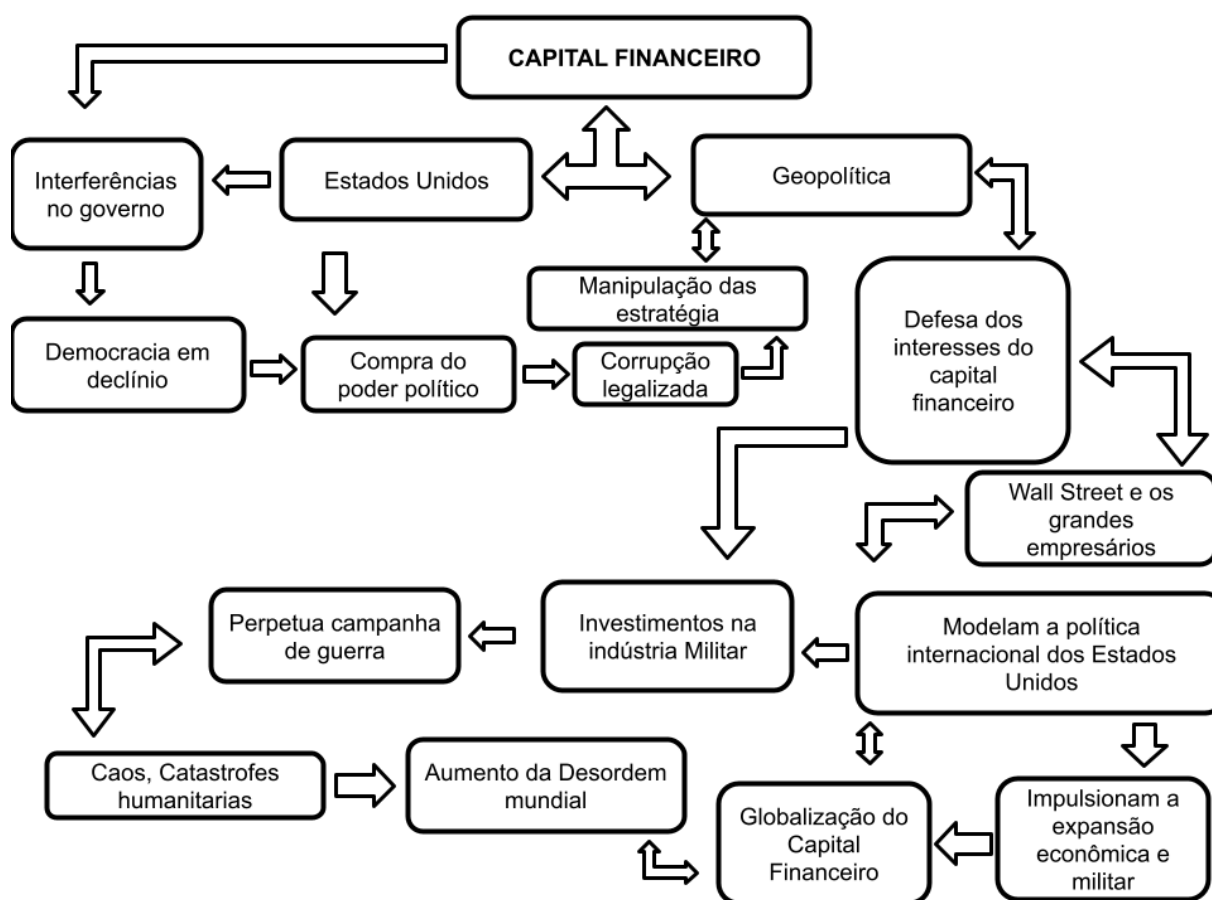
Pautada pelos interesses das grandes corporações bancárias, petrolíferas e de material bélico, **a política exterior dos Estados Unidos, desde o fim da União Soviética, empenhou-se mais e mais na implantação internacional da full-spectrumdominance, full-spectrumsuperiority, terra, mar e ar. Seu objetivo estratégico consistiu na criação de um espaço econômico unitário**, a pretexto de promover a democracia, nos mais diversos países, **e assim espargir sua total predominância, mediante a ditadura internacional do capital financeiro.** (Moniz Bandeira, 2016, p. 474. Grifos nossos).

A globalização do capital financeiro contribuiu significativamente para a desordem mundial, uma vez que muitos conflitos e disputas foram conduzidos em todo o mundo, causando caos e catástrofes humanitárias. Com base nas análises de Moniz Bandeira, pode-se afirmar que, na verdade, os Estados Unidos exportaram para o restante do mundo, sob o disfarce de democracia, a ditadura do capital financeiro. A dominância total

(*full-spectrum dominance*) que eles buscam implantar internacionalmente, é o que tem causado tanta desordem ao redor do mundo, pois a estratégia de geopolítica baseada no capital financeiro e sua globalização ocorre por meio de uma incessante campanha de guerra.

A fim de sintetizar a primeira parte deste capítulo, a figura 2 demonstra a relação intrínseca entre capital financeiro, indústria bélica, globalização e dominação estadunidense.

Figura 2: Fluxograma referente ao capital financeiro e a geopolítica estadunidense



Fonte: Moniz Bandeira (2016)

Org: Rodrigues, Joana E. A. (2023)

O fluxograma apresenta como o centro o capital financeiro que passou a exercer um controle cada vez maior sobre o governo estadunidense e a partir disso modificou as ações geopolíticas do governo, resultando no aumento dos investimentos na área militar e um maior envolvimento do país em diversos conflitos internacionais causando assim o aumento da desordem mundial.

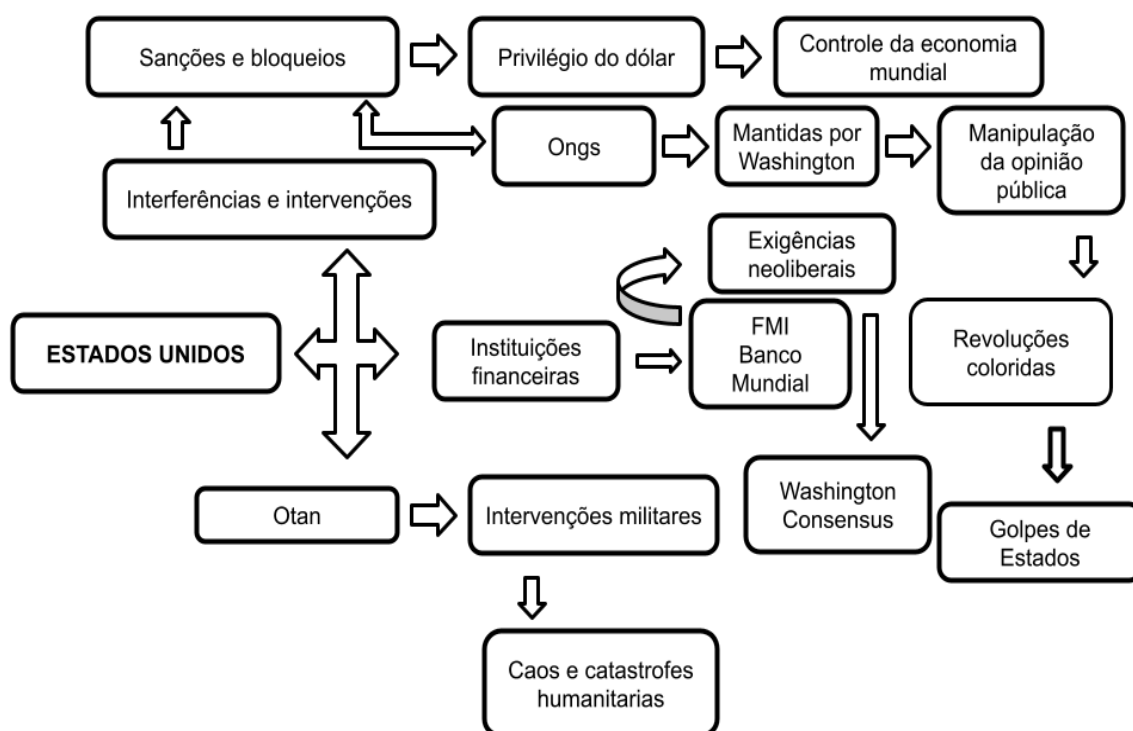
É nítida a catástrofe causada pela expansão estadunidense e como ela afeta, interferindo e aumentando a desordem mundial. Não por coincidência no título da obra está a seguinte frase: “A desordem mundial: o espectro da total dominação”, cuja intenção de Moniz

Bandeira certamente é de relacionar a dominação e as interferências exercidas pelos Estados Unidos como o cerne da desordem mundial.

3.2 As interferências econômicas indiretas: instituições financeiras e organizações não governamentais

No decorrer da obra, Moniz Bandeira descreve as diversas intervenções realizadas pelos Estados Unidos em outros países, como as intervenções econômicas que são feitas por meio das sanções e das instituições financeiras, as intervenções informais feitas pelas ONGs e as intervenções militares realizadas pela Otan. Este item se baseia na figura 3 que sintetiza as interferências dos Estados Unidos no mundo.

Figura 3: Fluxograma referente às intervenções estadunidenses



Fonte: Moniz Bandeira (2016)

Elaboração: Rodrigues, Joana E. A. (2023)

O fluxograma apresenta os diferentes mecanismos utilizados pelos Estados Unidos para interferirem em outros países, essas interferências são realizadas por meio das ONGs, das

instituições financeiras e pela Otan, todos esses mecanismos buscam desestabilizar as democracias e estabelecer o controle dos Estados Unidos sobre elas.

Para Moniz Bandeira um dos mecanismos de intervenção mais utilizado pelos Estados Unidos são as sanções. As sanções se tornaram mecanismo da arma tática da guerra econômica. Sempre que algum país entra em desacordo ou oferece algum risco aos interesses estadunidenses, eles tentam sancioná-los, principalmente, quando não podem agir por vias militares.

Como é o caso da Rússia, pois os Estados Unidos não podem simplesmente invadir o país e deflagrar uma guerra, então eles impõem um conjunto de restrições econômicas. Ou seja, quando nada podem fazer militarmente, terminam agindo por meio da guerra econômica, segundo Moniz Bandeira (2016, p. 312-313), “[...] deflagrar a guerra econômica, a começar pela decretação de sucessivas sanções contra a Rússia”

Os Estados Unidos possuem tal poder por serem detentores da moeda mundial, ou seja, o dólar. Segundo Moniz Bandeira (2016, p.141) “os Estados Unidos não consideram e desrespeitam as leis internacionais” porque tem “privilegio de fabricar dólares, quando e quantos necessitarem, sem lastro, e manipular seu valor por meio da taxa de descontos”. O fato de serem detentores desta moeda globalmente utilizada confere poder de interferir nas economias de outros países e atuar como ditadores globais, muitas vezes sem o respaldo das Nações Unidas.

No entanto, as intervenções econômicas vão além disso, ocorrendo também por meio de instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial. Essas organizações, que deveriam fomentar o crescimento e a cooperação econômica mundial, especialmente entre os países em desenvolvimento, tornaram-se mais uma arma estratégica de ação geopolítica utilizada pelo império na tentativa de estabelecer o controle global.

Isso ocorre por meio das exigências estabelecidas pelas instituições financeiras, ou seja, para que um país receba crédito ou ajuda monetária internacional, ele tem que cumprir algumas condições. O principal problema é que o estabelecimento dessas exigências sofre influência direta dos impérios econômicos, com ênfase para os Estados Unidos.

De acordo com Moniz Bandeira (2016), em 1998, quando a Rússia passava por uma severa crise, o Banco Mundial concordou em conceder crédito, porém, mediante reformas nos termos do Washington Consensus. Com isso, “[...] O Banco Mundial ainda lhe havia concedido US\$ 3 bilhões, **com a exigência de mais reformas econômicas, nos termos neoliberais**” (Moniz Bandeira, 2016, p. 132. Grifos nossos).

Um dos casos mais destacados na obra é o da Ucrânia, cujas exigências estabelecidas por essas instituições foram bastantes severas. Entre eles estava o corte do déficit fiscal e a redução do déficit público. Essas medidas só seriam possíveis se houvesse uma redução de 50% nos subsídios dos programas sociais e da energia. Além disso, o FMI exigiu a privatização de estatais, o aumento de impostos e a demissão de empregados do Estado, além da livre flutuação da moeda no país, que causou a sua desvalorização. Impôs ainda ações como o congelamento das pensões, o aumento de impostos, a privatização e a elevação dos preços do gás que aumentaram ainda mais a pobreza. Todas essas medidas têm como bases, de acordo Moniz Bandeira (2016, p.244), “o impetuoso processo de privatização, desregulamentação e liberalização do comércio”

Para além do ocorrido na Ucrânia, o regime de austeridade e mudanças neoliberais impostas pelo FMI e o Banco Mundial tem causado muitos problemas em diversos países ao redor do mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. Prashad (2023) destaca que esses países não conseguem superar os termos de troca, que são sempre negativos. Quer dizer, enquanto compram produtos e bens manufaturados por um valor muito alto, que muitas vezes não podendo pagar, vendem suas matérias-primas por um valor muito baixo.

Dentro dessa perspectiva, o FMI acaba incentivando essa balança negativa, pois não permite que esses países realizem investimentos internos em suas indústrias. De acordo com Prashad (2023, online), “O FMI não apenas impede o investimento para a industrialização, mas também impõe cortes nos serviços públicos (principalmente na saúde e na educação)”. Prashad (2023) comenta sobre o caso do Paquistão, que enfrenta graves dificuldades em sua economia devido à falta de investimentos em sua estrutura interna e na indústria:

Esse déficit foi causado pelo fato de o Paquistão não ser mais competitivo no mercado internacional e ter continuado a importar bens e serviços a uma taxa que simplesmente não pode arcar. As condições impostas pelo FMI reduziram ainda mais o investimento que o Paquistão tanto precisa para melhorar sua infraestrutura e acelerar a industrialização. (Prashad, 2023, online).

Acordos semelhantes foram estabelecidos, conforme Prashad (2023, online), com países como Argentina, Sri Lanka e Zâmbia”. Esses acordos e a política de austeridade realizada pelo FMI têm causado revoltas em muitos países, por exemplo, no Suriname que enfrenta inadimplência em sua dívida interna desde a pandemia do covid-19. Mas esse país não é uma exceção à regra, já houveram revoltas semelhantes como “em Lima (Peru) em 1976 e surgiram na Jamaica, Bolívia, Indonésia e Venezuela nos anos seguintes”.

Isso significa que as instituições multilaterais se tornaram meios e agentes de intervenção política e econômica, sobretudo nos países pobres. Daí a propagação das políticas

neoliberais por todo o mundo, com as respectivas consequências, como a privatização de serviços públicos e o enfraquecimento dos trabalhadores. Os Estados Unidos passam a usar as instituições financeiras multilaterais como uma ferramenta de controle e influência, aproveitando a fragilidade dos países que precisam recorrer a essas instituições.

Outra questão interessante abordada na obra de Moniz Bandeira refere-se às interferências realizadas pelas ONGs, que representam um poder não estatal, elas são o braço direito das empresas que as criam e financiam. Dessa forma, essas ONGs passam a exercer uma significativa influência sobre as questões geopolíticas dos países nos quais atuam. No caso, as ONGs tornam-se atores sintagmáticos e se concretizam como um desafio à soberania dos Estados nacionais.

De acordo com Moniz Bandeira (2016, p. 276) “essas ONGs, desde a década de 1990, funcionaram como fachada para promover a política de *regime change* sem a ocorrência de um golpe militar.”. Quer dizer, essas ONGs funcionam como um mecanismo de controle do império estadunidense “E as ONGs, em face da permeabilidade das fronteiras nacionais, cada vez econômica e politicamente mais porosas [graças à globalização financeira], constituíram a ferramenta tática para a penetração e intervenção informal dos Estados Unidos”. (Moniz Bandeira, 2016, p. 297)

Elas conseguem essa penetração manipulando a opinião pública com a divulgação de notícias fabricadas e interferindo em questões políticas. Essa tática integra a guerra moderna e as comunicações estratégicas. A intenção é minar a imagem de qualquer oponente dos Estados Unidos e fomentar a revolta entre os civis para deixar o país sob controle dos Estados Unidos e de seus aliados. Um exemplo disso, apresentado no livro, é o que ocorreu na Ucrânia.

‘A Ucrânia ou a parte ocidental do país está cheia de ONGs mantidas por Washington’, denunciou o economista Paul Craig Roberts, ex-secretário assistente do Tesouro no governo de Ronald Reagan (1981– 1969), acrescentando que seu objetivo era ‘entregar a Ucrânia às garras da União Europeia, para que os bancos da União Europeia e dos Estados Unidos possam saquear o país como saquearam, por exemplo, a Letônia; e enfraquecer, simultaneamente, a Rússia, roubando-lhe uma parte tradicional e convertendo-a em área reservada para bases militares dos Estados Unidos-OTAN’ (Moniz Bandeira, 2016, p. 275)

É importante frisar a articulação das ações: guerra militar, guerra econômica e as ações orquestradas das ONGs atendem ao capital financeiro e estão alinhadas com a expansão da máquina de guerra Otan. As ONGs não estão presentes somente na Ucrânia, elas estão em quase todos os países ao redor do mundo e a maioria delas são mantidas pelo governo estadunidense e por grandes empresários. De acordo com Moniz Bandeira (2016, p. 266).”Freedom House, American Enterprise Institute (AEI), National Democratic Institute

(NDI) e muitas outras, financiadas pela USAID, NED, CIA e agências dos Estados Unidos e da União Europeia e/ou grupos privados”. Estas atuaram nas denominadas “revoluções coloridas nos países do Cáucaso”.

As revoluções coloridas mencionadas acima referem-se à manipulação orquestrada pelo governo estadunidense junto aos seus aliados, com o objetivo de desestabilizar e controlar outros países. Moniz Bandeira (2016) aborda as revoluções coloridas, explicando que essa é uma estratégia para golpes de Estado desenvolvida por Gene Sharp. Esses golpes não violentos ocorrem por meio de diversos meios, como protestos, boicotes e greves.

Essas ações são estimuladas pelas ONGs que buscam incitar a população de determinado país a se revoltar contra seu próprio governo, causando a subversão da ordem por meio de guerras psicológicas, econômicas, sociais, entre outras. O exemplo mais relevante abordado na obra também é o caso da Ucrânia, já que há o envolvimento dos Estados Unidos com o país desde antes de 2013, configurando o que ficou conhecido como “Revolução Laranja”.

O derrocamento do presidente Yanukovich, na madrugada de 21 para 22 de fevereiro de 2014, configurou, na realidade, a reprodução da denominada Revolução Laranja, que demoliu o governo do presidente Leonid Kučma, entre novembro de 2004 e janeiro de 2005, patrocinada pelo Ocidente, i.e., Estados Unidos e União Europeia (Moniz Bandeira, 2016, p. 278).

Após essas “revoluções”, estabelecem-se governos sob a influência dos Estados Unidos, governos marionetes que são controlados nas sombras. Essas ações são desenvolvidas em grande medida dentro das ONGs, as quais se tornam uma das ferramentas de intervenção mais importantes para promover a derrocada de governos democraticamente eleitos. Tudo isso ocorre de forma encoberta, pois, como mencionado anteriormente, elas representam a intervenção implícita dos Estados Unidos.

Dentro dessas revoluções, temos a Primavera Árabe, que foi um conjunto de protestos ocorridos em 2010 em países do norte da África e do Oriente Médio. Esses protestos, segundo Moniz Bandeira, têm o envolvimento direto dos Estados Unidos. Em uma entrevista cedida em 2013 para o site Gazeta do Povo, Moniz Bandeira declarou que:

As rebeliões, que logo foram chamadas de Primavera Árabe, desdobraram um programa cuja execução começara nos países que se desmembraram do Cáucaso, com as “revoluções coloridas” na Geórgia, Ucrânia e outros países que se desmembraram da extinta União Soviética. O objetivo, desde o governo do presidente Bill Clinton, foi expandir a Otan até as fronteiras da Rússia e, virtualmente, cercá-la. Daí os conflitos na Sérvia, a questão do Kosovo, quando Eslovênia, Croácia e Bósnia-Herzegovina se separaram da Iugoslávia, no começo dos anos 1990. [...] Assim, trataram de promover uma agenda segundo a qual os Estados Unidos apoiariam governos democráticos inexperientes e encorajariam dissidentes e reformistas democráticos, sob os regimes repressivos no Irã, Síria,

Coreia do Norte e Venezuela. Em 2002, o secretário de Estado Colin Powell lançou a Middle East Partnership Initiative (MEPI) com propósito ostensivo de ajudar os adversários dos regimes, que não respeitavam a liberdade e os direitos humanos no Oriente Médio e na África do Norte. Esse programa, para financiar as ONGs americanas, começou a também distribuir diretamente bolsas no Egito [...]. Embora alguns fatos, como o suicídio do jovem na Tunísia e o fenômeno do contágio pudessem contribuir para as revoltas, **eles certamente não avançariam nem atingiriam as grandes proporções que tomaram e dificilmente haveriam triunfado, como na Líbia, sem o encorajamento dos Estados Unidos, que desde 2005 estavam a financiar a oposição na Síria.** (Gonçalves, 2013, online, grifos nossos)

Essas intervenções têm gerado conflitos e desordens em muitos países, elas são manejadas pelo governo estadunidense em sua busca de estabelecer uma globalização geopolítica e financeira, ou seja, tentam controlar outros países para que sigam a lógica estadunidense, a lógica neoliberal fomentada e controlada pelo capital financeiro do país. Então as intervenções têm como principal objetivo expandir o domínio e controle do capital financeiro e, ao mesmo tempo, assegurar a hegemonia no controle do poder global.

3.3 O outro lado da geopolítica estadunidense: o papel da Otan

A análise de Moniz Bandeira sobre a intervenção dos Estados Unidos no cenário global, por meio da Otan, é um ponto crucial em sua obra. Ele enfatiza que a busca pela manutenção da hegemonia estadunidense, apoiada no dólar e na Otan, levou o país a empregar meios questionáveis para atingir seus objetivos. Segundo o autor, a determinação em permanecer como o único polo de poder justificava o uso de meios ignominiosos.

Por mais que a Otan seja um organismo supranacional que deveria garantir a segurança de seus países membros, sua principal função se tornou diferente, pois a “OTAN, na realidade, converteu-se em um instrumento econômico e político, com o fito de alinhar e subordinar os países da Europa aos interesses de Washington e de seus maiores bancos” (Moniz Bandeira, 2016, p. 115). Inicialmente, a Otan foi criada para ser uma coalizão de ajuda mútua entre os países envolvidos. No entanto, segundo Moniz Bandeira (2016, p. 53)

[...] [ela atuou com o] propósito de “to keep the Americans in, the Russians out and the Germans down” [Manter os americanos dentro, os russos fora e os alemães sob controle], 8 i.e., conservar a supremacia dos Estados Unidos, conter a União Soviética e submeter a Alemanha — conforme explicitamente declarou o general Hastings Lionel Ismay, 1º Lord Ismay (1887–1965), então secretário-geral da Aliança (1952–1957).

Partindo dessa perspectiva, a expansão da Otan é certamente um dos maiores riscos às demais democracias mundiais, incluindo a de seus próprios países membros, pois sob o pretexto da “responsabilidade de proteger”, eles intervêm militarmente em países soberanos.

Essa expansão da Otan representa uma ação geopolítica que almeja também a globalização, ou seja, o controle global. Isso acontece, sobretudo, via as guerras por procuração, além de contarem com a ajuda da mídia e das ONGs para a instalação da guerra psicológica e para a demonização de diversas personalidades públicas.

Uma das principais motivações para essas ações geopolíticas é impedir a perda de seu posto para outro país, como a Rússia. Eles não aceitam a ideia de que a Rússia possa recuperar a mesma influência que a antiga União Soviética possuía, pois isso poderia colocar seu domínio em risco.

No decorrer da obra, Moniz Bandeira descreve por que os Estados Unidos e a Otan, mesmo criando tanto terror, caos e desordem, não alcançaram êxito em suas investidas. Segundo o autor, o principal problema é que eles agem sem conhecer a estrutura política, cultural e social dos países que pretendem atacar e assim terminam desestabilizando e criando o caos em muitas nações com destaque para as do Oriente Médio.

Ignorantes, sem nada saber do Oriente Médio profundo, os presidentes George W. Bush e, depois, Barack Obama trataram de empreender a política de regime change e, em consequência, de nation-building, i.e., derrubar os governos não alinhados com os interesses econômicos e geopolíticos dos Estados Unidos e de Israel. (Moniz Bandeira, 2023, p. 382)

Com a derrubada desses governos, configurou-se no Oriente Médio, a ausência de autoridade e, com isso, houve o surgimento de forças terroristas. De acordo com Moniz Bandeira (2016, p. 357) “o senador Rand Paul (Republicano — Kentucky) declarou, em entrevista à NBC News, que a política de Washington, com base nas diretrizes dos neocons, criou no Oriente Médio um paraíso seguro para os radicais islâmicos”.

Movidos pelo anseio de poder e controle decorrentes da globalização do capital financeiro, atuam, no entanto, sem um conhecimento profundo da geografia local. Essas intervenções acabam por dismantlar a já frágil estrutura política existente, desencadeando verdadeiras guerras e o caos, como observado na Primavera Árabe, a qual, como anteriormente mencionado, representou um movimento que desestabilizou toda a região do Oriente Médio. Para compreendermos as consequências dessas intervenções, é válido examinar alguns dos conflitos nos quais a Otan esteve envolvida e o número de mortes resultante dessas situações de conflito; quadro 1.

Tabela 2: Países que sofreram intervenções da Otan no século XXI

Países	Ano da intervenção	Número de mortes
Afeganistão	2001	46.319
Iraque	2004	185.000
Líbia	2011	55
Síria	2014	95.000

Fonte: Albin, Danilo (2022)

Org: Rodrigues, Joana E. A. (2023)

É válido declarar que o valor citado no quadro 1 em relação à Líbia não corresponde a um valor exato do número de civis mortos desde a intervenção da Otan. Para além dos conflitos já mencionados, conforme Albin (2022), o Paquistão também sofreu muitas perdas, registrando a morte de 24.099 pessoas.

No quadro acima, o primeiro país a ser citado é o Afeganistão. Com algumas ressalvas o país foi invadido em 2001 sob alegação de guerra contra o terror para o estabelecimento da paz e da democracia. Com efeito, como lembra Moniz Bandeira (2016), nos treze anos de luta contra o terror, o Afeganistão não alcançou nenhuma democracia, muito menos a paz. Pelo contrário, o país se viu dentro de uma catástrofe humanitária que se arrasta por anos, por exemplo, “havia ainda no Afeganistão 3.600.449 de pessoas em estado de necessidade, e o número de pessoas desalojadas tendia a elevar-se a mais de 631.286” (Moniz Bandeira, 2016, p. 145)

Isso foi causado também pelo desconhecimento que os Estados Unidos e a Otan tinham em relação ao Afeganistão. Moniz Bandeira descreve o que o ex-secretário de defesa Robert Gates argumentou: “[...] que ninguém em Washington — nem ele — tinha a menor ideia da complexidade do Afeganistão — tribos, grupos étnicos, corretores do poder e rivalidades entre vilas e províncias — quando foi tomada a decisão de invadi-lo, em 2001” (Moniz Bandeira, 2016, p. 151).

Problema semelhante ocorreu durante a invasão do Iraque que, como lembra Moniz Bandeira, os Estados Unidos “[...] não tinha nenhuma ideia de quanto o Iraque estava quebrado, ao começar a guerra e assumir o controle do país, em 2003” (Moniz Bandeira, 2016, p.151). Em 2011, a história se repetiu quando o governo estadunidense decidiu invadir a Líbia, quando imperou a “mesma ignorância” comum em Washington.

Em relação à Líbia quando os Estados Unidos intervieram no país, não conheciam todas as etnias e tribos existentes, nem a luta entre elas. Agiram somente sob a ordem do presidente Obama, que determinou a intervenção da Otan para derrubar o regime do presidente Muammar Gaddafi, que possuía um frágil controle sobre essas tribos. Com a

intervenção, um conflito se instaurou no país, deixando inúmeros mortos e um Estado sem organização política.

De acordo com Moniz Bandeira (2016, p. 162), “o bombardeio da Líbia, ao destruir o regime de Gaddafi e, com ele, o aparelho do Estado, descerrou o território para toda espécie de tráfico, através do Mediterrâneo, sobretudo de pessoas.” Com isso, a Líbia foi invadida pelo Da'ish, que passou a controlar o litoral do Mediterrâneo, bem próximo da Europa, aumentando assim o risco de atentados terroristas.

A Síria também é um dos países que sofreram com os eventos da Primavera Árabe e com as investidas por parte dos Estados Unidos para intervir no país. O presidente Barack Obama, desde 2013, interveio no país sobre as mais diversas alegações. Em resumo, conforme Moniz Bandeira, os Estados Unidos são:

[...] os responsáveis por dois terços dos conflitos militares iniciados nas últimas décadas, como na Iugoslávia, Iraque, Afeganistão e Síria, ao aproveitarem-se das dificuldades econômicas e sociais, assim como de vários conflitos étnicos e religiosos, para intervir sob o pretexto de expandir a democracia (Moniz Bandeira, p. 2016, p. 92).

A consequência mais visível desse processo é o número elevado de mortes. É válido ressaltar que, como lembra Albin (2022), o número elevado de civis mortos é causado também pelas zonas de guerra, ou seja, muitos civis acabam morrendo assassinados em suas próprias casas, trabalhos, quando pisam em minas terrestres, quando são atingidos por balas, fogo, bombas, drones, bombas de fragmentação etc. Além das mortes causadas pela falta de infraestrutura, pois elas são destruídas graças aos conflitos, além das más condições sanitárias que são consequências dessas guerras também.

As migrações, são outro fator preocupante em situações de conflito. As taxas de migração aumentaram bastante a partir de 2010, quando teve início a Primavera Árabe. De acordo com Victor; Sanches e Delfim (2021, p. 44):

Em uma década, o número de pessoas internamente deslocadas (IDPs) no Oriente Médio e Norte da África (MENA, na sigla em inglês) mais que triplicou, passando de **3,6 milhões em 2010 para 12,4 milhões em 2019**. [...]. [Esses números referem-se] O aos desdobramentos da Primavera Árabe, como os conflitos armados, as guerras e a violência generalizada, e à frequência e intensidade dos desastres, alguns deles associados às mudanças climáticas [grifos nossos].

Considerando dois períodos distintos, um quando ainda não havia o escalonamento dos conflitos e outro quando os conflitos estavam instalados, o número de deslocados aumentou 344%, ou seja, 8,8 milhões de pessoas a mais deslocaram-se em 2019.

As pessoas que saem de países em conflito, têm como direção os países da Europa. Como consequência:

as dificuldades que a Itália, Espanha, França, Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha e demais países da União Europeia tiveram e têm de enfrentar, em consequência da migração de milhões de refugiados e pessoas deslocadas, devem-se principalmente às guerras que os Estados Unidos promoveram e a União Europeia, subordinada à OTAN, apoiou, instigou e/ou sustentou no Afeganistão, Iraque, na Síria, Líbia e em outros países da Ásia Central e Oriente Médio à África do Norte. (Moniz Bandeira, 2016, p. 163)

Não somente o grande número de migrações assustam, o número de mortes no percurso também é alarmante sem contar o número de pessoas privadas de liberdade outro fator preocupante segundo Moniz Bandeira (2016, p.163)

Não somente refugiados da Líbia e do Maghrib tentaram atravessar o Mediterrâneo, contrabandeados por traficantes. Havia, igualmente, refugiados da Síria, do Iraque e Iêmen, que também morreram afogados e, ou confinados em campos de concentração em Lampedusa (Itália), Marseille (França), na “jungle” de Calais (França), Hungria, Chipre e em outros países, onde cerca de 600.000 refugiados, na primeira metade de 2014, estavam privados de liberdade.

O número de pessoas mortas durante a travessia é um fator triste, e a forma como os países europeus têm tratado os refugiados também é desumana, o fato de serem privados de liberdade e serem tratados como prisioneiros é inaceitável.

Mostrou-se bastante complicado realizar o levantamento de dados sobre os conflitos envolvendo a Otan, pois os dados são escassos e desconhecidos. Além disso, a dificuldade em levantar dados reais sobre os números de mortes nos conflitos faz com que “a OTAN não preste contas e nem repara danos em casos de operações como as realizadas na Líbia. Ninguém fez nenhuma investigação, muito menos independente, sobre o custo do sofrimento dessas intervenções” (Albin, 2022, online).

Sendo assim, é notório que os Estados Unidos e seus aliados da Otan estão diretamente contribuindo para a desordem mundial globalizada. As guerras diretas e as guerras por procuração, a democracia militar, tudo isso gera caos e catástrofes humanitárias, que são um dos sintomas da desordem mundial. Essas ações causam o aumento dos conflitos, das migrações, das desigualdades, dos danos ambientais etc. A isso, podemos adicionar as interferências políticas e financeiras.

4. GEOGRAFIA E MONIZ BANDEIRA: Um diálogo possível?

Explicar a geografia e sua relação com um autor de outra área do conhecimento é uma tarefa complexa e desafiadora. No entanto, a intenção deste trabalho não é explicar o que é a geografia, buscaremos, ao contrário, uma descrição sucinta de alguns dos principais aspectos

dessa ciência, sobretudo, tendo em vista o ensino de geografia e como Moniz Bandeira pode contribuir com ele.

Em primeiro lugar, é preciso ponderar que a geografia é uma disciplina interdisciplinar que engloba diversos conceitos e aspectos de áreas como ciências sociais, físicas, políticas e tecnológicas. Essa ciência estuda a Terra e todos os fenômenos que nela ocorrem, dividindo-se em várias áreas, sendo as principais a geografia humana e a geografia física. Em linhas gerais, a geografia física concentra-se nos estudos relacionados aos aspectos naturais do ambiente. Por sua vez, a geografia humana analisa as atividades humanas no mundo, explorando aspectos culturais, sociais, econômicos, entre outros.

Essa breve explicação destaca a amplitude e a diversidade de temas abordados pela geografia, refletindo sua natureza abrangente e interligada a diferentes áreas do conhecimento.

A geografia segundo Barbosa (2016, p. 82-83):

A Geografia é a ciência que estuda o espaço geográfico e as transformações que nele ocorrem, resultantes das relações estabelecidas entre as pessoas, os distintos grupos sociais e a natureza. Definida como o ramo científico que estuda a sociedade e sua organização sobre o espaço, a Geografia busca explicar como explora e dispõe dos recursos da natureza.

A geografia não se resume apenas a uma disciplina escolar; ela é um elemento essencial para a formação individual de cada cidadão. Segundo Barbosa (2016, p. 83), “a geografia nas escolas busca desenvolver o senso crítico dos educandos, a fim de que estes possam atuar de maneira reativa e propositiva perante as injustiças sociais, promovendo uma aprendizagem prática com intenção emancipatória”.

A geografia desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos como cidadãos pensantes e conscientes. Para alcançar essa conscientização, os estudantes precisam conhecer o mundo e suas complexas relações sociais, econômicas, ambientais, políticas etc. Isso exige o estudo, leitura, pesquisa e análise crítica de diversos livros, artigos, textos etc. que abordem essas e outras questões.

Por ser interdisciplinar, a geografia pode fazer uso de diversas fontes de estudos, inclusive de autores e obras de outras áreas do conhecimento, o que enriquece ainda mais suas análises. Por exemplo, pode-se utilizar autores da biologia, química, sociologia, história, ciências políticas, entre outras disciplinas.

Considerando a temática do trabalho, é possível analisar como um autor das ciências políticas, como Moniz Bandeira, pode contribuir para a geografia. Mesmo sem formação específica na área de geografia, suas obras são relevantes, especialmente para a geografia

política e a geopolítica. Pois o autor aborda análises das relações internacionais e nacionais, ações governamentais, relações de poder mundial, questões econômicas, globalização, além de utilizar e analisar mapas, entre outros elementos.

É válido lembrar que as obras de Moniz Bandeira têm geralmente como foco principal a análise mais ampla das questões relacionadas à política externa, às relações internacionais e a geopolítica, entretanto ele aborda estudos relacionados a questões regionais, internacionais, e territoriais como parte de sua análise geopolítica mais abrangente.

As análises de Moniz Bandeira sobre as geopolíticas regionais são relevantes para a geografia, pois estuda as dinâmicas políticas e econômicas em nível regional, analisando fronteiras, recursos naturais e a distribuição de poder nas regiões, constituindo, assim, uma análise geográfica. Essa característica está presente em obras como: “Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (1939-1948)” que analisa a relação entre os países, incluindo as questões regionais.

No que se refere à obra em análise “A desordem mundial”, podemos ver um grande estudo regional sobre a formação da Rússia no capítulo 11 da obra.

Conquista e domínio dos Varegues (vikings) ao longo do rio Dnieper • mescla com os eslavos orientais • a Kievan Rus’ • decomposição em principados • Ivan IV, o terrível, e a fundação do RossiyskayaImperiya • Mikhail F. Romanov como czar de toda a Rússia • criação da frota imperial do mar negro pelo czar pedro, o grande • a estória de Ivan Mazeppa • Catarina, a grande e a conquista de Donbass (Novorossiya) • a invenção da ucrânia (Moniz Bandeira, 2016, p. 203).

Neste capítulo, Moniz Bandeira estuda as fronteiras, os recursos naturais e a distribuição de poder nas regiões que, hoje, formam a Rússia, e todas as transformações e disputas que ocorreram ao longo dos anos para configurar este estado-nação tal como conhecemos.

Além da Rússia, no capítulo 22, Moniz Bandeira estuda as questões regionais relacionadas à Palestina e Israel, como a questão da fronteira entre esses países e os conflitos de poder na região.

Além disso, as análises históricas de Moniz Bandeira podem contribuir para a compreensão das mudanças territoriais que ocorrem ao longo do tempo. Com isso, ele também examina o desenvolvimento regional, as desigualdades e disparidades que impactam diferentes regiões. Além disso, isso permite compreender como a globalização e as questões econômicas do comércio internacional e as relações de poder mudam a configuração do mundo. O capítulo 7 da obra “A desordem mundial” também apresenta uma análise interessante sobre o desenvolvimento e as desigualdades em algumas regiões do mundo.

A debacle da união soviética, a “maior catástrofe geopolítica do século XX” • O domínio dos Estados Unidos por meio da Otan • O privilégio da produção de dólar como fiat currency • Advertência do ministro Sergei Lavrov sobre a Ucrânia • Questão da Geórgia e intervenção da Rússia em defesa da Ossétia do Sul • Matanças, caos e catástrofes humanitárias persistiam no Afeganistão, no Oriente Médio e na África. (Moniz Bandeira, 2016, p. 139)

A obra “A desordem mundial” é um compilado bem extenso dos mais diversos acontecimentos geopolíticos que vão desde o nazismo, passando pelo atentado de 11 de setembro, a invasão do Afeganistão, a expansão da Otan, questões sobre Ucrânia a faixa de Gaza etc.

Por último a obra “A desordem mundial” também apresenta uma perspectiva interessante sobre a política internacional Brasileira, e como ela tem se tornado um poder relevante dentro da economia mundial.

A criação do CIPS pela China, como alternativa para a SWIFT, conjugada com iniciativa similar da Rússia, o estabelecimento do AsianInfrastructureInvestment Bank (AIIB) e do New Development Bank, em sociedade com o Brasil, Rússia, Índia, África do Sul, tendiam a quebrantar a preeminência de Wall Street, o que implicava aluir a hegemonia dos Estados Unidos, exercida por meio do dólar, como única moeda de reserva internacional, e da expansão da máquina militar da OTAN (Moniz Bandeira, 2016, p. 460).

Diante do exposto o aluno que se propor a ler qualquer das obras de Moniz Bandeira, já mencionadas durante o presente trabalho, irá se deparar com um grande levantamento de dados que nos possibilita compreender as complexas relações mundiais. É válido lembrar que Moniz Bandeira é autor de mais de 20 obras que podem ser trabalhadas pela disciplina de geografia em diferentes contextos.

Embora seu foco principal não seja geográfico, as obras do autor fornecem *insights* bastante interessantes para geógrafos que buscam entender como as interações e as relações de poder acontecem entre a política, a economia e a geografia. Pensando em uma perspectiva mais geopolítica, as obras de Moniz Bandeira se mostram importantes, pois suas análises mais aprofundadas da história permitem um exame completo sobre as raízes das relações internacionais e dos conflitos geopolíticos. O autor contextualiza os eventos explicando suas origens e causas.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar a contribuição de Moniz Bandeira à Geografia; e como tal contribuição favorece o ensino de Geografia. Para isso, dividimos o capítulo em duas partes. Na primeira, analisamos o escopo da Base Nacional Curricular Comum- BNCC e como ela aborda as questões mais caras a Moniz Bandeira: geopolítica, capitalismo, dominação político-militar e globalização. Na segunda parte, analisamos como

Moniz Bandeira pode contribuir com esse debate no ensino de Geografia, dando enfoque, mais uma vez, à obra “A desordem Mundial”.

4. 1 BNCC e a inter-relação com a obra de Moniz Bandeira

Primeiramente a BNCC é um documento normativo obrigatório para a elaboração dos currículos escolares, do nível infantil, fundamental e médio. O parecer e a resolução da BNCC sobre o ensino infantil e o ensino fundamental foram votados em 15 de dezembro de 2017, em sessão pública do Conselho Nacional de Educação - CNE.

Durante a criação da BNCC houve interferências do governo para tornar a BNCC mais privatista e alinhada aos interesses do mercado. Portanto, é preciso analisar a BNCC tendo em mente as questões levantadas por Moniz Bandeira, por exemplo, a dominação hegemônica da globalização neoliberal e o impacto desse processo em direitos básicos como a educação. Conforme Aguiar (2018, p.8):

Faz-se necessário compreender o contexto desta votação dentro do CNE. Em primeiro lugar, destacar que a BNCC foi proposta pelo Ministério da Educação (MEC) no contexto que se configura como uma contrarreforma da Educação Básica conduzida pelo atual governo em sua ação de desmonte das conquistas democráticas e populares, sobretudo no que diz respeito aos avanços efetivados nas últimas décadas quanto ao direito à educação e às políticas educacionais.

É notável que o contexto histórico supracitado se refere ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Durante esse período, o então vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente a presidência. Durante o mandato do então presidente Michel Temer, a BNCC foi aprovada em um regime emergencial, o que gerou fragilidades e limitações. Apesar de diversas reuniões e debates públicos, de acordo com Aguiar (2018), a última versão não contemplou totalmente o que foi discutido.

Em 2017, o MEC encaminha ao CNE a 3a versão da Base Nacional Comum Curricular, elaborada de forma autônoma pelo Comitê Gestor. Nesta nova versão, muitos limites são detectados e destacados nas audiências públicas regionais, efetivadas pelo CNE. A análise detida dessas contribuições não se efetivou e a tramitação célere da matéria na Comissão Bicameral, como destacamos, comprometeu o processo de discussão e deliberação resultando, entre outros, no pedido de vista. (Aguiar, 2018, p. 16).

O trabalho de Aguiar (2018) está baseado principalmente na análise da BNCC do ensino infantil e fundamental. No entanto, diversas críticas já foram publicadas sobre a reforma do ensino médio, como a publicada por Lucas Gabriel Motta, Monica Ribeiro da Silva e Renata Peres Barbosa no seu artigo “A BNCC do Ensino Médio: das controvérsias no

processo de elaboração ao texto aprovado”. A BNCC do ensino médio certamente seguiu a mesma lógica das demais, então é válido que a crítica feita contemple também a BNCC para o ensino médio.

É necessário trazer para a presente discussão a importância de não se estabelecer apenas um currículo para todo o território nacional. É preciso desenvolver currículos que abarquem os mais diversos contextos em que os alunos e professores brasileiros estão envolvidos. Os currículos devem ser, de acordo com Aguiar (2018, p.18), “construídos a muitas mãos, a partir das várias histórias de vida que fazem parte desse cotidiano. As concepções, saberes, conteúdos e as metodologias não fazem sentido se desconectadas daquele contexto.”

Sendo assim, a BNCC não deve ser um elemento limitador; ela deveria ser elaborada de uma forma democrática para garantir a total liberdade de aprender, pesquisar, ensinar e publicar os conhecimentos e o saber, de uma forma que respeite o pluralismo de concepções e ideias pedagógicas, entre outros. Embora essas e outras finalidades constem nas competências gerais da educação básica da BNCC, nem sempre são postas em prática, pois ela reflete também os princípios neoliberais que têm como foco principal formar alunos para o mercado de trabalho, conforme apontado por Pinheiro e Lopes (2021, p.20):

Outro ponto constatado no documento foi seu alinhamento com as políticas educacionais propostas ou financiadas pelas organizações internacionais. Essas políticas têm como finalidade, dentre outros fatores, a formação de alunos para o mercado de trabalho, e não propriamente para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades humanas.

É válido relatar que a BNCC não estabelece uma relação direta com nenhuma corrente do pensamento geográfico. Inicialmente, consta na BNCC que a geografia é um componente que possibilita ao estudante compreender o mundo em que vive, contribuindo para a formação do conceito de identidade. O documento relata a importância de compreender o mundo do ponto de vista da geografia, mas declara que o processo de desenvolvimento do pensamento espacial envolve a compreensão de outras disciplinas. Nesse sentido, “o pensamento espacial está associado ao desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não somente da Geografia, mas também de outras áreas (como Matemática, Ciência, Arte e Literatura)” (Brasil, 2017, p.359).

Como lembram Pinheiro e Lopes (2021), a BNCC tem uma lógica focada no raciocínio geográfico e no pensamento espacial. No entanto, o documento não apresenta uma discussão profunda sobre essas temáticas.

Trata-se, portanto, de um documento que orienta, mas é frágil em definir princípios e regras para o desenvolvimento das propostas didáticos-pedagógicas. No documento, estão descritos os princípios do raciocínio geográfico, descrevendo também qual é a principal contribuição da geografia no ensino básico, de forma um tanto quanto superficial. Por exemplo:

Essa é a grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica: desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza (Brasil, 2017, p. 360).

Apesar disso, há na BNCC alguns indicativos de conceitos geográficos e a divisão em unidades temáticas, além de apresentar as competências específicas da geografia para o ensino fundamental. Dentro dessa temática, Pinheiro e Lopes afirmam que:

Ainda no texto das competências, nota-se expressões relacionadas ao mundo do trabalho como “resiliência”, “resolução de problemas”, “flexibilidade”, “senso crítico” e “protagonismo”. Expressões essas que Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) descrevem como necessárias ao ensino escolar atual na perspectiva do neoliberalismo (Pinheiro; Lopes, 2021, p. 14).

Então é visível a influência do neoliberal na formulação da BNCC, um documento tão importante para a educação nacional. Mesmo diante disso a BNCC foi dividida em unidades temáticas da geografia, que são: O sujeito e seu lugar no mundo, conexões e escalas, mundo do trabalho, formas de representação e pensamento espacial, natureza, ambientes e qualidade de vida. São descritos também os objetos do conhecimento e as habilidades que devem ser desenvolvidas em cada unidade.

Partindo dessa divisão temática da BNCC, o conteúdo da geopolítica começa a ser trabalhado nos anos finais do ensino fundamental, com ênfase no 8º e no 9º ano. No 8º ano, aborda-se uma exploração mais aprofundada sobre os conceitos de território e região, é quando os estudantes devem compreender a formação dos Estados nacionais e as implicações associadas ao uso do território, entre outros temas. Está descrito nas habilidades da unidade temática “Conexões e Escalas” do 8º ano o seguinte:

QUADRO 1: Habilidades e objetivos de conhecimento do 8º ano.

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO
Conexões e escalas	Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial
	(EF08GE05) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na África e suas múltiplas regionalizações a partir do pós-guerra. (EF08GE05) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na África e suas múltiplas regionalizações a partir do pós-guerra. (EF08GE06) Analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos. (EF08GE07) Analisar os impactos geoeconômicos, geoestratégicos e geopolíticos da ascensão dos Estados Unidos da América no cenário internacional em sua posição de liderança global e na relação com a China e o Brasil. (EF08GE08) Analisar a situação do Brasil e de outros países da América Latina e da África, assim como da potência estadunidense na ordem mundial do pós-guerra. (EF08GE09) Analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países denominados de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). (EF08GE10) Distinguir e analisar conflitos e ações dos movimentos sociais brasileiros, no campo e na cidade, comparando com outros movimentos sociais existentes nos países latino-americanos. (EF08GE11) Analisar áreas de conflito e tensões nas regiões de fronteira do continente latino-americano e o papel de organismos internacionais e regionais de cooperação nesses cenários. (EF08GE12) Compreender os objetivos e analisar a importância dos organismos de integração do território americano (Mercosul, OEA, OEI, Nafta, Unasul, Alba, Comunidade Andina, Aladi, entre outros).

Fonte: BNCC (2017)

Org. Rodrigues, Joana E. A. (2023).

Partindo dos conteúdos trabalhados no 8º ano, as obras de Moniz Bandeira servem certamente como ferramenta de estudo. Por exemplo, para a habilidade “aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos [...] (EF08GE05)”, pode-se fazer uso da obra “A Desordem Mundial”, principalmente para entender os conflitos e as tensões da contemporaneidade. Do mesmo modo, este livro permite um olhar mais contextualizado historicamente na habilidade “analisar os impactos

geoeconômicos, geoestratégicos e geopolíticos da ascensão dos Estados Unidos da América (EF08GE07) [...]”.

Já no 9º ano, os assuntos relacionados à geopolítica estão descritos nas seguintes habilidades:

QUADRO 2: Habilidades e objetivos de conhecimento do 9º ano.

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO
Conexões e escalas	Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização A divisão do mundo em Ocidente e Oriente Intercâmbios históricos e culturais entre Europa, Ásia e Oceania
	(EF09GE05) Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização. A divisão do mundo em Ocidente e Oriente (EF09GE06) Associar o critério de divisão do mundo em Ocidente e Oriente com o Sistema Colonial implantado pelas potências europeias. Intercâmbios históricos e culturais entre Europa, Ásia e Oceania (EF09GE07) Analisar os componentes físico-naturais da Eurásia e os determinantes histórico-geográficos de sua divisão em Europa e Ásia. (EF09GE08) Analisar transformações territoriais, considerando o movimento de fronteiras, tensões, conflitos e múltiplas regionalidades na Europa, na Ásia e na Oceania. (EF09GE09) Analisar características de países e grupos de países europeus, asiáticos e da Oceania em seus aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir suas desigualdades sociais e econômicas e pressões sobre seus ambientes físico-naturais

Fonte: BNCC (2017)

Org. Rodrigues, Joana E. A. (2023).

É possível por meio da obra “A desordem mundial” trabalhar algumas das habilidades mencionadas acima como “(EF09GE05) Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural)”, essa habilidade em específico pode ser trabalhada por qualquer um dos capítulos presentes na obra, pois a obra em si é uma ampla pesquisa sobre a integração mundial, já a “(EF09GE08) Analisar transformações territoriais, considerando o movimento de fronteiras, tensões, conflitos e múltiplas racionalidades na Europa, na Ásia e na Oceania.”, pode ser estudada por meio dos capítulos 11 e 22, pois eles se dedicam a discutir sobre as questões relacionadas às transformações territoriais.

Já na etapa do ensino médio, que corresponde aos três últimos anos da educação básica, e que já tem sua finalidade descrita no próprio texto como:

A dinâmica social contemporânea nacional e internacional, marcada especialmente pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico, impõe desafios ao Ensino Médio. Para atender às necessidades de formação geral,

indispensáveis ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho, e responder à diversidade de expectativas dos jovens quanto à sua formação, a escola que acolhe as juventudes tem de estar comprometida com a educação integral dos estudantes e com a construção de seu projeto de vida. (Brasil, 2017, p. 464)

O termo “inserção no mundo do trabalho” alterou a perspectiva do ensino médio, trazendo uma diversidade de modificações que dividem opiniões entre os estudiosos da educação. Agora, o ensino médio está dividido em competências gerais da educação básica: Competências específicas de Linguagens e suas Tecnologias, competências específicas de Matemática e suas Tecnologias, competências específicas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e os itinerários que correspondem à formação técnica e profissional.

Nesse contexto, a geografia se encontra dentro da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, juntamente com Filosofia, História e Sociologia, divididas em 6 competências específicas. Dentro desse contexto de esvaziamento da educação, temos a descrição das habilidades correlacionadas de todas essas disciplinas, o que demonstra o total descuido com essas disciplinas tão necessárias para a formação intelectual dos alunos. Como já mencionado, a prioridade do ensino médio passou a ser a formação para o mercado, não para o segmento acadêmico.

Dentro desta nova perspectiva, a palavra “geopolítica” quase não é vista, e os assuntos que podem ser relacionados a ela estão presentes na segunda competência específica: “Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações” (Brasil, 2017, p. 573), que dispõe das seguintes habilidades:

QUADRO 3: Habilidades da competência específica 2 do ensino médio.

HABILIDADES
(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais. (EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas das sociedades contemporâneas (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais. (EM13CHS203) Contrapor os diversos significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas como civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo e cidade/campo, entre outras. (EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas. (EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis. (EM13CHS206) Compreender e aplicar os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, entre outros, relacionados com o raciocínio geográfico, na análise da ocupação humana e da produção do espaço em diferentes tempos.

Fonte: BNCC (2017)

Org. Rodrigues, Joana E. A. (2023).

Devido à confusão metodológica presente na BNCC dedicada ao ensino médio, mostra-se um desafio correlacionar conteúdos tão amplos a obras específicas. No entanto, como já mencionado, o caráter interdisciplinar da geografia possibilita tal aplicação.

Por exemplo, para estudar a habilidade “analisar e caracterizar as dinâmicas das populações” (EM13CHS201) [...], pode-se fazer uso da obra “A Desordem Mundial”, tanto pela geografia quanto pela história, principalmente para que os alunos compreendam os eventos políticos, econômicos e sociais ao redor do mundo.

A habilidade “analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas das sociedades contemporâneas” (EM13CHS202) pode ser trabalhada tendo como referência o Brasil e a sua inserção na globalização para compreender os fluxos e interações, mas também o papel dos impérios capitalistas nesse processo.

Muitas outras obras podem ser estudadas durante o ensino médio, mas devido à confusão e ao esvaziamento dos assuntos relevantes para a geografia, como a própria geopolítica, o novo ensino médio se mostra um grande desafio para os professores que desejam investir na formação crítica dos estudantes. Certamente, nessa empreitada, as obras

do autor Moniz Bandeira se apresentam como uma grande ferramenta para auxiliar na formação de alunos mais críticos e participativos na sociedade.

4.2 Moniz Bandeira e o diálogo possível com o ensino de Geografia

As obras de Moniz Bandeira possuem um caráter que, segundo António C. A. Souza Lara (Moniz Bandeira, 2016, p. 20), que escreveu o prefácio da obra “A Desordem Mundial”, “constitui mais um marco na explicação do mal que nos vem acontecendo. E cria raízes para perceber o que nos espera”. Nesse pequeno trecho, nota-se o caráter da obra, pois ela oportuniza ao leitor entender o mundo em que vivemos e o que o futuro nos aguarda. Os alunos que tomarem como referência o livro “A Desordem Mundial” e as demais obras do autor passarão a desenvolver um olhar crítico e um maior entendimento sobre as interações que nos cercam.

Essa e outras obras de Moniz Bandeira se tornam importantes para a geografia, pois criam a oportunidade do desenvolvimento crítico dos estudantes, além de fomentar os meios para que possam interpretar o mundo. Essas características estabelecem um dos objetivos do ensino de geografia, considerando que tal ensino deve:

Oportunizar ao aluno o exercício da crítica e da interpretação da vida no mundo comum pode ser um dos objetivos da geografia e ao trabalhar com os conteúdos, construindo os conceitos, pode-se estar trilhando o caminho que fundamenta o ensino de geografia com o aprendizado significativo (Callai, 2017, p.85).

Partindo da citação de Callai, o exercício da crítica é extremamente importante para os alunos, principalmente se pensarmos na atualidade em que as fontes de informação estão por toda parte, mas as oportunidades de conhecimento crítico são poucas. Um exemplo são as mídias, que sempre exerceram um papel de manipuladores das sociedades, que de acordo com Corbelino (2022, online).

[...] a mídia se faz cada vez mais presente em nosso cotidiano, tornando-se um verdadeiro instrumento de manipulação social e dominação cultural. As informações recebidas pelas mais diferentes mídias, principalmente pela televisão, exercem forte influência nos hábitos e costumes da população com grande poder de manipulação, ditando regras de conduta e de consumo, constituindo-se num importante veículo de transmissão de informação e de formação de opinião, pois sabe-se que o seu grande papel não é apenas noticiar um novo produto, mas fazê-lo uma nova necessidade.

O problema dessa manipulação reside na formação das opiniões, ou seja, a mídia tem a capacidade de moldar o que a população entende como sendo a verdade sobre os acontecimentos mundiais. Se o aluno não possuir a capacidade de análise crítica, está fadado a manipulação. De acordo com Corbelino (2022, online), “temos, portanto, que a função dos

meios é influenciar os receptores, e essa influência pode ser maior se o receptor não dispuser da totalidade das ferramentas para sua análise”.

Tendo como perspectiva a noção de manipulação da população, Rodrigues e Morais (2023) apresentam a ideia de apoliticidade. Essa condição ocorre quando a população é manipulada a ponto de deixar de acreditar na política e em seus representantes. Em outras palavras, a população começa a considerar a política como um elemento desnecessário e incapaz de modificar a sociedade. É dentro desse cenário que começam a surgir autores com ideias extremistas, pregando uma mudança “milagrosa”. Em grande parte, essas ideias são totalitaristas, preconceituosas e antidemocráticas.

O maior problema nessa “nova política”, que se delineou no Brasil, especialmente durante o período de 2019-2022, é o desconhecimento que a população apresenta sobre a própria política e seu real poder de transformação. Esse desconhecimento é resultado do esvaziamento dos estudos relacionados ao tema.

Na geografia, temos duas áreas dedicadas a estudar esse conceito crucial para a formação cidadã: a geografia política e a geopolítica. Ambas as áreas possibilitam aos estudantes compreender a importância da política, conforme destacado por Rodrigo e Morais (2023, p. 287).

[...] Sendo assim, entender o sistema político Brasileiro, o federalismo e o papel do município à luz do espaço, este como importante componente da construção da democracia, tomando sempre o cuidado de não haver uma simplificação ou reducionismo desta última. Cabe ao (à) docente, o papel de ser defensor da política, de suas boas práticas, mediando conflitos e criando estratégias pedagógicas que façam os (as) estudantes refletirem que suas trajetórias precisam de um espaço e, principalmente de um espaço político.

Com efeito, estudar política dentro da geografia possibilita ao aluno entender o espaço político e seu papel dentro desse espaço, fazendo dele não somente um cidadão, mas também um cidadão politicamente ativo e capaz de discutir e modificar a sociedade. Então, se faz fundamental o ensino de geografia política e geopolítica dentro dos currículos escolares nacionais justamente por fomentar a formação consciente dos alunos, pois esses temas são tratados dentro dos currículos escolares como assuntos secundários e sem importância.

O novo ensino médio se tornou uma ameaça ao ensino público, pois o esvaziamento das ciências humanas e sociais, em especial, a geografia, termina por impossibilitar a formação completa dos alunos, ou seja, os alunos não conseguem compreender de forma crítica o mundo em que vivemos.

A BNCC e o novo ensino médio são exemplos claros desse processo, pois esvaziam completamente a geografia da sua dimensão política. Evidentemente, não há um espaço

curricular para a geografia política e geopolítica, que se mostram tão importantes para a compreensão das dinâmicas políticas internacionais, pois a partir delas os alunos podem compreender as ações realizadas pelos governos, suas causas e consequências.

Quando as propostas oficiais esvaziam o ensino de temas políticos, é necessário que o docente se torne defensor dos estudos sobre política, para que os alunos possam compreender o mundo tal como ele é e não como a “fábula” que nos contam as mídias sociais e a mídia oficial. Para isso, o professor necessita de ferramentas que o auxiliem, e é aqui que as obras de Moniz Bandeira, que discutem política, poder e dominação mundial, tornam-se tão relevantes.

Os desafios para cumprir esse propósito são muitos. Porque primeiramente, o esvaziamento dos temas de geografia política e geopolítica não ocorrem somente na educação básica. Mas também, na formação dos professores, processo semelhante ocorre.

Vesentini (1988) realiza um estudo sobre a obra de Yves Lacoste, "A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra", evidenciando que o descaso com a geopolítica não é sem razão. Historicamente, a geografia dos Estados-Maiores possui um conhecimento geográfico que é um conhecimento do poder, a geografia como estratégia do Estado. Entretanto, quando chega às salas de aula, essa dimensão política é esvaziada como geografia dos professores que, às vezes, é um discurso ideológico que busca encobrir a importância das estratégias e análises espaciais. Em resumo, os Estados têm uma compreensão do poder estratégico do conhecimento geográfico, ao passo que os professores nem sempre a possuem, transmitindo esse desconhecimento até mesmo no âmbito universitário.

Há uma mistificação em torno da verdadeira importância da geografia e, por consequência, da geopolítica. No entanto, o autor esclarece que essa mistificação não ocorre de maneira consciente; os professores também são vítimas desse processo já estabelecido. Essa mistificação busca, simplesmente desvalorizar a geografia criando a ideia de que ela é uma disciplina inútil, e sem importância, fazendo-se uma disciplina simplesmente de memorização, deixando de lado totalmente a importância estratégica do conhecimento espacial e das relações e disputas entre os Estados.

Esse desconhecimento da importância estratégica da geografia recai, principalmente, sobre a relevância da geopolítica, que é o dedicado a estudar e analisar tais estratégias políticas e do poder. A desvalorização dessa área ocorre em todos os níveis da educação, tornando-se uma disciplina pouco estudada e explorada por estudantes, inclusive nas universidades. Provavelmente, isso se deve à falta de compreensão do real potencial e utilidade que esse ramo possui, levando à sua negligência.

Esse descaso com a política em geral, e com a geopolítica em particular, que não é intencional por parte dos professores e estudantes, é tanto um sintoma como uma causa do que se conveniou, atualmente, chamar de apolítica, termo profundamente ideológico. Torna-se necessário, portanto, buscar meios para compreender a geopolítica e sua importância para a geografia contemporânea, fazendo uso de autores que abordam esse tema, mesmo que não seja de forma direta, como o autor Moniz Bandeira.

É dentro desse contexto de aviltamento dos debates sobre política, que se desdobra nos currículos oficiais de ensino de geografia, mas também de complexidade da política mundial e nacional, que Moniz Bandeira torna-se importante.

A compreensão sobre política, principalmente no Brasil, vem sofrendo grandes distorções. Cresce no imaginário popular a ideia de que a política não serve para nada, que o voto não tem importância, e que a população nada pode fazer para mudar a realidade em que vivem. Cria-se um imaginário coletivo, cujo lema é a apatia ou a descrença diante do mundo, sobretudo, ao inculcar nas pessoas que ela não tem poder de pressionar o poder político, que mudanças não são possíveis, que as coisas são “assim mesmo”, isto é, inculcam o conformismo. Essa descrença na política, como lembram Rodrigues e Moraes (2023), vem sendo implantada no imaginário da população desde a metade do século XX, fazendo com que a população perca até mesmo a capacidade de agir em conjunto, por exemplo, para criar plebiscitos. Dentro dessa realidade, surgem ideias radicais que prometem grandes mudanças.

Essas novas promessas ganham força por meio de discursos de ódio e críticas aos atuais poderes estabelecidos. Com uma população com uma formação política frágil, esses discursos ganham apoio, gerando inúmeras disputas sem sentido. Um exemplo mencionado por Rodrigues e Moraes (2023) é o que aconteceu nas eleições de 2018 e 2022, quando muitos passaram a apoiar as ideias extremistas de direita e defendendo até mesmo a volta de uma Ditadura Militar.

Essas incoerências são resultado de uma má formação em relação às disciplinas de história, geopolítica e política. Para modificar tal realidade, faz-se necessário estudar tais assuntos de modo aprofundado e contextualizado. Pensando nessa perspectiva, as obras do autor Moniz Bandeira se mostram uma ferramenta de estudo útil.

Moniz Bandeira se revela como uma ferramenta valiosa para os estudos sobre política porque compreende a existência de manipulações na sociedade brasileira. Por isso, em suas obras, dedica-se a examinar detalhadamente os eventos históricos, visando evitar distorções e apresentar aos estudantes fatos históricos claros. Essa abordagem visa capacitá-los a

desenvolver pensamento crítico, analisar os cenários políticos e compreender a real importância da política, abandonando a ideia de “apoliticidade”.

Em outras palavras, por meio das obras de Moniz Bandeira, os alunos têm acesso a um relato histórico das manipulações presentes nas mídias nacionais, mas também à compreensão da politicidade dos debates que se dizem “apolíticos” e suas consequências sobre a vida cotidiana. Por isso, Moniz Bandeira empreendeu em seus trabalhos pesquisas extremamente completas.

Uma vez que trabalhei na imprensa, quando jovem, e lecionei comunicação política, como cientista político, na Universidade Católica do Rio de Janeiro, tratei de confrontar e cruzar, cuidadosamente, as mais diversas informações e apurar a plausibilidade das ocorrências, limpar o verniz ideológico, de que muitas vezes as notícias se revestem, com o objetivo de manejar e manipular a percepção popular. (Moniz Bandeira, 2016, p.32)

As obras de Moniz Bandeira se tornam uma ferramenta importante para o desenvolvimento de alunos críticos e bem-informados, capazes de refletir e agir sobre as desigualdades sociais por meio da política em seus municípios, Estados, países e até mesmo no mundo. Para que os alunos desenvolvam uma visão política completa, é preciso ir além do entendimento da política regional de onde vivem e da política partidária; é necessário compreender a dinâmica da política mundial e como ela interfere em sua realidade.

A partir desses e de outros aspectos, é possível conectar as obras de Moniz Bandeira ao estudo dos espaços políticos dentro da geografia. Elas proporcionam uma visão mais ampla e crítica sobre as relações políticas globais, sobretudo, quando refletem sobre o imperialismo político dos Estados Unidos, enriquecendo, portanto, a experiência de aprendizagem dos alunos sobre a geopolítica.

Dessa forma, observamos como a obra “A Desordem Mundial” pode contribuir para o ensino de geografia. Uma de suas primeiras contribuições é possibilitar o entendimento da geopolítica mundial, abrangendo aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais etc. Esses elementos são fundamentais para que os alunos compreendam o mundo de maneira mais completa, promovendo assim o desenvolvimento crítico e a capacidade de analisar eventos e fenômenos geopolíticos em um contexto global.

Além disso, a obra permite compreender como o imperialismo estadunidense subjaz à desordem mundial, sendo esse imperialismo um processo histórico, geográfico, político e econômico. Histórico, pois se estabelece ao longo do tempo e em diferentes contextos; geográfico, pois ocorre nos diferentes espaços e entre diferentes atores; político, por meio das influências na autonomia de outros Estados; e no econômico, por meio do controle financeiro.

O imperialismo está muito presente na sociedade atual e é praticado em várias áreas por diferentes agentes, não apenas entre os grandes Estados. No entanto, é válido pensar que é

por meio desses Estados que as ações imperialistas são mais visíveis, seja pelas influências que alguns países exercem sobre outros, seja pelas ações elaboradas pelo capital financeiro que são postas em prática pelos Estados. O imperialismo é a busca pelo controle, pela exploração e pelo poder. Devido a essas características, ele acaba por se tornar um dos principais mecanismos da desordem atual.

Dentre esses Estados, um dos que mais apresenta ações imperialistas é os Estados Unidos. É analisando essas ações que a obra "A desordem mundial" foi escrita. Apesar de o autor não discutir esse conceito de forma direta, é possível abordar a temática do imperialismo por meio das ações dos Estados Unidos, controladas pelo capital financeiro, e entender os desdobramentos que essas ações causam.

Diante disso, a obra “A Desordem Mundial” analisa a geopolítica mundial, destacando principalmente aquelas estabelecidas pelos Estados Unidos. A obra, em si, representa um extenso levantamento sobre as relações geopolíticas, sendo o capítulo 2, por exemplo, dedicado a oferecer uma visão sobre a influência mundial dos Estados Unidos, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Capítulo 2

As esferas de influências pós-segunda guerra mundial • Free world/free market versus curtain iron • A otan “tokeepthe americans in, the russians out and the germans down” • O macarthismo • A denúncia do complexo industrial-militar pelo presidente eisenhower • A military democracia e o crescimento da desigualdade social nos Estados Unidos. (Moniz Bandeira, 2016, p. 51)

Dentro das relações geopolíticas também ocorrem conflitos, que podem ser estudados pela obra em questão, pois ela apresenta a análise de diversos conflitos. No capítulo 8, intitulado “A ignorância em Washington da situação dos países que pretendia atacar - A desintegração do estado na Líbia” (Moniz Bandeira, 2016, p. 151), Moniz Bandeira descreve a intervenção da Otan na Líbia e as consequências dessa ação. Ele também explora como as intervenções dos Estados Unidos geram caos e catástrofes humanitárias.

A obra de Moniz Bandeira também aborda as causas, conflitos e catástrofes na Ucrânia, dedicando os capítulos 12 a 20 para discutir essa questão e detalhar o envolvimento dos Estados Unidos e de seus aliados na desordem que ocorreu na Ucrânia ao longo dos anos. A leitura desses capítulos capacitará os alunos a analisar criticamente eventos globais, compreendendo as raízes dessas tensões internacionais e permitindo que formulem diálogos informados sobre esses conflitos, especialmente em relação ao que tem ocorrido na Ucrânia nos últimos anos. O livro oferece um amplo levantamento de dados para proporcionar uma compreensão mais profunda do verdadeiro enredo desse conflito.

Outra contribuição da obra para o ensino de geografia é a compreensão de como os conflitos geram o deslocamento populacional, ou seja, as migrações. Embora Moniz Bandeira não aborde exaustivamente essa temática ao longo da obra, ele descreve o grande número de refugiados que migram para a Europa vindo de países africanos, da Ásia central e do Oriente Médio, bem como os responsáveis por essa situação.

[...] todas as dificuldades que a Itália, Espanha, França, Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha e demais países da União Europeia tiveram e têm de enfrentar, em consequência da migração de milhões de refugiados e pessoas deslocadas, devem-se principalmente às guerras que os Estados Unidos promoveram e a União Europeia, subordinada à OTAN. (Moniz Bandeira, 2016, p. 163).

Além de tratar sobre a migração em massa de Judeus para a Palestina que causou um aumento nas tensões entre Israel e a Palestina, Moniz Bandeira também descreve o que causou essa grande migração.

Antes de ser eleito, em 2009, Binyamin Netanyahu, na condição de ministro para Assuntos Estrangeiros, proclamara que a questão da imigração (aliyah) e a absorção dos imigrantes estava na lista de prioridades do governo, que trabalharia vigorosamente para que judeus de todos os países do mundo fossem habitar Israel. Moniz Bandeira, 2016, p. 418-419).

A partir da obra de Moniz Bandeira, é possível compreender as raízes e as motivações que levaram à deflagração do atual conflito entre Israel e a Palestina. Por meio da leitura, podemos compreender melhor o que é o Hamas, como essas tensões entre as regiões começaram e os desdobramentos que se seguiram. Por meio da obra, conhecemos o outro lado da história e o verdadeiro contexto dos acontecimentos.

Estudar sobre os conflitos e as migrações é válido para que os alunos possam entender as questões relacionadas ao poder e a dominação que alguns países tentam estabelecer. Dentro dessa temática, Moniz Bandeira defende a ideia de que os Estados Unidos e seus aliados da Otan tentam exercer a dominação mundial por meio de uma geopolítica de guerra assegurada no setor econômico baseado no controle do dólar e no setor militar amparado pela Otan. De acordo com Moniz Bandeira (2016, p. 145)

A pretensão de Barack Obama consistiu, última ratio, na petrification of world order, como definiu o escritor Norman Pollack, 28 e implantar a dominação totalitária dos Estados Unidos, a full-spectrum dominance, almejada, ardentemente, desde a decomposição da União Soviética.

Os Estados Unidos tentam manter “o controle” global por meio da globalização econômica e militar, segundo Moniz Bandeira (2016, p. 474)

Pautada pelos interesses das grandes corporações bancárias, petrolíferas e de material bélico, a política exterior dos Estados Unidos. [...]. Seu objetivo estratégico consistiu na criação de um espaço econômico unitário, a pretexto de promover a democracia, nos mais diversos países, e assim espargir sua total predominância, mediante a ditadura internacional do capital financeiro.

Estudar esses conceitos permite que os estudantes compreendam as dinâmicas sociais, espaciais e a dominação geopolítica da globalização estadunidense que moldam o mundo. Integrar esse autor ao ensino de geografia proporciona o desenvolvimento de uma perspectiva crítica, questionadora, participativa e bem-informada sobre as estruturas sociais e políticas que moldam o mundo atualmente.

Estudos de caso também são interessantes para o ensino de geografia, e Moniz Bandeira realizou tais estudos na obra “A Desordem Mundial”. Temos o estudo sobre a Ucrânia, abrangendo os capítulos 12 até o 20, e sobre Israel e Palestina nos capítulos 22 e 23. Nestes capítulos, o aluno poderá compreender de forma aprofundada a situação geopolítica de ambos os países, analisando mais detalhadamente os eventos e processos que ocorrem nesses territórios.

O aluno que realizar a leitura dessa obra, ou de capítulos isolados, desenvolverá uma compreensão também sobre fatos atuais. Embora a obra tenha sido publicada em 2016, Moniz Bandeira deixa em sua obra perspectivas futuras, o que a torna relevante mesmo após sete anos de sua publicação.

Fazer uso da obra “A Desordem Mundial” possibilitará aos alunos compreender de forma aprofundada as dinâmicas globais, geopolíticas e as relações entre as nações, desenvolvendo assim uma compreensão crítica das complexidades presentes nas relações entre os países. Além disso, é fundamental para a sua formação em geografia e cidadania global, possibilitando a formação de alunos ativos, interessados e capazes de desenvolver soluções para problemas mundiais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desordem mundial, a geopolítica e a globalização são assuntos bem relevantes para a atualidade e analisá-los certamente não é uma tarefa fácil, por isso a importância da obra “A desordem mundial”, de Moniz Bandeira, como base empírica para compreendermos melhor a relação entre todos esses temas.

A geopolítica da globalização é caracterizada pelo uso da globalização como uma ferramenta do capital financeiro para que possam controlar e obter vantagens sobre outros países. Isso resulta em desigualdades significativas, criando grandes milionários em alguns países enquanto a maioria da população mundial vive abaixo da linha da pobreza. Além disso, influencia outros países através das comunicações, da economia, da cultura, entre outros aspectos. A geopolítica, por sua vez, trata da análise e formulação de estratégias dos governos em nível mundial, sendo o capital financeiro um dos principais controladores dessas ações.

Ao analisarmos a obra é notório que a relação entre a geopolítica e a globalização se dá através das ações realizadas pelos Estados na busca pelo controle/poder mundial, ou seja, essa relação se estabelece quando um país realiza uma ação geopolítica que visa o controle global, seja por meio dos conflitos, das tensões e das intervenções sejam elas econômicas ou militares, além das guerras psicológicas etc. Dentro dessa perspectiva, o país que mais tem realizado esse tipo de ação segundo a obra em análise é os Estados Unidos.

Nesse sentido, as ações geopolíticas empreendidas pelos Estados Unidos visam a manutenção de sua hegemonia global, pois o país tenta globalizar sua economia, “democracia”, indústria, controle militar etc. Buscando assim se manter como único polo de poder mundial, busca que tem aumentado a desordem mundial, pois suas ações envolvem a criação e manutenção de guerras diretas ou indiretas em diversos países ao redor do mundo.

A desordem mundial envolve diversos temas, conceitos e autores. Atualmente, está centrada nas ações geopolíticas globalizadas pelo império estadunidense. Conforme discutido em “A Desordem Mundial”, o controle do império estadunidense pelo capital financeiro resulta em uma reestruturação das relações de poder. O Estado, antes detentor do poder, passa a ser uma ferramenta do capital financeiro, que busca controlar e manipular outros Estados através da globalização do capitalismo. Estados que resistem ao controle financeiro dos Estados Unidos podem ser considerados inimigos ou ameaças.

Para subjugar essas ameaças e garantir a expansão do capital, os Estados Unidos conduzem várias formas de guerra, incluindo psicológica, militar, econômica, midiática e diplomática. Isso é feito em nome da “paz” do capital financeiro e sua expansão global. Na

obra de Moniz Bandeira, é descrita a manipulação exercida pelo capital financeiro dos Estados Unidos e como o país se tornou uma ferramenta de guerra, causando caos e desordem.

Essa desordem tem levado muitos países ao colapso econômico, social e político, principalmente devido à defesa dos interesses do capital financeiro, que utiliza o dólar, a Otan para sua expansão global. Os governos dos Estados Unidos não são inocentes nesse processo, já que são influenciados pelos interesses do capital financeiro, como é evidente na obra analisada.

A obra “A Desordem Mundial” é crucial para entender as dinâmicas do poder global, detalhando a dinâmica interna dos Estados Unidos e sua globalização para o resto do mundo. Compreender essa dinâmica é essencial, especialmente para professores e alunos, pois o conhecimento é fundamental para resistir às investidas do capital financeiro no nosso país e no mundo.

“A Desordem Mundial” de Moniz Bandeira é uma obra que oferece um levantamento histórico detalhado sobre questões políticas, econômicas e geopolíticas internacionais. Apesar de o autor não ser da área da geografia, suas obras têm relevância para essa disciplina, enriquecendo a área da geopolítica. Essa contribuição se destaca, especialmente considerando que Moniz Bandeira escreveu mais de 20 obras sobre questões políticas nacionais e internacionais. É importante ressaltar que a obra é extensa e complexa, o que torna impossível analisá-la completamente em todos os temas e tópicos. Isso abre espaço para novas análises da obra e possíveis estudos relacionados à sua utilização nas aulas de geografia.

Apesar de ser uma obra repleta de fatos relevantes, ela também apresenta alguns pontos negativos, como o excesso de informações, que podem dificultar a compreensão. Moniz Bandeira não discute detalhadamente algumas definições de conceitos importantes, por exemplo, globalização e imperialismo, o que pode exigir a consulta a outras obras. Recomenda-se, portanto, que os professores façam uma seleção criteriosa de capítulos ao utilizar “A Desordem Mundial”.

A análise da obra revela um mundo dividido e em constante disputa, com o capital financeiro estadunidense buscando manter sua posição dominante, enquanto outros países, como Rússia e China, buscam compartilhar esse controle. Essa disputa está cada vez mais evidente, como discutido no último capítulo da obra de Moniz Bandeira. No entanto, é fundamental entender o passado para compreender o presente e posicionar-se diante das desordens mundiais que estão ocorrendo e ainda ocorrerão no futuro.

Por fim, é preciso esclarecer que esse trabalho abordou quem foi Moniz Bandeira e a importância de suas obras para áreas como história, geografia e ciências políticas. Foram discutidos conceitos-chave, como capitalismo, capital financeiro, imperialismo, desordem mundial, globalização e geopolítica.

Em conclusão, a obra permite compreender as relações de poder internacional, os conflitos econômicos e militares, e como os impérios colocam em risco a soberania nacional de outros países. É crucial entender quem são os verdadeiros autores por trás da desordem mundial causada pela dominação geopolítica da globalização e como suas ações afetam o mundo. Isso possibilita desenvolver um olhar crítico sobre as questões geopolíticas mundiais, indo além das narrativas veiculadas pela mídia influenciada pelo capital financeiro.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da S.. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declaração de votos. *In*: AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **A bncc na contramão do PNE 2014-2024**. Recife: Biblioteca Anpae, 2018. p. 8-22.

ALBIN, Danilo. **As guerras dos Estados Unidos e da OTAN deixam mais de 350.000 mortos e 38 milhões de deslocados no século XXI**. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/619883-as-guerras-dos-estados-unidos-e-da-otan-deixa-m-mais-de-350-000-mortos-e-38-milhoes-de-deslocados-no-seculo-xxi>. Acesso em: 21 dez. 2023.

ANGELO, V. A. **Introdução. In: A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT**. 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/p7zhx/07> Acesso em: 24 jul. 2023.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio Ltda, 2016. p 643.

BANDEIRA; Luiz Alberto Moniz. **Lenin Vida e Obra**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. n.p.

BARBOSA, Maria Edivani Silva. A Geografia Na Escola: Espaço, Tempo E Possibilidades. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 12, p. 82-113, jan. 2016.

BBC News Brasil. **Os conflitos alimentados pela disputa por petróleo no mundo**. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151203_conflitos_mundiais_petroleo_lgb_gch#:~:text=Os%20conflitos%20alimentados%20pela%20disputa%20por%20petr%C3%B3leo%20no,Unido.%20...%204%202%C2%AA%20Guerra%20Mundial%20Gety%20 Acesso em: 06 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRUNO, Miguel; CAFFE, Ricardo. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 26, n. , p.1025-1062. 2017.

CALLAI, Helena Copetti.; MORAES, Maristela Maria. Educação geográfica, cidadania e cidade. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, ed. 2017, p.82 - 100, 2017.

CÂMARA, Rafael Sette. **Você se considera ocidental?** 2022. Disponível em: <https://www.360meridianos.com/2014/11/voce-se-considera-ocidental.html#:~:text=E%2C%20mesmo%20com%20toda%20a,e%20Nova%20Zel%C3%A2ndia%20s%C3%A3o%20ocidentais>. Acesso em: 26 de set 2023

CNN Brasil. **Compras internacionais pela internet crescem 150% em cinco anos, diz Receita Federal**. 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/compras-internacionais-pela-internet-crescem-150-e-m-cinco-anos-diz-receita-federal/>. Acesso em 07 set. 2023.

CNN Brasil. **10% mais ricos controlam 76% da riqueza global; 50% mais pobres ficam com 2%, 2021**. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/10-mais-ricos-controlam-76-da-riqueza-global-50-mais-pobres-ficam-com-2/>. Acesso em: 04 out. 2023.

CORBELINO, José Ricardo Costa Marques. **A (má) influência da mídia na sociedade**. 2022. Disponível em:

[https://www.oabmt.org.br/artigo/1653/a-\(ma\)-influencia-da-midia-na-sociedade](https://www.oabmt.org.br/artigo/1653/a-(ma)-influencia-da-midia-na-sociedade). Acesso em: 29 nov. 2023.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Editora Hucitec, 1992. p.355.

CULT. **Moniz Bandeira: A teoria e a práxis se realimentam mutuamente e se corrigem**. Disponível em:

<https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-moniz-bandeira/#:~:text=Com%20mais%20de%20%20livros,vencedor%20do%20Trof%C3%A9u%20Juca%20Pato>. Acesso em: 19 jul. 2023.

Ministério das Relações Exteriores. **Falecimento do professor Moniz Bandeira**. 2017. Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/falecimento-do-professor-moniz-bandeira. Acesso em: 20 jul. 2023.

FORBES. **11 países com mais seguranças particulares do que policiais**. 2017. Disponível em:

<https://forbes.com.br/colunas/2017/09/11-paises-com-mais-seguranças-particulares-do-que-policiais/#foto8>. Acesso em: 06 dez. 2023.

FOUCAULT, M. **O olho do poder**. In: TERRA, P. (Ed.). Microfísica do poder. 8. ed. Rio de Janeiro: Microfísica do poder, 2014.

GALEANO; Eduardo. **O caçador de histórias**. Tradução de Eric Nepomuceno. 2 ed. Porto Alegre, Porto Alegre: L&PM, 2017. 264p.

GOMES, Marcel. **A moda de explorar o trabalhador**. 2016. Disponível em:

<https://reporterbrasil.org.br/2016/08/a-moda-de-explorar-o-trabalhador/> Acesso em: 05 dez. 2023.

GONÇALVES, Anderson. **Primavera Árabe não avançaria sem o encorajamento dos Estados Unidos x Luiz Alberto Moniz Bandeira, autor do livro A Segunda Guerra Fria**. 2013. Disponível

em:<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/primavera-arabe-nao-avancaria-sem-o-encorajamento-dos-estados-unidos-49btp1tgubmy264f469kv87i/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

G1. **Produção de heroína bate todos os recordes no Afeganistão**. 2008. Disponível em:

<https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL337242-5602,00-PRODUCAO+DE+HEROIN+A+BATE+TODOS+OS+RECORDES+NO+AFEGANISTAO.html>. Acesso em: 06 dez. 2023.

HAESBAERT, Rogério. A (des)ordem mundial, os novos blocos de poder e o sentido da crise. **Terra livre-agb**. 1991. São Paulo, n.9, p. 103-128.

HAESBAERT, Rogério; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova des-ordem mundial**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2006. p. 160.

KREIN, José. Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luiz. (orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

LEITE, Paulo Moreira. **Moniz Bandeira, mestre que entendeu soberania e História**. 2018. Disponível em:
<https://www.brasil247.com/blog/moniz-bandeira-mestre-que-entendeu-soberania-e-historia>.
 Acesso em: 21 jul. 2023.

LUCAS, LabigaliniFuini. Concepções de poder e território em Michel Foucault: Uma contribuição aos estudos geográficos. In: FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine; ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de; SUZUKI, Júlio César (Org.). **Geopolítica poder e território**. São Paulo: Ffch/Usp, 2021. p. 106-121.

MALDONADO, Luccas Eduardo Castilho. **Luiz Alberto Moniz Bandeira e a Nova Esquerda: Um estudo do seu pensamento e das suas redes sociais (1935-1962)**. 2020. p. 254. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300. 2004.

MENDES, Cristiano; MENDONÇA, Christopher. **A utilização de empresas militares privadas em missões de paz**. 2011. Disponível em:
http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100054&script=sci_arttext. Acesso em: 06 dez. 2023.

MENDONÇA, Cláudia. **Neoliberalismo no Brasil - Política econômica incentivou privatizações**. 2007. Disponível em:
<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/neoliberalismo-no-brasil-politica-economica-incentivou-privatizacoes.htm#:~:text=Neoliberalismo%20no%20Brasil%20%2D%20Pol%C3%ADtica%20econ%C3%B4mica%20incentivou%20privatiza%C3%A7%C3%B5es&text=N%20o%20governo%20Collor%2C%20no%20in%C3%ADcio,mercadorias%20ca%C3%ADram%20ou%20se%20estabilizaram>. Acesso em: 04 dez. 2023.

MORRE O ESCRITOR E CIENTISTA POLÍTICO LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA. 2017. Disponível em:
<https://www.forte.jor.br/2017/11/11/morre-o-escriptor-e-cientista-politico-luiz-alberto-moniz-bandeira/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MOTTA, Lucas Gabriel; SILVA, Monica Ribeiro da; BARBOSA, Renata Peres. A BNCC do Ensino Médio: das controvérsias no processo de elaboração ao texto aprovado. **Revista de Educação Pública**, [s. l], n. 31, p. 1-19. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **COP27: o que você precisa saber sobre a Conferência do Clima da ONU**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/205789-cop27-o-que-voc%C3%AA-precisa-saber-sobre-confer%C3%AAncia-do-clima-da-onu>. Acesso em: 06 dez 2023.

NEVES, Luiza Campos. **A exploração da mão-de-obra na fast fashion sob a ótica da teoria do sistema-mundo**. 2020. p. 54. Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais, Goiânia, 2020.

OLIVEIRA, Marcus Roberto de. Conspiração, Populismo E Golpe De Estado No Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 1, n. 17, p. 157-160. 2001.

PEREIRA, João Junior Bonfim Joia; FRANCIOLI, Fatima Aparecida de Souza. Materialismo histórico-dialético: contribuições para a teoria histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 93-101. 2011.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul -da tríplice aliança ao Mercosul. **História (São Paulo)**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 251-253, 2003.

PINHEIRO, Isadora; LOPES, Claudivan Sanches. A Geografia Na Base Nacional Comum Curricular (Bncc): Percursos E Perspectivas. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 1-23. 2021.

PINTO, Messias de Sá; GUIMARÃES, Maria Helena. O Mercosul e a Alca: os interesses (irre)conciliáveis da União Européia e dos EUA. **Rev. Bras. Polít. Int.** 48 (1), p.129-150. 2005.

Plataforma Lattes. Moniz Bandeira. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4846044536820536>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PRASHAD, Vijay. **Como o FMI continua a encolher as nações mais pobres**. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/30/como-o-fmi-continua-a-encolher-as-nacoes-mais-pobres>. Acesso em: 20 dez 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

ROCHA, Ana Vitoria Sampaio Castanheira. Memória. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 77, 2018.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **"Introdução à teoria de Max Weber"**. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/introducao-teoria-max-weber.htm>. Acesso em 13 nov. 2023.

RODRIGUES, Rejane; MORAIS, Marcelo Alonso de. Geografia política e ensino: contribuições para a construção de um conhecimento geográfico escolar poderoso. In:

AZEVEDO, Daniel A. de; NOGUEIRA, Ricardo (org.). **Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática**. Brasília: : Selo Calandra, 2023. p. 278-296.

ROSA, Carlos Eduardo Valle. Geopolítica: uma apreciação histórica. In: FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine; ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de; SUZUKI, Júlio César (Org.). **Geopolítica poder e território**. São Paulo: Ffch/Usp, 2021. p. 53-71.

SANTOS; Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 174.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. Guindani, Joel Felipe. Pesquisa Documental: Pistas Teóricas E Metodológicas. Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. n.1 p. 1-15. 2009.

Significados. **Poder**. Disponível em: Poder: O que é o Poder, significado, conceito e definição - Significados. Acesso em: 04 out 2023.

SORRENTINO, Walter. **O Ano Vermelho – Um Clássico Insuperável**. 2017. Disponível em: <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/walter-sorrentino-o-ano-vermelho-um-classico-insuperavel-resenha/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

VESENTINI, José, William. Apresentação: **A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra: Yves Lacoste**. São Paulo: Sabotagem Contra Cultura. 1988.

VICTOR, Cilene; SANCHES, Lilian; DELFIM, Rodrigo Borges. Deslocamentos forçados no Oriente Médio e o ciclo de vida do refúgio na Turquia e Líbano - da cobertura factual ao jornalismo humanitário. **Remhu: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S.L.], v. 29, n. 63, p. 43-64. 2021.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao Mercosul, 1870-2003). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 46, n. 1, p. 232-234. 2003.

VILELA, Luiza. **Compras internacionais: o mercado que avança tão rápido quanto o e-commerce no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://consumidormoderno.com.br/2021/09/24/compras-internacionais-e-commerce/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

WAGENEN, Guilherme Van. **Como o Talibã esmagou a bonança de heroína da CIA no Afeganistão**. 2023. Disponível em: <https://thecradle.co/articles/how-the-taliban-crushed-the-cias-heroin-bonanza-in-afghanistan>. Acesso em: 06 dez 2023.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Tradução: Waltensir Dutra. 5 ed. LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, 1982.